

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Augusta da Silveira de Oliveira

**“TENHO O DIREITO DE SER QUEM EU SOU”: o movimento de travestis e
transexuais em Porto Alegre (1989-2010)**

**Porto Alegre
2018**

Augusta da Silveira de Oliveira

“TENHO O DIREITO DE SER QUEM EU SOU”: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Prof. Dra. Céli Regina Jardim Pinto

Linha de Pesquisa: Relações de Poder Político-Institucionais

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

de Oliveira, Augusta da Silveira
"Tenho do direito de ser quem eu sou": o movimento
de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-
2010) / Augusta da Silveira de Oliveira. -- 2018.
140 f.
Orientadora: Céli Regina Jardim Pinto.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. travestis e transexuais. 2. movimentos
sociais. 3. AIDS. 4. história oral. I. Pinto, Céli
Regina Jardim, orient. II. Título.

Augusta da Silveira de Oliveira

“TENHO O DIREITO DE SER QUEM EU SOU”: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestra em História.

Aprovada em 23 jul. 2018.

Prof. Dra. Céli Regina Jardim Pinto (Orientadora) – UFRGS

Prof. Dra. Natalia Pietra Méndez – UFRGS

Prof. Dr. Elias Ferreira Veras – UFAL

Prof. Dr. Fernando Seffner - UFRGS

AGRADECIMENTOS

É significativo, apesar de pura norma técnica, que essa dissertação inicie com os agradecimentos. Estive tão absorta nos últimos dois anos que por vezes perdi a dimensão do quanto esse trabalho foi influenciado pelas relações que estabeleci nesse período. Essa é minha chance de me redimir com vocês que fizeram parte desse processo e imprescindíveis pro resultado.

Primeiramente, agradeço à professora Céli Pinto pelos últimos quatro anos de orientação, incentivo e aprendizado constante. Reitero sempre a honra de trabalhar junto a uma pessoa que tanto admiro e que muitas vezes me guiou quando não sabia que caminho percorrer no processo de pesquisa. Essa dissertação só foi possível graças a sua confiança no meu trabalho e vontade de compartilhar um pouco de tempo e conhecimento comigo. Sou e serei sempre grata por essa convivência enriquecedora.

Aos membros da banca de defesa e qualificação, professores Benito Schimidt, Elias Veras e professora Natalia Pietra, pela disponibilidade e pelas contribuições ao longo dessa trajetória nos espaços acadêmicos. Mil vezes obrigada! Ao professor Fernando Seffner, em particular, sou grata pela paciência de avaliar, ser entrevistado e ainda fazer parte da bibliografia.

Agradeço ao PPG-História e ao CNPq, que possibilitaram que todos os meus esforços se concentrassem na materialização dessa pesquisa através de auxílios e de financiamentos. A universidade pública e de qualidade é um dos maiores bens num país onde a educação ainda é privilégio. Que a pós-graduação seja cada vez menos sonho distante e se torne etapa natural na formação de historiadores e historiadoras, que produzir e popularizar conhecimento seja norma. Às instituições e pessoas que contribuíram com esse trabalho através da disponibilização de áudios, documentos, entrevistas: Karen Bruck, Marcos Benedetti, Gerson Winkler, Carla Almeida, Giancarlo Panisson, e à ONG-Igualdade por acreditarem nesse trabalho. Às entrevistadas Marina Reidel, Alessandra Greff, Joyce da Silva, Veruska de Mattos e Cassandra Fontoura, por compartilharem de suas memórias.

Também agradeço a oportunidade de ter atuado como representante discente junto ao PPG, uma responsabilidade compartilhada com a Fernanda Feltes, um dos presentes da pós-graduação e amiga de todas as horas, pra todas as situações e que me aproximou de várias colegas. Foi no mestrado que finalmente entendi o que é ter amigas historiadoras pra compartilhar das angústias e alegrias do processo de escrita. Obrigada à Stéfani Hollmann

pela parceria desde o primeiro semestre da graduação. Às novas amigas, Marina Gris e Micaele Scheer, companheiras de AEDOS; Naiara Assunção, Thamires Silva, Linaia Palacio, Laura Spritzer Galli, Isadora Lunardi Diehl, Camila Petró. Em diferentes momentos, todas vocês tiveram alguma palavra ou gesto de compreensão e carinho com essa mulher que só tem tamanho, como diria a minha mãe, porque de vez em quando ainda precisa ouvir de “gente grande” que vai dar tudo certo.

Ao apartamento 303: Grazielle Corso, Vanessa Leal e felino Ulisses, agradeço pelos últimos seis meses de convivência tranquila, risadas e por me aceitarem na família. Sou muito feliz com vocês na minha vida! Lembrem dessas palavras quando verem a próxima louça lavada de forma duvidosa.

Às amigas de G8, Simone Schuck e Dani Gonsalves, advogadas e pessoas generosas, pelos conselhos e pela inspiração.

Agradeço às amigas novas e antigas que de alguma forma acompanharam essa trajetória e merecem compartilhar dessa vitória: Lauren Engel, Larissa Clausen, Diego Francke, Carolina Chassot, Beatriz Pitrofski, Gabriela Pereira, Laura Candido, Isadora Bitencourt, Marina Brondani, Sabrina Chagas, Helena Mello, Alessandra Prates, Fernanda Ribeiro, Julika Oliveira, Tamires Garcia, Matheus Cervo, Matheus Bonneau, Gabriela Petitot, Camila Canani, Rafael Lamonatto, Sandra La Porta e amigos do Kói CT.

À minha família de sangue, por não sermos obrigados a nos amar e mesmo assim o fazermos: Graça, Diorges, Giovanni, Lica, Filipe, Léo, Anelise, Giuliana, Maria e Clodoaldo. Vocês confiam em mim muito mais do que eu mesma e, por admirar vocês infinitamente, às vezes confio em mim também. Só quero proporcionar orgulho e alegrias, obrigada por acreditarem nos meus sonhos desde sempre!

À Martha Bañolas Tarrago, que tem visto o barco balançar, às vezes ameaçar virar, e mesmo assim segue remando (e pedalando) comigo, agradeço pela leveza das coisas simples, pelo sorriso e olhar que me pegam de surpresa todos os dias.

Esse trabalho marca o encerramento de um período frutífero e repleto de mudanças em minha vida. Que eu tenha sabedoria, maturidade, paciência e resiliência pra seguir. Não poderia estar mais grata e feliz.

RESUMO

Essa dissertação trata do movimento de travestis e transexuais na cidade Porto Alegre no período que compreende os 10 anos que antecedem e os 10 anos posteriores à criação da ONG Igualdade, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, entre 1989 e 2010. Partindo de um conjunto de entrevistas com militantes travestis e transexuais e pessoas envolvidas no processo de materialização da instituição, buscamos compreender as condições que possibilitaram a emergência e a consolidação do referido movimento na cidade, analisando sua interação com trajetórias individuais. Nesse sentido, a AIDS aparece como fator preponderante em vivências marcadas pelo histórico de marginalização e violência policial decorrentes do estigma pelo exercício do trabalho sexual, necessário para a sobrevivência dessa população. A epidemia de AIDS marca, através da organização da sociedade civil e grupos como o GAPA - Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS, um ponto de inflexão nessas narrativas e o primeiro contato dessa população com valores de cidadania e direitos humanos. É a partir do GAPA e da capacitação de lideranças trans que se organiza a Igualdade, através do fomento da autonomia do grupo. Através da análise de relatórios de projetos e outros registros de fomentos se examina a consolidação da Igualdade como instituição de referência para a população alvo, a relação com o Estado e com outras entidades e redes, marcando a instituição como representante das travestis e trans em relação a demandas que passam a ir além da AIDS e focam em promover direitos e cidadania para a população.

Palavras-chave: travestis e transexuais; movimentos sociais, AIDS; história oral.

ABSTRACT

This dissertation deals with the *travesti* and transgender movement in the city of Porto Alegre between 1989 and 2010. This period covers 10 years before and 10 years after the creation of the NGO *Igualdade*, Association of *Travestis* and Transsexuals of Rio Grande do Sul. We sought to understand the conditions that enabled the emergence and consolidation of the movement from a set of interviews with *travesti* and transgender activists that were involved in starting the NGO. Furthermore, we analyzed how their individual trajectories intersect with such conditions. In this sense, we observed that AIDS is a preponderant factor in experiences that are marked by historic marginalization and police violence. Those are a result of the stigma of sex work, a necessary activity for the survival of this group. The AIDS epidemic marks, through the organization of civil society and groups such as GAPA - Support Group for AIDS Prevention, a turning point in those narratives. It also represents the first contact of this population with values of citizenship and human rights. *Igualdade* is organized from GAPA's initiative and the empowerment of trans leadership within, with the goal of promoting the group's autonomy. We analyzed project reports and other development records in order to examine the consolidation of *Igualdade* as the institution of reference for the *travesti* and trans population. In addition, we studied the organization's relationship with the State and with other entities and networks. This analysis marks *Igualdade* as a representative of *travestis* and trans people on demands that go beyond AIDS and focus on promoting rights and citizenship for this group.

Keywords: travestis and transgenders, social movements, AIDS; oral history.

SUMÁRIO

1.Introdução.....	p. 10
2. Pensando corpo, gênero e identidades.....	p. 25
2.1 Estudos de Gênero.....	p. 26
2.2 A Teoria Queer.....	p. 34
2.3 Corpo e identidades.....	p. 40
3. Contando histórias de vida: trajetórias que se encontram.....	p. 49
3.1 História Oral Queer e a prática de história oral.....	p. 50
3.2 Marina Reidel.....	p. 52
3.3 Alessandra Greff.....	p. 54
3.4 Joyce da Silva.....	p. 56
3.5 Veruska de Mattos.....	p. 59
3.6 Cassandra Fontoura.....	p. 61
3.7 Marcelly Malta.....	p. 66
3.8 Trajetórias comuns, relatos de si.....	p. 70
4. O caminho para a Igualdade: a AIDS aglutina e fomenta a luta por cidadania.....	p. 78
4.1 A epidemia de AIDS no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	p. 79
4.2 O enfrentamento da AIDS pela sociedade civil.....	p. 83
4.3 As travestis chegam ao GAPA-RS.....	p. 87
4.4 Associativismo e criação da Igualdade.....	p. 96
5. Vitórias e possibilidades do movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre.....	p. 105
5.1 A Igualdade se autonomiza.....	p. 105
5.2 Funcionamento como ONG.....	p. 110
5.3 Lideranças.....	p. 118
5.4 Vitórias e demandas.....	p. 124
6. Considerações finais.....	p. 131
7. Lista de entrevistas e documentos.....	p. 135
8. Referências.....	p. 137

1. Introdução

A presente dissertação trata do movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre entre os anos de 1989 e 2010 a partir de um conjunto de entrevistas com militantes. Dentro desse tema, os objetivos são analisar as condições de emergência que possibilitaram o surgimento de um movimento autônomo de travestis e transexuais na cidade e sua organização formal, expressa na criação da ONG Igualdade (Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul) em 1999, a partir da epidemia de AIDS e do trabalho de prevenção e conscientização realizado pelo GAPARS (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS), bem como compreender o papel das trajetórias individuais e das identidades para a construção do movimento. Através dessas trajetórias também buscamos pensar o papel das lideranças para o sucesso de ações e longevidade das organizações.

Essa proposta de pesquisa se originou de minha experiência no grupo G8-Generalizando, que faz parte do SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde trabalhei de forma voluntária¹. O G8 me foi um espaço de escuta e aprendizado, por trabalhar com assessoria jurídica para casos envolvendo direitos sexuais e de gênero, mas também um espaço de prática e militância. No período em que fiz parte do grupo, entre 2015 e 2016, o elemento mobilizador, além dos atendimentos a casos individuais, era o projeto “Direito à Identidade: viva seu nome”, em parceria com a Igualdade. O projeto consistia, à época, num mutirão sazonal que desde 2013 atendia a população travesti e trans para, conjuntamente, protocolar ações de mudança de nome e gênero em documentos civis².

No trabalho com o G8, conheci histórias de militância e ativismo que me inspiraram, me intrigaram e me proporcionaram os questionamentos que, a partir de relatos pessoais, deram origem à essa pesquisa. Naqueles encontros, escutei a respeito de conquistas, lutas e resistências, a exemplo do pioneirismo do estado em cirurgias de redesignação genital³, realizadas pelo PROTIG (Programa de Transtorno de Identidade de Gênero) no Hospital de

¹ Como historiadora, tive oportunidade de trabalhar de forma interdisciplinar com colegas do Direito, da Psicologia e do Serviço Social, entre outras áreas, o que contribuiu para um olhar diferenciado e sensível para as questões delicadas das quais tratávamos nos atendimentos.

² Inicialmente, a maioria das retificações atendia travestis e mulheres trans, historicamente mais visíveis na sociedade, mas recentemente homens trans também passaram a buscar a retificação e a se organizarem formalmente.

³ A cirurgia de redesignação genital compreende uma série de procedimentos tanto para mulheres ou homens transexuais. No caso das mulheres trans, a vagina é construída a partir do pênis e para os homens trans inclui a retirada das mamas, do útero e dos ovários.

Clínicas de Porto Alegre desde 1998⁴. O mesmo programa só existe em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro. É também no RS que as primeiras retificações de nome civil e gênero passaram a acontecer, por iniciativa da Igualdade, em 2010. Apesar das vitórias, as falas eram marcadas pelos problemas enfrentados pelas travestis e trans, o genocídio da população no Brasil, país que mais mata travestis no mundo, e onde a expectativa de vida para essas pessoas não chega a 40 anos (NOGUEIRA, AQUINO e CABRAL, 2017). Das histórias de vida, encontros e esforços em prol da cidadania da população travesti e transexual, surgiram as perguntas que nortearam esse trabalho: “Que condições possibilitaram a emergência e a consolidação de um movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre? Como as trajetórias individuais se cruzam de forma a constituírem demandas unificadas e ações concretas?”.

Inicialmente, é necessário pontuar de quem tratamos quando falamos de travestis e transexuais. Nos países de língua inglesa vigora majoritariamente desde o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000 a definição política “transgênero/transgender” para identificar as pessoas que não conformam com o gênero com o qual foram designadas ao nascer. Tanto mulheres travestis como mulheres transexuais se enquadram na categoria transgênero, também válida para homens trans. Na América Latina e no Brasil, existe a categoria “travesti”, de mulheres que foram designadas como homens ao nascer com base em características biológicas com significações generificadas e desejam, ao longo da vida, viver e serem reconhecidas como mulheres, porém sem fazer a cirurgia de redesignação genital. Historicamente associadas à prostituição, AIDS e ao crime, é necessário que diferenciemos as travestis das transexuais, mulheres que desejam fazer a cirurgia de redesignação (ou de confirmação de gênero, como também é chamada). Nessa pesquisa, não abordaremos a questão latente dos homens trans, designados como mulheres ao nascer, que vêm se organizando formalmente nos últimos anos, porém não estiveram inseridos no contexto e na época aqui trabalhados.

Assim, essa pesquisa se justifica a partir da percepção de um campo em expansão e da necessidade de contribuir com os estudos da questão travesti e transexual na história do Brasil⁵. Enquanto alguns trabalhos já abordaram o movimento homossexual brasileiro e a história da homossexualidade no Brasil (FACCHINI, 2002; GREEN, 2000), outros focaram-

⁴ Só em 1997 o procedimento deixou de ser ilegal no Brasil, antes enquadrado no crime de mutilação corporal.

⁵ Fora do Brasil, estudos históricos com uma perspectiva *queer* costumam abordar a população transgênera, ou *transgender*, visto que a identidade travesti é particular dos contextos latino-americanos.

se em questões da saúde, corpo e identidade de mulheres trans e travestis (BENEDETI, 2005; BENTO, 2006).

Mario Carvalho (2011) tratou do movimento no âmbito nacional, focando na diferenciação das identidades coletivas de travestis e transexuais e como essas repercutem nas demandas e proposições de políticas públicas de saúde, principalmente no que diz respeito às transformações corporais. No âmbito regional e, mais especificamente, em Porto Alegre, um trabalho que trate do surgimento do movimento de travestis e transexuais e as particularidades desse movimento se mostra original tanto pela temática pouco explorada em pesquisas anteriores como pela abordagem histórica do tema. Dessa forma, esse trabalho pode contribuir para elucidar a história da organização do movimento social pensando além da homossexualidade masculina, percebendo outras categorias e formas de ação especificamente da população travesti e transexual voltadas a construção da cidadania e conquista de direitos. Além disso, a abordagem mais localizada busca dar espaço para trajetórias individuais, análises mais aprofundadas a respeito das relações constituídas dentro do movimento e o papel de lideranças específicas que se destacaram ao longo dos anos no espaço da militância.

O recorte a ser analisado compreende o período entre 1989, ano de fundação do GAP/RS (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS/RS), onde começam a se reunir semanalmente um grupo de travestis majoritariamente profissionais do sexo, e 2010, ano da campanha do Departamento de DST, AIDS e Hepatites virais, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC): “Sou travesti/trans. Tenho direito de ser quem eu sou.”. A campanha mobilizou grupos de travestis e transexuais nacionalmente, e consolida uma nova fase de políticas para inserção social e criação de uma imagem positiva para a população travesti e transexual, cidadãs portadoras de direitos e merecedoras de respeito. O recorte temporal é delimitado a partir do surgimento do GAP, os 10 anos que antecedem a criação da Igualdade/RS, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, oriundas do grupo se reunia no GAP, e os 10 anos posteriores à fundação da associação. Apesar desse recorte, há uma abertura em relação à temporalidade visto que as fontes compreendem relatos orais, marcados por trajetórias individuais e acontecimentos anteriores como a repressão durante a ditadura, a epidemia de AIDS e as próprias vivências de cada entrevistada.

O recorte espacial restrito à cidade de Porto Alegre se justifica pois é na capital onde podemos perceber mais atentamente avanços e retrocessos da mobilização social ao longo das décadas, atentando para os ganhos enquanto movimento e os atravessamentos individuais. Embora conexões e comparações com outros contextos semelhantes façam parte da pesquisa,

elas serviram para corroborar ou divergir dos relatos orais, servindo como apoio para a abordagem aqui utilizada. Além disso, era necessário que, através de um recorte menor, que não nacional ou regional, pudéssemos nos deter nas trajetórias e narrativas pessoais que compuseram o movimento como um todo, valorizando os testemunhos orais e construções identitárias que pautam a vivência transexual e travesti e se refletem em demandas que constituíram a agenda do movimento.

Mesmo com o foco voltado para Porto Alegre, não se pode ignorar as ligações e influências de um cenário nacional e internacional mais abrangente manifestado no surgimento da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) em 2000 e na consolidação da RedTrans - Rede Nacional de Pessoas Trans em 2009, organizações nacionais de luta pelos direitos as pessoas trans, além do crescente número de coletivos e ONGs filiados a essas organizações.

Assim, esse trabalho utiliza predominantemente fontes orais, na forma de entrevistas semi-estruturadas temáticas com militantes travestis e transexuais, além de outros envolvidos com o movimento, seja antes da institucionalização (à época do GAPA) como posteriormente, já consolidada a Igualdade. O teor e conteúdo dessas entrevistas será analisado em profundidade, mas, por partirmos da metodologia da história oral, é relevante colocarmos o valor dos depoimentos enquanto documento, e como uma das diferentes versões possíveis dos eventos e do período em questão nessa pesquisa, marcando sua parcialidade e caráter singular, visto que são memórias reconstituídas (ALBERTI, 2005). Para essa pesquisa, foram realizadas entrevistas presenciais com cinco pessoas travestis ou transexuais (uma delas via Skype), cinco entrevistas presenciais com outros militantes cisgêneros do GAPA e da Igualdade além de utilizados áudios, registros em vídeo e escritos de outras entrevistas. No total, onze pessoas contribuíram com relatos de suas experiências, direta ou indiretamente.

O contato com as entrevistadas se deu principalmente a partir de indicações. Iniciei o processo de entrevistas com militantes do GAPA nas décadas de 1980 e 1990 e a partir de sugestões e mediações desses entrevistados, tive uma abertura maior para contatar mulheres travestis e transexuais que se envolveram com o movimento social, ou que o acessaram de alguma maneira. Nas entrevistas, o roteiro estruturado compreendia perguntas a respeito da trajetória pessoal até o presente momento, como conheceu o GAPA ou a Igualdade, as demandas individuais e coletivas ao longo dos anos e considerações a respeito do movimento organizado, das lideranças e das mudanças nas condições de vida e acesso a serviços para a população de travestis e transexuais.

Aqui reservo o espaço para reconhecer como foi desafiador e complexo conduzir as entrevistas que compõem esse trabalho. Mesmo com um roteiro de entrevistas e perguntas direcionadas, deixei livre para que cada pessoa entrevistada pudesse construir seu relato da melhor forma que julgasse. Dessa maneira, compreendi como o exercício de lembrar é mais do que recordar-se de eventos e como, acima de tudo, se trata de conferir significado às experiências e lembranças que as questões no momento entrevista acessam (PORTELLI, 2012). Como coloca Alessandro Portelli (2012, p. 33): “o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”.

Essas significações apareciam de diversas formas, seja “desvirtuando” o teor da entrevista para questões correntes e atuais da vida da pessoa entrevistada, evitando determinadas perguntas, ou enfatizando outros aspectos de sua trajetória. Foi um trabalho difícil perceber como as questões às quais eu queria que elas se ativessem na entrevista tinham sido, em alguma maneira, pouco relevantes no conjunto de sua vida, quando convidadas a fazer um retrospecto. Nas histórias que pretendo abordar a seguir, das travestis e transexuais antes de sua militância ou antes da epidemia de AIDS, que foi um ponto de inflexão para a emergência dos movimentos de travestis e transexuais no Brasil (CARVALHO, 2011), é necessário ter em conta que não são relatos que se pretendem neutros ou que utilizei para tentar compor uma história linear. O conjunto aqui apresentado compreende várias parcialidades, memórias construídas em conjunto porém marcadas por experiências individuais, e significadas em situações distintas, contadas em maior ou menos detalhe.

Outros documentos como relatórios, comprovantes de aceites em editais, projetos, materiais de divulgação de ações da Igualdade a partir de sua criação em 1999, quando acessíveis, foram utilizados para verificar e compreender as relações do movimento com o Estado e seus desdobramentos no que tange às demandas centrais do movimento, bem como para dialogar com os depoimentos orais. Considerando a história oral como “capaz de chamar a atenção para as vidas de seus narradores e as sociedades nas quais essas vidas são vividas” (PATAI, 2010, 142), podemos relacionar os relatos com a documentação disponível da época.

Em relação aos trabalhos que dialogam com o tema dessa pesquisa, é importante ter em conta a bibliografia internacional que trata da questão travesti e transexual. Nos Estados Unidos, a categoria *transgender*, que compreende as identidades trans, é utilizada como termo “guarda-chuva” para abarcar essas experiências. Obras como de Joanne Meyerowitz (2002, buscam historicizar a transexualidade tanto masculina como feminina entre as décadas de

1950 e 1990 nos Estados Unidos através da idéia da “mudança de sexo” via cirurgia, partindo da primeira cirurgia de redesignação genital MTF⁶ realizada em 1952, com destaque para os avanços científicos-tecnológicos e uma mudança no discurso médico que possibilitaram ganhos nas condições de vida dessa população. Outros trabalhos, como o de Susan Stryker (2008) também buscam historicizar o termo *transgender* nos EUA no século XX, traçando os impedimentos e pequenas vitórias que possibilitaram a organização de pessoas trans e eventos emblemáticos, como a revolta de Stonewall em 1969. Na obra, Stryker trata extensivamente sobre grupos de pessoas trans, a relação com o movimento feminista e LGBT e a mídia que cerca essas identidades. Por último, *Gender Outlaws*, de Kate Bornstein e S. Bear Bergman (2010) é uma compilação “trans-escritos” a respeito da vivência de pessoas trans, diálogos intrageracionais do cotidiano, poemas, quadrinhos e outros escritos que valorizem as identidades de gênero “fora-da-lei” e sua produção cultural a respeito dessas experiências generificadas.

Na França, os estudos são ainda incipientes, mas podemos estabelecer a relação entre os shows de travestis da década de 1960 e 1970 no Brasil e sua inspiração nas *vedettes* francesas transexuais como Cocinelle, Capucine, Chou Chou, Bambi e na cultura cabaret de Paris. Obras como a de Maxime Foerster (2012) buscam retomar a história da transexualidade na França e documentários recentes como *Divinas Divas* (2016), estabelecem a relação e as conexões entre a cultura cabaret parisiense e sua projeção no Brasil.

Na Argentina e no Uruguai, a realidade é mais próxima da que encontramos no Brasil, dada as condições semelhantes, o período da ditadura e o aparato repressivo do Estado. A bibliografia que compreende essas experiências se assemelha à brasileira por tratar da questão identitária, das experiências trans e travestis (e a existência dessa categoria é particularidade da América Latina). Trabalhos como de Sempol (2013) sobre o movimento LGBT no Uruguai, e de Fernández (2004) que discute identidades e a experiência travesti na Argentina, são exemplos desses estudos.

Na bibliografia nacional, outras pesquisas contemplam a experiência da homossexualidade no Brasil e o movimento homossexual. James Green (2012) buscou fazer um histórico do tema da homossexualidade na ciência histórica, colocando a importância do campo a partir da década de 1980 e os diferentes estudos sobre o tema, focando nos trabalhos sobre experiência colonial e a lacuna de estudos sobre o período imperial.

⁶ Na língua inglesa, se convencionou usar os termos FTM (*female to male*, de feminino a masculino) e MTF (*male to female*, de masculino a feminino) para designar as pessoas em processo de transição.

Na ciências sociais e, principalmente na antropologia, o tema já foi muito mais discutido e aprofundado do que na área dos estudos históricos. “O que é a homossexualidade” de Fry e MacRae (1985) buscava colocar a homossexualidade (masculina e feminina) e os discursos produzidos sobre ela fora da medicina e das páginas policiais, analisando-a como fato social. Um trabalho pioneiro na despatologização do comportamento homossexual, os autores encontram espaço para discutir a dicotomia dos papéis masculinos/femininos, passivo/ativo e bicha/bofe na cultura indígena, no candomblé e ao longo da história mundial. Traçando as origens de uma “consciência homossexual” e também discutindo as intersecções da lesbianidade e do feminismo em relação aos papéis de gênero, os autores buscam dar um curto panorama histórico e social da homossexualidade e suas interpretações plurais para desmistificar a categoria “homossexual” e seus significados.

A obra de James Green (2000), “Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX”, diferencia-se da produção acadêmica sobre a sexualidade no campo da saúde e da antropologia durante a década de 1990 e é um acréscimo importante à produção incipiente na temática dentro do campo da história. Green toma o início do século XX e as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo como ponto de partida para um histórico da categoria “homossexual” e o lugar que ocupa na sociedade, bem como a sub-cultura que emerge dos espaços onde floresce a homossexualidade masculina. O autor busca demonstrar uma identidade comum entre homens que gostam de homens, atentando para recortes de cor e classe e também discutindo a dicotomia do ativo e passivo no contexto brasileiro. A dicotomia se insere num discurso machista onde ser passivo (a bicha/efeminado) é aproximar-se do papel inferior da mulher, enquanto o parceiro ativo (bofe) ainda era socialmente considerado “homem”. A análise de Green reveste-se também de importância por pôr em xeque o discurso hegemônico da medicina e da polícia, ao examinar também fontes orais e material jornalístico da década de 1960-1970.

Em outra obra, “Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade” (2014), organizada com Renan Quinalha, Green desenvolve esse estudo com foco na memória e justiça frente às violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil. Nesse sentido, várias passagens do livro tratam da organização de travestis em resistência à violência policial que buscava efetuar uma “limpeza” dos centros urbanos tendo como base a “moral” e a proteção à “família tradicional”. Green e Quinalha provam que, ao longo da ditadura, houve um discurso homofóbico que buscou significar a homossexualidade (e o que estava associado a ela) como patologia e, ao mesmo tempo, subversão e ameaça à segurança do país. Dessa forma, é possível dizer que houve coerência

da ideologia de Estado moralista e homofóbica com a ação repressiva e violenta de seus mecanismos oficiais. O trabalho de Green, portanto, procura preencher uma importante lacuna de historicização de categorias relacionadas à sexualidade, bem como a influência dos processos históricos e sociais sobre as percepções e significações da homossexualidade em determinados contextos.

Claudio Silva (1998) faz um extenso trabalho de história oral com os colaboradores do jornal homossexual *Lampião da Esquina*⁷, pioneiro da imprensa alternativa. Silva analisa as trajetórias de vida dos colaboradores do jornal, relacionando aspectos pessoais com a atividade profissional e envolvimento na militância, o pessoal e o coletivo em diálogo e conflito (SILVA, 1998, p. 28). Tratando de histórias de vida, os relatos passam pela questão da identidade e como as trajetórias individuais dentro do contexto histórico e as vivências comuns a alguns como a ditadura, o exílio, a experiência universitária e o contato com movimentos sociais no exterior contribuíram para o ponto de convergência: o *Lampião da Esquina*. Silva também destaca “modelos” de entrevistas, ou modos de narrar e significar a própria história. O *Lampião da Esquina* aparece como elo entre as trajetórias dos entrevistados e também entre os primeiros grupos de homossexuais no Brasil como o *Somos/SP*⁸ e o *Grupo Gay da Bahia*⁹, um canal de divulgação e comunicação para as iniciativas de organização de um movimento formal. Assim, Silva acompanha as trajetórias dos colaboradores do jornal usando como pilar fundamental a experiência no *Lampião da Esquina* e a militância homossexual e evidencia, ainda em 1998, a falta de estudos históricos que contemplem o tema da homossexualidade.

Em relação ao movimento homossexual brasileiro, e o surgimento de um movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros) mais amplo na década de 1990, trabalhos pioneiros como o de Edward Macrae (1990) tratam, sob o ponto de vista antropológico, movimentos sociais do final da ditadura, a imprensa alternativa homossexual do jornal *Lampião da Esquina* e o surgimento de grupos militantes como o *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*, com foco na produção de identidades. O trabalho de MacRae serviu de modelo para outras pesquisas na área da antropologia que buscassem analisar o movimento

⁷ O *Lampião da Esquina* foi um periódico que reuniu um distinto grupo de escritores, intelectuais e jornalistas, entre eles Darcy Penteadó, Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan e Peter Fry. Sediado no Rio de Janeiro, contou com 38 edições entre 1978 e 1981, com uma circulação de, em média, 15 mil exemplares de cada edição em todo o país.

⁸ O *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual* foi fundado em 1978, em São Paulo, e é considerado o primeiro grupo do movimento homossexual brasileiro.

⁹ O *Grupo Gay da Bahia (GGB)* foi fundado em 1980 por Luiz Mott, sendo uma das únicas ONGs de direito LGBR da década de 1980 ainda atuantes no Brasil.

homossexual brasileiro a partir de sua dinâmica interna, seus grupos e suas dissidências, e relação com outras instâncias de poder e ação.

A pesquisa de Regina Facchini (2002) trata do reflorescimento desses grupos na década de 1990, após um período de declínio, ações de combate à AIDS e extensão da agenda de direitos civis em novas formas institucionais de organização (FACCHINI, 2002, p. 13). A autora aborda a trajetória do Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais - CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor) em São Paulo considerando a redefinição da identidade política do grupo a partir do contato com outros grupos e atores do movimento homossexual, concluindo com a percepção de uma crescente política de valorização da diversidade e pluralidade de formatos de ação do movimento. O trabalho de Facchini faz um histórico do movimento homossexual brasileiro, principalmente do período de “hiato” entre o início dos anos 1980 e a década de 1990, com a articulação de novos grupos com o Estado e surgimento de ONGs/AIDS.

Do movimento homossexual ao amplo movimento LGBT, a produção acadêmica sobre o movimento de travestis e transexuais ainda é incipiente. Na área da história, nenhum estudo foi feito no que tange à organização do movimento e à construção de uma rede. Um trabalho significativo sobre essa temática é de Mario Carvalho (2011), da área da Saúde Coletiva, que toma a questão das diferentes identidades coletivas travestis e transexuais e sua repercussão em demandas políticas de saúde em relação a transformações corporais. Inicialmente, o autor aborda a emergência da categoria travesti como identitária, a superação da dicotomia bicha/bofe, o surgimento do “entendido” e, por fim, a diferenciação entre homossexual e travesti, ou orientação sexual e identidade de gênero. Carvalho, então, busca tratar do surgimento de um movimento de travestis e transexuais e de organizações formais no Brasil. A partir disso, o autor fala da luta para afirmação do movimento dentro da sigla LGBT. Carvalho analisa as demandas do movimento de travestis e transexuais, a alteração de nome e sexo no registro civil, a despatologização da transexualidade e acesso a tecnologias de transformação corporal no SUS e o diálogo dos movimentos no âmbito institucional para avanços nessas políticas. Em relação à temática, esse é um trabalho muito próximo da presente dissertação por contar com entrevistas com militantes do movimento e suas percepções em relação à questão travesti e trans. Em sua pesquisa mais recente, Carvalho (2015) trabalhou com a questão da visibilidade para o ativismo de pessoas trans, um conceito fundamental para o movimento LGBT atual, que busca cada vez mais incorporar novas identidades ao termo “guarda-chuva” de “pessoas trans”, um período posterior ao que é

estudado na presente dissertação, cuja temporalidade é marcada pela afirmação das diferenças identitárias.

Em relação ao Rio Grande do Sul e Porto Alegre, a bibliografia é escassa e os temas diversos. Sobre as organizações e a militância homossexual no Estado, a dissertação de Gabriela dos Anjos (1999), da Sociologia, trata de um grupo gay de Porto Alegre, sua dinâmica e as relações intra-grupo. Em artigo posterior (2000), a autora estuda a composição do grupo em questão, com maioria dos militantes de classe média, “assumidos” e “politizados”, ressignificando a experiência da homossexualidade, e generalizando-a. Abordando a construção da identidade homossexual, os entrevistados enfatizam a idéia da homossexualidade como característica humana, como diferença não negativa, e por isso, também parte dos cidadãos e da cidadania. Dentro desse aparato, portanto, a discriminação e violência contra homossexuais aparecem como uma afronta aos direitos humanos e à cidadania. Dessa forma, Dos Anjos narra a construção da “causa” homossexual e de suas demandas por respeito às diferenças. A autora também ressalta a importância da aparência de “normalidade” em aparições públicas para os militantes do grupo, de forma a desestigmatizar a imagem do homossexual. Essa roupagem impede a aproximação de integrantes travestis, dada as profundas diferenças sociais e o desejo de fugir da imagem do feminino associada à homossexualidade.

O trabalho de Fernando Seffner (1995) trata da “morte anunciada” de pessoas que se descobrem portadoras do vírus HIV. O autor busca compreender a morte a partir de referenciais distintos, utilizando o trabalho de campo para analisar o período em vida entre a descoberta do vírus e a morte física. Para essa análise, a centralidade da pesquisa está no capítulo dedicado ao GAP/RS, sua história e relevância no cenário de combate à AIDS. Seffner aborda a emergência da epidemia de AIDS no Brasil e no Rio Grande do Sul e o surgimento de grupos de prevenção ligados aos chamados, à época, grupos de risco, como os homossexuais. O GAP/RS surge, então, preocupado em garantir atendimento adequado e digno para doentes de AIDS. O trabalho de Seffner como pesquisador e também militante do GAP/RS se reflete no cuidado com o qual a trajetória do grupo aparece, narrada com base na experiência como voluntário da instituição e também a partir das entrevistas com fundadores e integrantes.

Em relação à questão travesti no estado do Rio Grande do Sul, o livro organizado pelo jornalista Alexandre Böer (2003), editado e distribuído pela ONG Igualdade, Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre, é um conjunto de transcrições de entrevistas com travestis e transexuais que atuaram como profissionais do

sexo em Porto Alegre. Alguns artigos dão o contexto da cena da prostituição na cidade, mas os relatos são o foco da obra. Da profissional mais antiga, Rubina, que alugava quartos na década de 1960, à Cassandra Fontoura, primeira coordenadora da Igualdade - RS, os relatos mostram experiências comuns nas vidas das profissionais do sexo. A violência policial está presente em todos os relatos, mostrando a população travesti e trans marcadas pelo estigma da prostituição e, mais tarde, da AIDS. A obra busca colocar em evidência as trajetórias das mulheres que, por escolha ou falta de opção, usaram da prostituição como forma de ganhar a vida, de criar de laços dentro da comunidade de profissionais do sexo e viver plenamente como mulher.

Marcos Benedetti (2005) também aborda a questão travesti e identitária. Obra importante na área da antropologia, a pesquisa etnográfica realizada pelo autor foi feita com travestis profissionais do sexo em Porto Alegre. Benedetti foca nas transformações corporais para a construção de um corpo que condiga com a identidade travesti em questão, ou a fabricação de um corpo feminino. Assim, o autor busca significar o processo social de fabricação do gênero, passando pelas relações dessas travestis entre elas, com clientes e inseridas na sociedade¹⁰.

Pioneira no tema, a obra de Hélio Silva, “Travesti: a invenção do feminino” (1993), traz uma etnografia das travestis que viviam na Lapa. Silva busca se afastar da idéia da travesti como algo exótico, do folclore, enfatizando a proposta de referenciá-las na sua dimensão humana. O autor recupera a história das travestis na Lapa, a inversão da figura do malandro na travesti e ambiguidade de percepção da figura da travesti na comunidade: ora inofensiva, ora perigosa. A pesquisa ainda aborda o espaço da Lapa e as travestis que ali viviam, a imprevisibilidade da vida na batalha, relações com clientes e com a polícia e o “saber conviver” no circuito de relações que liga meninos de rua, ladrões, policiais, travestis e comerciantes (SILVA, 1993, p. 87). A obra de Silva é marcada por suas próprias experiências nesse espaço, de onde tira suas impressões e conclusões sobre a vivência travesti. Apesar de ser anterior à emergência da travesti como identidade e referir-se à elas no masculino, Silva já coloca o ser travesti não como uma ilusão do feminino, mas como uma outra expressão da feminilidade construída (SILVA, 1993, p. 162).

Berenice Bento (2006), da área da Sociologia, é original ao discutir a transexualidade além da patologização e da biologização dos corpos, colocando-a como multiplicidade de

¹⁰ Aqui é relevante evidenciar a presença do pesquisador nas reuniões de travestis que aconteciam no GAP/RS, colocando o espaço como importante para a troca de experiências.

formas de ser sem partir de uma matriz ou “verdade”. Bento também busca desconstruir a idéia do transexual universal, abrindo margem para a discussão que dialoga com a teoria feminista sobre o que compreende a categoria “mulher” e, assim, inserir a transexualidade como é percebida na contemporaneidade num dispositivo ligado aos discursos médicos e biológicos produzidos sobre ela.

O trabalho de Larissa Pelúcio (2009) discute o modelo oficial preventivo para DST/AIDS para as travestis profissionais do sexo e, posteriormente, a falha desse modelo ao partir de um princípio normativo universal que ignora as subjetividades das travestis e práticas entre cliente/profissional. A autora realiza um estudo etnográfico das políticas de prevenção à AIDS através do programa “Tudo de Bom!” em São Paulo e sua resignificação no universo travesti, passando pelos diferentes espaços de sociabilidade de travestis, como a rua e a casa, e de clientes, como a internet. A etnografia de Pelúcio penetra nos espaços das travestis, analisando suas práticas em relação à gênero, corpo e família, mostrando que a AIDS é apenas uma das diferentes facetas da vida dessa população diversa.

A pesquisa de Don Kulick (2008) aborda a vivência travesti em Salvador, Bahia, “um relato da vida cotidiana das travestis de Salvador que procura focar o modo como vivem, agem, pensam e falam sobre a própria existência.” (KULICK, 2008, p. 24). Também através da etnografia, o autor se aproxima da realidade travesti e de seus modos de vida, e contribui com a presente pesquisa ao construir um retrato complexo e que contempla as nuances do “ser travesti” e suas diversas possibilidades.

Mais recente, a pesquisa de doutorado em História de Elias Veras (2017), “Travestis: carne, tinta e papel” trata da emergência do sujeito travesti na capital do Ceará, Fortaleza. Para tratar dos processos e tecnologias discursivas e farmacopornográficas que possibilitaram a criação da identidade travesti e outras subjetivações, em oposição à práticas temporárias no carnaval ou em boates (“das perucas aos hormônios”), Veras analisa também as revistas Manchete e Playboy e realiza entrevistas para aproximar-se do “universo trans” e seus atravessamentos e deslocamentos.

Os trabalhos supracitados foram fundamentais na construção de um panorama no que diz respeito à questão travesti e transexual, seja através do plano das políticas públicas, nas formas de sociabilidade ou nos discursos que constituem visões e práticas desse grupo a respeito de si mesmas, mediadas por suas condições em determinado contexto. Através desse conjunto, e com as particularidades dos relatos e fontes utilizados, foi possível localizar essas referências no período e local analisados.

Esse trabalho, portanto, contribui para complexificar e expandir a temática no que diz respeito à história da questão travesti e transexual em Porto Alegre, suas trajetórias e suas formas de organização frente ao impacto da epidemia de AIDS e à marginalização por parte do Estado e da sociedade. Durante a ditadura e mesmo no período de maior abertura política, a população travesti e trans esteve relegada às páginas policiais dos jornais e aos mecanismos de controle, associada ao crime e às perversões. Havia, como veremos nas entrevistas, uma sensação de impotência e de resignação frente ao tratamento violento dirigido pela polícia e um desconhecimento dos direitos fundamentais da população travesti e trans enquanto cidadã, dada a vulnerabilidade conferida pelo trabalho sexual, afastamento da família, entre outros fatores. Nesse ínterim, é mister termos a AIDS como ponto de inflexão na história não só das travestis e transexuais, mas dos grupos minoritários incluindo gays, lésbicas, prostitutas, populações em situação de rua, entre outros.

Enquanto epidemia no Brasil a partir de 1983, a AIDS sinaliza uma mudança nas políticas públicas governamentais e na organização da sociedade civil para seu enfrentamento. Marcada como “peste” ou “câncer” gay num primeiro momento, o estigma da doença recaiu sobre os mesmos grupos minoritários que foram inicialmente infectados. A população travesti e trans, ainda mais vulnerável pela forma de transmissão do vírus, sexualmente, passa a ser interpelada também pelo discurso médico/sanitarista que coloca a AIDS como ameaça à população.

A AIDS também foi enfrentada pela sociedade civil, organizada em prol da contenção da epidemia e do atendimento e apoio aos que buscavam tratamento. O GAPA é um desses resultados, estabelecendo relações com o Estado e auxiliando na implementação das políticas públicas relativas à prevenção e controle da AIDS, mas, principalmente, reconstruindo a identidade e dando noções de cidadania através do empoderamento para grupos que se viam sem direitos, como é o caso da população travesti e trans. Mais tarde, já consolidada, a Igualdade assume o papel de seguir atuando pelos direitos das travestis e transexuais, organizada a partir das reuniões semanais do grupo de travestis no GAPA, com as mesmas atribuições em relação à prevenção da AIDS e fazendo a ponte entre Estado e a população em questão.

Também é necessário termos em conta que existe um processo de “onguização” da sociedade civil concomitante ao trabalho do GAPA e criação da Igualdade, fomentando o debate que relaciona movimentos sociais e organizações/instituições. Esse processo está diretamente ligado à resposta da sociedade civil à epidemia de AIDS, que cria um espaço de representação, captação e gestão de recursos e interlocução entre agências de fomento e

Estado. O surgimento da Igualdade nesse contexto e nesses moldes, portanto, não é um fato externo à esse movimento de institucionalização.

Nesse trabalho, então, buscamos responder como surge um movimento organizado que represente travestis e transexuais, considerando o papel da AIDS como catalisador e do GAPA como aglutinador dessas demandas. Para isso, analisar através das entrevistas as motivações individuais das pessoas que compõem esse grupo historicamente marginalizado, como ser travesti ou trans e a questão identitária influencia nas experiências e na construção de um movimento é relevante para inserirmos essas narrativas dentro da questão da organização pela luta dos direitos das pessoas travestis e transexuais.

Esse trabalho se divide em algumas seções. Na segunda, após essa breve introdução, o objetivo é desenvolver teoricamente o campo dos estudos de gênero e relacioná-lo com as travestis e as transexuais, e a questão candente desse movimento, que é a das identidades. Assim, pensar a pluralidade das identidades e, em contraposição, o essencialismo da necessidade dos movimentos sociais para que haja uma homogeneidade entre demandas e integrantes, é fundamental para compreendermos como é difícil reafirmar o tempo todo a coesão de gênero, de interesses e de demandas que compõem os movimentos sociais. Nesse sentido, o foco é tratar de questões teóricas úteis para pensarmos a especificidade do movimento de travestis e transexuais em relação ao movimento LGBT e feminista no que diz respeito à identidades.

No capítulo três, através dos depoimentos orais, nos aproximamos da vivência travesti e transexual e da construção dessas identidades. Nesse capítulo, trajetórias individuais se sobrepõem e se intercalam com memórias e vivências da ditadura, da prostituição nas ruas, da época pré-epidemia de AIDS e dos espaços de sociabilidade por onde circulavam as travestis até a década de 1980. Dessa forma examinaremos utilizando ferramentas da história oral, fios condutores nessas trajetórias e características que posicionam esse grupo para que, apesar de sua singularidade, se unam em demandas conjuntas após o encontro no GAPA. Aqui também serão tratadas questões relativas à especificidade dos depoimentos orais de travestis e transexuais, bem como limites e possibilidades do trabalho com base nessas fontes no contexto dessa pesquisa.

O quarto capítulo aborda a construção de um movimento de travestis e trans atentando, como coloca Carvalho (2011), para o binômio violência policial/AIDS. Das reuniões do GAPA à criação de uma entidade independente, a mudança ocorreu quando essa população se descobriu detentora de direitos até então ignorados ou desconhecidos ao acessar serviços como o do GAPA por se tratar de um “grupo de risco”. Nesse espaço, convergiram

interesses que possibilitaram às travestis e transexuais articularem demandas mais diversas do que as relacionadas à AIDS e prevenção. Assim, o capítulo busca levantar as diferentes condições que possibilitaram a inserção no Rio Grande do Sul dentro do contexto analisado, valendo-se sempre que possível de comparações com outros locais onde o processo foi semelhante.

O quinto e último capítulo fala da consolidação de um movimento de travesti e transexuais, da institucionalização à criação de redes regionais e nacionais, atentando para o papel das ONGs nesse processo. Além de depoimentos orais, como fonte serão utilizados projetos e relatórios da Igualdade - RS, de forma a mensurarmos e analisarmos mais profundamente as relações com o Estado. Aqui também será discutido o papel das lideranças para o sucesso e perseverança dessas ações e, visto que algumas pessoas mantêm seu envolvimento com os movimentos por longos anos (não só o de travestis e transexuais, mas também o gay) e passam a assumir o papel de “porta-voz” da causa, uma suposta homogeneidade no discurso que não se reproduz na vida real e muitas vezes afasta outros militantes e cria dissidências.

2. Pensando gênero, corpo e identidades

A proposta de incluir nessa dissertação um recorrido teórico surgiu a partir da constatação de que é impossível falar de gênero, movimentos sociais e de travestis e transexuais sem localizar esses saberes dentro do campo da história e em relação a minha própria subjetividade enquanto pesquisadora. Assim, trataremos inicialmente do conceito de gênero e seu emprego nos estudos históricos, partindo para uma discussão a respeito das identidades, corpo e da questão travesti e transexual.

Em primeiro lugar, é preciso pontuar que não há pretensão do campo de estudos de gênero em produzir um saber imparcial. A ideia tradicional da história enquanto ciência objetiva, universal e imparcial (sempre sob a ótica do homem ocidental e branco) se dissolve quando pensamos o papel dos sujeitos e sua influência na construção do conhecimento. Não existe história desvinculada de escolhas teóricas, metodológicas e práticas que, em sua essência, são escolhas políticas que se manifestam na produção de pesquisa e seus resultados, bem como não existe sujeito e objeto que são diametralmente opostos, ainda mais quando tratamos de história oral. Mesmo nesses termos, não são “menos verdadeiros” os trabalhos que reconhecem os limites de categorias fixas e imutáveis e de uma pretensa imparcialidade na ciência.

Nesse sentido, reivindico para essa pesquisa uma noção de objetividade feminista proposta por Donna Haraway (1995), um saber localizado e, portanto, parcial, que busca abordar a ciência sob um olhar não colonizador. Haraway (1995, p. 21) coloca que “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver”. Assim, assumir que nosso ponto de vista é um posicionamento é admitir que a imparcialidade é inatingível. É através de um posicionamento crítico, que repensa nosso olhar enquanto pesquisadores, que podemos chegar a produzir objetividade. É importante abandonar o relativismo que se pretende universal sem estar em lugar nenhum (HARAWAY, 1995, p. 24), uma outra faceta da totalização. Em seu lugar, argumento “a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (HARAWAY, 1995, p. 24), uma forma mais complexa de pensar gênero e de utilizá-lo na pesquisa histórica, atentando para suas particularidades e nuances.

2.1 Estudos de gênero

A entrada da categoria gênero nos estudos históricos nas universidades do Brasil, como descrita por Margareth Rago (1998) demonstra o impacto dessa perspectiva no campo da historiografia. Ligado a estudos feministas, “gênero” ia na contramão de outras categorias também abrangentes supostamente estáveis como “classe”. Num primeiro momento, popularizaram-se estudos descritivos de história das mulheres que buscavam “fazer aparecer” as mulheres fora do ambiente privado, desafiando uma narrativa histórica essencialmente masculina. Esse fenômeno Rago atribui a inserção maciça de mulheres no ambiente universitário durante a década de 1970, que diversificaram os temas de pesquisa num ambiente anteriormente predominantemente masculino. Durante esse período, a categoria gênero foi sinônimo de mulher, utilizada em pesquisas na área da história social cujo tema passava pela vida privada, maternidade, presença feminina em espaços públicos. Céli Pinto (2003) também tratou da consolidação de um campo feminista acadêmico ligado aos movimentos sociais, que começa a se estruturar na década de 1970, como ocorreu nos Estados Unidos na área dos Gender and Women’s Studies.

Nos anos 1980 e 1990, a história das mulheres passa a repensar gênero a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, mais notadamente a partir de textos de Jacques Derrida e Michel Foucault, que apontam para a dimensão relacional da categoria (RAGO, 1998, p. 90). É nessa nova perspectiva que também se insere a historiadora Joan Scott, reconhecida no campo, autora de uma obra que passa a problematizar a categoria gênero e, de acordo com Rago (1998, p. 89), torna-se leitura obrigatória entre as historiadoras feministas.

É através da perspectiva pós-estruturalista que se abre o campo para pensar gênero de forma menos engessada e, de acordo com Rago:

Foucault preparara o terreno radicalmente, ao questionar a naturalização do sujeito e as objetivções operadas pelas práticas discursivas dominantes. O filósofo francês apontava para a maneira profundamente ahistórica com que trabalhávamos sujeitos e objetos, denunciando a imensa ilusão de que éramos vítimas ao falarmos do sujeito universal, tomado por personagem não apenas “de carne e osso”, mas de quem tudo emanava. Logo, as feministas avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade. (RAGO, 1998, p. 91)

O filósofo Michel Foucault empreendeu um complexo trabalho de desnaturalização e dissolução do “sujeito universal”, apontando para o caráter histórico e relacional de noções como identidade e indivíduo. Os estudos foucaultianos e o pós-estruturalismo foram constituinte dos estudos de gênero a partir da década de 1980, e imprimem sua marca até hoje

em teóricos *queer*. A obra de Foucault que influencia diretamente esse campo é História da Sexualidade, que busca historicizar como relações de assujeitamento e resistência são responsáveis por produzir sujeitos.

O que Foucault faz nos três volumes da História da Sexualidade é desacreditar uma hipótese supostamente repressiva da sexualidade, de que a moral cristã e burguesa da repressão teria substituído um período de sexualidade “natural” da Grécia e Roma clássicas, onde a pederastia, adultério e os excessos teriam sido tolerados e disseminados. A proposta de Foucault é mostrar que, além de reprimida, a sexualidade foi estratégica mesmo no contexto moderno da “repressão”:

Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos - proibições, recusas, censuras, negações - que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não são, sem dúvida, somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso. (FOUCAULT, 2015, p. 17)

O saber sobre o sexo, portanto, é produzido e organizado em diferentes instâncias. Pela medicina da sexualidade, pela biologia da reprodução, pela psicanálise das subjetividades, pela igreja e sua ênfase na confissão, pela lei e seu papel no combate ao incesto, à poligamia, às perversões sexuais. Ao invés de ser reprimido, o saber sobre o sexo torna-se controlado por aparelhos de registro, uma incitação ao discurso controlada (FOUCAULT, 2015, p. 35). Desse modo, “o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem devotado a falar dele sempre, valorizando-o como *o segredo*” (FOUCAULT, 2015, p. 39). Constrói-se ao redor do sexo um aparato que busca produzir verdade ao seu respeito, falar sobre ele e colocá-lo em discurso através da confissão individual, um procedimento de individualização do poder (FOUCAULT, 2015, p. 58).

Como Foucault desenvolve no volume 1 dessa coleção, a história da sexualidade, do domínio da verdade a seu respeito, deve ser feita do ponto de vista de uma história dos discursos (FOUCAULT, 2015, p. 77), discursos de poder-saber que produzem a normalidade e controlam as categorias. É nesses jogos de poder que Foucault institui a idéia do dispositivo, que compreende os discursos de incitação, mecanismos de repressão e tudo que se trata a respeito da sexualidade. Ao invés de falarmos de uma negação, libertação e ocultamento em relação ao sexo, Foucault coloca todas essas ações dentro do dispositivo da sexualidade, que se encarrega de produzir, mediar e regular normas e sujeitos sexuais. A idéia de sexualidade

não seria, portanto, concebida como um dado da natureza ou a-histórica, mas produzida e controlada pelo dispositivo e por conjuntos estratégicos de poder.

É o conceito que Foucault utiliza para definir poder que auxilia na compreensão da abordagem de outras pesquisadoras que se utilizam da perspectiva pós-estruturalista e para discutir a categoria gênero. Para Foucault, o poder deve ser compreendido

como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 2015, p. 100-101)

O poder, portanto, se estrutura discursivamente e de forma relacional através de uma rede capilarizada que “está em toda parte porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2015, p. 101). Dessa forma, não podemos compreender o poder como uma entidade única e soberana, a exemplo do Estado, mas como uma articulação e “correlação de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e nas instituições, servindo de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social” (FOUCAULT, 2015, p. 102-103). Um poder-saber agente da transformação humana, responsável pela criação do dispositivo da sexualidade e todas as verdades produzidas que ele compreende.

Por seu caráter associado e interligado, as relações de poder não podem ser exteriores às de qualquer outra sorte, como econômicas, sexuais, de conhecimento. É a partir do caráter relacional do poder que Joan Scott passa a trabalhar com a categoria gênero na história, visto que gênero seria um elemento constitutivo de relações sociais, e do mesmo modo, de relações de poder.

Inicialmente, em seu famoso texto mencionado por Rago, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, originalmente publicado em 1986, Joan Scott pontua o caráter político da história das mulheres empreendida na década de 1970, coadunando com Rago (1998) e Céli Pinto (2003). Esses estudos descritivos, porém, não teriam sido suficientes para questionar conceitos e quadros tradicionais de referência (SCOTT, 1995). É a partir do uso da categoria gênero que se passa a teorizar sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreendê-las.

A definição de gênero como proposta por Joan Scott compreende duas proposições. A primeira é que “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas

diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86). A segunda é que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Em relação a primeira afirmativa, a autora coloca quatro elementos interrelacionados para a elaboração do conceito. Primeiramente, os símbolos culturais que suscitam representações a respeito da mulher, contraditórios e complementares como mitos cristãos. Em segundo, conceitos normativos compreendidos em doutrinas que reforçam o sistema binário que divide masculino e feminino. Scott atenta para a importância de não tomarmos essas normas como um consenso, mas sim como um discurso majoritário em determinado contexto, não ilustrativo dos jogos de poder e das resistências por trás da posição dominante. O terceiro elemento é a necessidade de se ter em perspectiva a política, as instituições e a organização social de forma a pensarmos as relações de gênero como não permanentes. Por último, a construção identidade subjetiva de gênero, considerando suas especificidades históricas. Em relação à segunda proposição, Scott coloca que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, sendo um campo primário no interior do qual e por meio do qual o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Em outro texto, Scott esclarece as possibilidades de trabalho com o conceito de gênero sob um viés analítico:

“Um conceito relativizado de gênero como um saber historicamente específico sobre a diferença sexual permite às feministas forjar um instrumento analítico duplamente afiado, que permite gerar um saber novo sobre as mulheres e sobre a diferença sexual e inspirar desafios críticos às políticas da história ou, também, de qualquer outra disciplina. A história feminista deixa então de ser apenas uma tentativa de corrigir ou suplementar um registro incompleto do passado, e se torna um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar da produção do saber de gênero.” (SCOTT, 2007, p. 25)

Embora revolucionária ao abordar a categoria gênero como possibilidade de análise e percebê-la enquanto relacional e diretamente ligada à noção de poder e saber a respeito das diferenças sexuais (SCOTT, 2007, p.12), Scott teve seu trabalho criticado posteriormente. Tratando do gênero enquanto construído social e culturalmente com base em diferenças sexuais biológicas, Scott estabeleceu que:

“não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é “puro”, não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada.” (SCOTT, 2007, p. 13)

Apesar do reconhecimento da percepção da diferença sexual como mediada por discursos e relações de poder, de que forma percebemos as diferenças físicas enquanto

sexuais? Para Scott, essa diferença é um dado a partir do qual o gênero vai se organizar socialmente, mas não há nenhuma problematização em relação à construção da noção da diferença sexual. Mesmo levantando a importante questão a respeito da desconstrução das categorias homem e mulher e das possibilidades oferecidas pela categoria “gênero”, Scott recai num binarismo que coloca de um lado a diferença sexual como determinação, e de outro as construções sociais a respeito desse dado.

Duas outras autoras podem nos ajudar a entender a respeito de gênero de uma forma analítica. Inicialmente, Linda Nicholson (2000) reconhece o avanço da perspectiva analítica de Joan Scott, mas ressalta que a noção de que o “sexo” é puramente biológico, deslocado da cultura e história e que marca a distinção masculino/feminino, ainda predomina nos discursos científicos e é para onde se direciona sua crítica.

Nicholson traça as origens do termo “gênero”, mas aponta suas raízes na junção da idéia “da base material da identidade e da construção social do caráter humano. Assim, nos estudos dos anos 1960 e 1970, o conceito de gênero aparece como suplementar ao de “sexo”, inserindo-se num “sistema sexo/gênero”, onde o “biológico foi assumido como base sobre a qual os significados culturais são constituídos” (NICHOLSON, 2000, p. 11). A essa noção de identidade, Nicholson atribuiu a analogia de um “porta-casacos”, em oposição a um determinismo que afirma que o biológico influencia diretamente no social, e denominando-a de “fundacionalismo biológico”:

“o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos a personalidade e comportamento. Tal modelo permitia às feministas teorizar sobre o relacionamento entre a biologia e personalidade aproveitando certas vantagens do determinismo biológico, ao mesmo tempo em que dispensava certas desvantagens.” (NICHOLSON, 2000, p. 12)

A respeito dessa perspectiva da identidade como “porta-casacos”, Nicholson alerta sobre como é um obstáculo à compreensão profunda da diferença entre homem, mulher e seu significado. O maior problema dessa noção seria a generalização da “identidade sexual” preponderante na maior parte da cultura moderna ocidental como algo comum a todas as sociedades e culturas. Assim, e admitindo uma coexistência entre elementos característicos, homogeneízam-se as diferenças das mulheres e se pode inferir que

“tudo o que há em comum entre as mulheres devido ao sexo gera tudo o que há em comum entre elas em termos de gênero explica a tendência a se pensar o gênero como representativo do que as mulheres têm em comum, e aspectos de raça e classe como indicativo do que elas têm de diferente” (NICHOLSON, 2000, p. 13)

Nicholson recorre a Elizabeth Spelman, que denomina essa abordagem como “colar de contas”, uma corrente que simboliza cada indivíduo com pingentes/contas que simbolizariam

as variáveis que nos constituem. A conta “gênero” seria o que todas as mulheres possuem em comum, podendo ser adicionada de outras variáveis como raça e classe. A crítica a essa posição é que essas contas são sempre negativas para mulheres em situações menos privilegiadas, além de não serem passíveis de dialogarem em intersecção, homogeneizando experiências de opressões. Para Nicholson, essa abordagem dual “obscurece a possibilidade de aquilo que descrevemos como o que há de comum entre as mulheres estar entrelaçado com o que há de diferente entre elas” (NICHOLSON, 2000, p. 14), deixando claro que não há algo comum que emana da biologia que descreva ou agrupe todas as denominadas mulheres. A mesma coisa podemos pensar em relação às mulheres travestis, considerando que suas experiências não são aditivas, mas sim contextuais, singulares e relacionadas a outros fatores condicionais que não podem ser somente “adicionados” para denotar seu caráter marginalizado.

A autora ainda aponta para como as diferenças entre sociedades e contextos históricos também influenciam em nossa compreensão do corpo e do que define masculino e feminino. Considerando a diversidade cultural e populacional humana, essa diferença no sentido e importância atribuídos ao corpo afetam o sentido da distinção entre masculino e feminino. Dessa forma, podemos nos remeter a Foucault e pensar o caráter situacional e contextual de sujeitos e identidades e, embora Nicholson esteja pensando numa identidade “sexual” que define uma mulher, essa noção será fundamental para pensarmos sobre a identidade de gênero e a ideia de uma identidade travesti que é construída em oposição a uma identidade dada a priori, determinada pela biologia.

Em seguida, Nicholson segue em sua crítica ao fundacionalismo biológico e as expoentes dessa perspectiva, notadamente feministas radicais¹¹, apontando a conexão entre o construcionismo social e o determinismo biológico para criar um leque de posições variáveis onde um fator biológico pode “mais ou menos” influenciar uma característica comportamental ou de personalidade. Dentro desses estudos criticados, o de Janice Raymond (1979) é especialmente interessante por tratar da transexualidade. Há uma direta associação entre biologia e caráter feita por Raymond, para quem a ideia de um homem “biológico” identificar-se com gênero feminino é impossível, pois todas as mulheres diferem em certos aspectos de todos os homens (NICHOLSON, 2000). Para Raymond, a causa da transexualidade é social, gerada pelos modelos de gênero (masculinidade/feminilidade)

¹¹ O feminismo radical, dentre as diferentes vertentes feministas originou-se diretamente da segunda onda feminista e é marcado pela luta contra uma instituição a-histórica, o patriarcado, responsável pela subordinação e opressão feminina com base em sua capacidade reprodutiva.

criados pelo patriarcado (RAYMOND, 1979). Como outras feministas radicais, Raymond coloca a cirurgia de redesignação genital como uma mutilação e a transexualidade como uma maneira de apropriação por parte do patriarcado dos corpos femininos.

A crítica de Nicholson parte de sua afirmação que genitália denominada feminina gera tipos de reação distintos do que a genitália masculina, o que seria suficiente pra afirmar que ninguém poderia se identificar com o outro gênero como no caso da transexualidade, visto que experiências de gênero de mulheres e homens-construídos-mulheres (como Raymond denomina as mulheres transexuais) são distintas de todas as formas. A questão é que Raymond homogeneiza as reações possíveis a um tipo de biologia e se “a biologia produz certas reações comuns com um efeito específico no caráter, ela se torna, com efeito, uma causa do caráter”, como coloca Nicholson (2000, p. 26) para exemplificar o fundacionalismo biológico da perspectiva da outra autora.

A idéia de Nicholson é compreender a distinção masculino/feminino quando pertinente e inserida em um contexto determinado, como na maioria das sociedades ocidentais, mas também historicizar essas noções que parecem pré-determinadas. A respeito do conceito de “mulher”, ela propõe complexificá-lo em sua definição e simplificá-lo em sua identificação, pensando o corpo como “uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis” (NICHOLSON, 2000, p. 36). Dessa forma, podemos passar a tratar a transexualidade e a travestilidade como outras alternativas ao modelo biológico que define o que é ser mulher. Algumas abordagens inclusive propõem substituir a categoria mulheres trans/travesti por mulheres que vivenciam a transexualidade/travestilidade, denotando uma abertura no que diz respeito a essas definições.

Nicholson é uma das autoras a problematizar o sistema binário que divide masculino/feminino, mas Anne Fausto-Sterling (2002) coloca em xeque outros tipos de dualismos necessários para manter a divisão fixa entre homens e mulheres. Em seu texto “Dualismo em duelo”, Fausto-Sterling analisa as dimensões das oposições sexo/gênero, natureza/criação e real/construídos através dos mecanismos e discursos responsáveis por engessar esses binarismos.

Para a autora,

“O sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe o isso ou aquilo. Antes, existem nuances de diferença, [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de

conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo.” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 15)

Nesse sentido, a autora retoma a dicotomia sexo/gênero para colocar a visão predominante a partir da década de 1970 tanto entre cientistas como feministas da segunda onda: “sexo passou a representar a anatomia e funcionamento fisiológico do corpo e gênero passou a representar as forças sociais que moldam o comportamento” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 16). É através do questionamento da reificação da categoria sexo, responsável por aprisionar mesmo propostas feministas, visto que se diferenças cognitivas e comportamentais eram vistas como resultantes da diferença sexual, então era permanente a desvantagem das mulheres em relação aos homens.

Assim, a autora também contribui para pensarmos na impossibilidade de uma ciência neutra e uma biologia que explique e determine processos sociais, dado que

“Nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos uma base física simples para o “sexo” mais claro fica que o “sexo” não é uma categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas idéias sobre o gênero.” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 19)

Dessa forma, não há um “dado” bruto (sexo) sob o qual se inserem percepções e influências sociais (gênero). Nossa própria percepção a respeito da biologia já está marcada por nossas impressões e imagens que temos a respeito de gênero.

A autora aponta para uma mudança no que diz respeito a esse conhecimento científico outrora percebido como imutável e produtor de verdades inquestionáveis, citando as lutas dos movimentos feminista e LGBT para uma problematização do caráter objetivo e atemporal que é associado à ciência. Ainda sugere outras escalas e lugares para procurarmos aspectos influenciadores do desenvolvimento humano além do estritamente social. Dando atenção especial a interação biologia-social e partindo da natureza artificial das divisões que impedem que tenhamos a dimensão das interações e possibilidades de diálogo entre campos que nos ajudem a melhor compreender gênero e o desenvolvimento humano em sua diversidade, Fausto-Sterling possibilita que pensemos gênero sem “expulsar o corpo” da História, mas sim considerando-os parte de um conjunto que, junto com a mente, o contexto histórico e as influências sociais, produzem indivíduos únicos e complexos.

Essas abordagens nos aproximam de um olhar que desconstrói a matriz heterossexual para pensarmos a travestilidade e a transexualidade como não-estáveis, levando em consideração não só a questão de gênero mas sua relação com o corpo e com uma noção errônea de uma ciência isenta que reafirma uma divisão estática entre variáveis que separam masculino e feminino. Pensando dessa forma, podemos melhor compreender as

singularidades que compõem as trajetórias que se unificam nos movimentos sociais, porém é a Teoria Queer que pode contribuir ainda mais para desnaturalizarmos e desestabilizarmos modelos fixos.

2.2 A Teoria Queer

Antes de tratarmos dos pressupostos e conceitos que compõem a teoria queer, talvez seja mais ilustrativo começarmos definindo o que a teoria queer busca refutar. Assim, Guacira Lopes Louro (2001) marca a invenção do sujeito homossexual e da homossexualidade no século XIX como o início do que chamamos de uma política de identidade. Anne Fausto-Sterling (2002) já colocou que a homossexualidade aparece conceituada antes da própria heterossexualidade, uma noção criada e naturalizada enquanto *norma*, da qual a homossexualidade era desviante. Embora muitos discursos tenham sido produzidos a respeito da homossexualidade, seja enfatizando “o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade – mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um ‘tipo’ humano distintivo.” (LOURO, 2001, p. 542). Essa busca por uma identidade específica, a criação do homossexual como sujeito, coloca a política de identidade sob um viés essencialista, o qual Jeffrey Weeks define como

“o ponto de vista que tenta explicar as propriedades de um todo complexo por referência a uma suposta verdade ou essência interior. Essa abordagem reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos”. (WEEKS, 2010, p. 43)

É o movimento homossexual, tanto no Brasil como no exterior, durante a década de 1970 e 1980 que organiza-se enquanto produtor de cultura, arte e toma a cidade como seu espaço de sociabilidade de forma mais aberta (GREEN, 2000; LOURO, 2001). Nesse ínterim, se forma nos grandes centros urbanos o que podemos chamar de “comunidade homossexual” composta por intelectuais, ativistas e artistas, nos termos de um modelo “étnico” (LOURO, 2001). Pertencer a essa comunidade gay implicava em se assumir para encontrar nela sua “família”. Louro coloca que:

“Gays e lésbicas eram representados como “um grupo minoritário, igual mas diferente”; um grupo que buscava alcançar igualdade de direitos no interior da ordem social existente. Afirmava-se, discursiva e praticamente, uma identidade homossexual. A afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras e implicava numa disputa quanto às formas de representá-la. Imagens homofóbicas e personagens estereotipados exibidos na mídia e nos filmes são contrapostos por representações ‘positivas’ de homossexuais.” (LOURO, 2001, p. 543)

Assim, cria-se a idéia do “bom gay”, o gay representável, com família, comportamentos moralmente aceitos, mas que não deixa de ser excludente e normatizadora, pois “prescrevem” a correta maneira de ser e apresentar-se enquanto homossexual. Em compensação, às travestis e transexuais por muitos anos ainda foi reservada a perseguição policial e o estigma da prostituição. Outras categorias, como as pessoas bissexuais, também não gozaram dos frutos da visibilidade positiva imbuída na comunidade homossexual, antes dessa ser denominada LGBT, e criticavam o a concepção de “identidade homossexual unificada” que emanava da política de identidade. Sobre essa política, Leandro Colling coloca que para os movimentos sociais, é necessária a

“afirmação das identidades e o uso do essencialismo estratégico que acompanha as suas práticas políticas. Ativistas, em geral, defendem que um grande grupo de pessoas deve ter e afirmar a mesma identidade (ou um restrito grupo de identidades, na melhor das hipóteses simbolizadas pela sigla LGBT, e, na pior, apenas pela letra G), e que todas devem se identificar com as mesmas características que seriam inerentes a tais identidades ou identidade. A afirmação das identidades, é claro, não foi uma estratégia criada sem justificativas. Os movimentos perceberam, acertadamente, que um primeiro passo da luta era, e continua sendo, em alguns contextos, melhorar a auto-estima das pessoas e elaborar um discurso sobre quem cada movimento está representando.” (COLLING, 2015, p. 27)

Essa política se manifesta até recentemente, em campanhas e publicidade que buscam desestigmatizar a população LGBT, associando-a com a família e valores tradicionais

É a emergência da epidemia de AIDS no mundo na década de 1980 que muda a direção da política de identidade, visto que a doença inicialmente nomeada de “peste gay” faz retroceder muitos aspectos da imagem socialmente aceita que a homossexualidade tinha alcançado, trazendo à tona conservadorismos e a homofobia antes aparentes na sociedade. Louro cita especificamente uma mudança em relação ao surgimento de redes de solidariedade:

“O resultado são alianças não necessariamente baseadas na identidade, mas sim num sentimento de afinidade que une tanto os sujeitos atingidos (muitos, certamente, não-homossexuais) quanto seus familiares, amigos, trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde, etc. As redes escapam, portanto, dos contornos da comunidade homossexual tal como era definida até então. O combate à doença também acarreta um deslocamento nos discursos a respeito da sexualidade – agora os discursos se dirigem menos às identidades e se concentram mais nas práticas sexuais (ao enfatizar, por exemplo, a prática do sexo seguro).” (LOURO, 2001, p. 546)

O GAPA é um dos exemplos dessas redes que englobavam a diversidade da população portadora do vírus HIV, contando com assistência não só a população homossexual mas também a outros grupos considerados de risco como prostitutas e travestis.

Nesse contexto, a AIDS expõe os limites e problemáticas da política de identidade e do “gueto” homossexual dentro da sociedade, aproximando, mesmo que com muitas barreiras,

a comunidade homossexual de políticas públicas e de acesso a direitos igualitários. Há, portanto, uma mudança no que concerne às práticas dentro dos movimentos sociais LGBT pós epidemia de AIDS. Embora esses movimentos tenham se multiplicado,

A agenda teórica moveu-se da análise das desigualdades e das relações de poder entre categorias sociais relativamente dadas ou fixas (homens e mulheres, gays e heterossexuais) para o questionamento das próprias categorias – sua fixidez, separação ou limites – e para ver o jogo do poder ao redor delas como menos binário e menos unidirecional. (EPSTEIN e JOHNSON, 1998, p. 37-38 apud LOURO, 2001, p. 546)

É em resposta a essas limitações da política de identidade e do reconhecimento do problema de fixar modelos essencialistas que surge o *queer* enquanto possibilidade teórica pós-identitária. Considerando o contexto pós epidemia de AIDS abordado no presente trabalho, pensar o *queer* como arcabouço teórico para analisar a organização de grupos cuja manifestação identitária é tão plural e cujas trajetórias individuais, como veremos, são singulares porém com pontos em comum, pode ser útil sob a perspectiva de tirar da lógica hetero-cisnormativa os elementos que compõem essa organização e os grupos.

Isso posto, de onde surge e o que propõe a teoria queer? Primeiramente, é necessário definir “queer”: em inglês, significa estranho, excêntrico, raro, percebido num tom pejorativo e ofensivo que foi resignificado pelos pensadores e pelos movimentos sociais LGBT que se apropriaram da palavra para “caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação” (LOURO, 2001, p. 546). Teresa de Lauretis, em 1990, trouxe essa denominação para a academia, para marcar a oposição ao tipo de trabalho que era desenvolvido até então a respeito de estudos de gênero e sexualidade. Na prática, a teoria queer vem para fazer frente à normalização e regulação dos corpos e identidades. O queer busca marcar a diferença, transgredindo a proposta de qualquer política assimilacionista ou de normatização. Sobre isso, Larissa Pelúcio coloca:

“O queer, apesar de ter sido um saber formulado no Norte Global, vai ser uma resposta atrevida das pessoas marginalizadas por uma ordem regulatória dos corpos, das sexualidades e assim também das subjetividades. Uma ordem que recusa outros arranjos sexuais e de gênero que não estejam conformados a uma moralidade burguesa, medicalizada e marcadamente eurocentrada.” (PELÚCIO, 2014, p. 28)

Assim, a teoria queer surge para balançar as noções fixas a respeito da sexualidade e de gênero, questionando modelos imutáveis identitários e a possibilidade de um sujeito uno, conciso e a-histórico, enfatizando seu caráter provisório e discursivamente construído. Sobre as bases teóricas dos estudos queer, Richard Miskolci coloca:

“Em termos teóricos e metodológicos, os estudos queer surgiram do encontro entre uma corrente dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, o qual problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e

identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia.” (MISKOLCI, 2007, p. 2)

Os principais autores pós-estruturalistas que contribuíram para a elaboração desse corpus teórico foram Michel Foucault e Jacques Derrida. Foucault, através da proposta de construção discursiva do dispositivo da sexualidade, como já vimos anteriormente, analisa nos termos do poder o processo de produção de sujeitos por meio de uma normalização que inclui práticas e saberes como medicina, biologia, religião e mesmo propostas supostamente libertadoras, como a psicanálise. Assim, emergem os estudos queer como possibilidade de análise dos binarismos e categorias vigentes, um trabalho necessário e que denota o caráter construído dessas oposições, como já colocou Anne Fausto-Sterling (2002).

Esses termos, porém, tratam de um contexto norte-americano e europeu, em sua predominância. O significado de queer no Brasil foi trabalhado por Larissa Pelúcio (2014a, 2014b) ao tentar relocalizar o debate para o contexto brasileiro e latino-americano. No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, a teoria queer foi introduzida via estudos universitários, e não enquanto ação dos movimentos sociais. No contexto brasileiro, passou-se a discutir a teoria queer ao mesmo tempo em que políticas identitárias se fortaleciam no movimento LGBT. Desse modo, uma teoria que se proclamava como não-identitária tinha um potencial perigosamente despolitizante (PELÚCIO, 2014b). Apesar dessa suposta cisão entre “identitários” e “queer”, essa questão não faz diferença para a sociedade brasileira que não integra o movimento LGBT e

“esta divisão interna, onde ela opera, esconde uma luta entre os estabelecidos que temem perder sua hegemonia e os supostamente recém chegados que a ameaçariam. O que está em jogo, portanto, não é o que define o “nós” do movimento LGBT, este nós condenado historicamente a ser reinventado a todo o momento, mas qual o papel do movimento dentro do novo cenário da política sexual brasileira.” (MISKOLCI, 2011, p. 44 apud PELÚCIO, 2014b, s/n)

Com base nisso, o que Larissa Pelúcio propõe, considerando que mesmo o nome “queer”, em português, não tem a carga contestatória que possui na língua inglesa, é que possamos pensar uma teoria cu/epistemologia cucaracha e

“Assumir que falamos a partir das margens, das beiras pouco assépticas, dos orifícios e dos interditos fica muito mais constrangedor quando, ao invés de usarmos o polidamente sonoro queer, nos assumimos como teóricas e teóricos cu. Eu não estou fazendo um exercício de tradução dessa vertente do pensamento contemporâneo para nosso clima. Falar em uma teoria cu é acima de tudo um exercício antropofágico, de se nutrir dessas contribuições tão impressionantes de pensadoras e pensadores do chamado norte, de pensar com elas, mas também de localizar nosso lugar nessa “tradição”, porque acredito que estamos sim contribuindo para gestar esse conjunto farto de conhecimentos sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas também.” (PELÚCIO, 2014b, s/n)

Dos expoentes dos estudos queer, acredito que Judith Butler seja a autora que mais pode contribuir para pensarmos as identidades e gênero das travestis através da materialidade do corpo e da performatividade de gênero. Assim, em seu trabalho mais famoso no Brasil, *Problemas de Gênero*, lançado em 1990, Butler busca refutar a idéia de um feminismo que busca um sujeito único e estável, e ao mesmo tempo fornece possibilidades para pensarmos os sujeitos dos movimentos sociais. Sua análise a respeito de como opera a categoria gênero é fundamental para compreendermos a diversidade e pluralidade nas formas de ser e existir enquanto “vidas possíveis de serem vividas”.

É através do trabalho de Butler que a teoria queer se populariza no Brasil. Nesse sentido, o trabalho de Butler aparece, primeiramente, como uma crítica ao feminismo que presume uma identidade definida para a “categoria” mulheres. Seus apontamentos buscam desfazer as noções que apontam que “ser mulher” faz parte de uma identidade comum que determina uma base universal para o feminismo. No contexto atual, o fator mais determinante é a capacidade reprodutiva/ter vagina, mas outros caracteres fundamentais podem emergir para definir esse grupo. Butler também critica a idéia de um patriarcado a-histórico e imutável, responsável pela opressão às mulheres, questionando-se se haveria traços comuns entre as denominadas “mulheres” antes de sua opressão pelo patriarcado ou se esse seria o único elo entre o grupo. (BUTLER, 2015a, p. 22)

Dessa forma, Butler descarta a possibilidade de um sujeito estável dentro do feminismo, visto que esse seria responsável, através de seu discurso representacional, por limitar e excluir, o que denota os limites da política de identidade. Butler não propõe uma recusa à política representacional, que ela reconhece como fundamental para as vitórias do movimento feminista, e aqui também a reconhecemos como central para os movimentos de travestis e transexuais, mas propõe formular “no interior dessa estrutura construída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (BUTLER, 2015a, p. 24). Assim, busca desnaturalizar a idéia de um sujeito presumido dentro do movimento feminista, propondo uma “política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político” (BUTLER, 2015a, p. 25). É a partir dessa posição que também podemos repensar as identidades LGBT e, mais especificamente, as travestis e transexuais.

Para Butler, a separação do binômio sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2015a, p. 26). O seu argumento, porém, é que “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição

cultural de significado num sexo previamente dado [...]; tem de designar também o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2015a, p. 27). Nesse sentido, devemos reconsiderar o caráter pré-discursivo/natural de sexo, uma concepção neutra que seria anterior à cultura, e significado somente por essas inscrições sociais e culturais. Assim, podemos dizer que é impossível nos apropriarmos da noção de sexo separando-o das definições de gênero, visto que já existe um vocabulário e uma representação que condiciona nossa percepção de um suposto dado “neutro”. Anne Fausto-Sterling coloca, ao falar de Butler que

“Existem hormônios, genes, próstatas, úteros e outras partes e fisiologias do corpo que usamos para diferenciar o macho da fêmea, que se tornam parte do campo de que emergem variedades de experiência e de desejo sexual. Além disso, variações em cada um desses aspectos da fisiologia afetam profundamente a experiência individual do gênero e da sexualidade.” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 62)

A questão é que mesmo essas noções supostamente neutras da anatomia já estão baseadas numa “matriz com gênero”, uma materialidade marcadamente “feminina”, como proposta pelos filósofos clássicos. “Sexo”, portanto é

“um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas” (BUTLER, 2016, p. 154)

Judith Butler avança nessa abordagem ao considerar as materialidades, os “corpos que pesam” (BUTLER, 2016), para dizer que a própria matéria já contém noções de gênero e sexo, jamais podendo ser neutro. O corpo, portanto, tanto produz significados sociais como também é produzido por eles. A contribuição da definição de gênero para Butler nessa pesquisa, é portanto, a noção de que a fabricação de gênero se dá a partir do corpo e de sua significação (BUTLER, 2015a).

Se reconhecemos o caráter fictício da noção de permanência, o gênero como substância e a idéia de homem/mulher como substantivo pode ser questionada, mas tampouco podemos atribuir a gênero o papel de atributos flutuantes (como já havia criticado Nicholson a proposta da identidade como ‘porta-casacos’). Dessa forma, Butler afirma que o efeito substantivo de gênero, sua existência na prática, é o performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero (BUTLER, 2015a, p. 56). Essas práticas reguladoras são aquelas que buscam “unificar” o gênero e uniformizar sua identidade a partir do reforço de uma heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2015a, p. 67). Assim, para a autora, “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura

reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2015a, p. 69).

Gênero, portanto, é construído na performatividade. Performatividade é, a partir dos corpos, um movimento de materialização do gênero. Através disso, podemos resignificar a própria existência das travestis e das transexuais, visto que Butler coloca que não há separação entre expressão de gênero (como uma pessoa é lida homem ou mulher) e identidade de gênero (como ela se identifica), posto que a própria identidade é a ação performativamente construída. Assim, fica cada vez mais explícita a importância do corpo para a construção da noção de gênero e sua performatividade, uma (re)citação de um conjunto de possibilidades existentes que constroem gênero (BUTLER, 2016).

É importante também para pensarmos a construção de gênero a idéia que Butler propõe de citacionalidade, visto que “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, em vez disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os feitos que ele nomeia” (BUTLER, 2016, p. 154). Assim, a performatividade é uma “reiteração de normas ou conjunto de normas” através da citacionalidade, “aquisição do ser através da citação do poder” (BUTLER, 2016). Mais ilustrativo a respeito da citacionalidade, poderíamos sugerir que ser reconhecida enquanto mulher prevê a citação e performatividade de várias normas e regulações, algumas mais e outras menos fundamentais: uma voz, uma maneira de vestir-se, uma representação, uma força performativa das palavras, e outros elementos responsáveis por manter a estrutura heterossexual de separação entre o que seria masculino e feminino.

Nesse íterim, a noção de materialização de gênero e performatividade a partir da significação dos corpos é fundamental para pensarmos que elementos são constituintes do gênero de travestis e transexuais, e de que forma o corpo é central para a performatividade que, na prática, constitui o que denominamos de sua identidade.

2.3 Corpo e identidades

A partir dessas leituras, se pode inferir que corpos e identidades não são áreas à parte. Como questiona-se Butler,

“o que pode então significar ‘identidade’, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais importante, como essas suposições impregnam o discurso sobre as ‘identidades de gênero’? Seria errado supor que a discussão sobre a ‘identidade’ deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em

conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (BUTLER, 2015a, p. 42)

Dessa forma, podemos começar a considerar a impossibilidade da noção da homossexualidade/travestilidade como traço físico atemporal. Partindo dessa proposta, complexifica-se a definição de um modelo fixo de travestilidade e transexualidade.

Foucault trata da emergência do sujeito homossexual e da incorporação da sexualidade à noção de indivíduo, em oposição a antes da criação do dispositivo da sexualidade, quando as práticas sexuais não produziam sujeitos. O que acontece, com a institucionalização e abrangência do poder-saber é um processo no qual o discurso cria a identidade/sujeito na prática (FOUCAULT, 2015, p. 44) e no qual o sujeito é efeito de práticas não discursivas, como o poder disciplinar, e das tecnologias de si mesmo, ou do poder subjetivante.

Anne Fausto-Sterling fala do surgimento da homossexualidade contemporânea, colocando que:

“Os historiadores atribuem o surgimento deste novo corpo homossexual a amplas mudanças sociais, demográficas e econômicas ocorridas no século XX. Nos EUA, muitos homens e algumas mulheres, que em outras gerações teriam permanecido nas fazendas das famílias, encontraram espaços urbanos de reunião. Longe dos olhos das famílias, eram livres para realizar seus desejos sexuais. Os homens que procuravam interações com outros do mesmo sexo se encontravam em bares ou na prática de certos esportes; à medida que sua presença se tornava óbvia cresciam as tentativas de controlar seu comportamento. Em resposta à polícia e aos reformadores morais, surgiu a auto-consciência de seu comportamento sexual – um senso embrionário de identidade. A identidade em formação contribuiu para sua própria apresentação em termos médicos. Os homens (e mais tarde as mulheres) que se identificavam como homossexuais procuravam agora a ajuda e a compreensão dos médicos. E com a proliferação dos relatos médicos, os homossexuais passaram a usá-los para construir suas próprias auto-descrições.” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 45-46)

Nesse sentido, o próprio poder institui as práticas de assujeitamento pelas quais os indivíduos vão passar a se significarem enquanto sujeitos dentro do dispositivo.

Para o Brasil, é preciso contextualizar nacionalmente em relação às categorias que aqui estamos tratando, travestis e transexuais. James Green (2000) fala da cultura homossexual no século XX e retrata com precisão o caráter provisório da travestilidade, normalmente restrita ao carnaval e aos bailes de fantasia nos clubes. Segundo ele,

“nos anos 40, os bailes de travestis emergiram como o lugar privilegiado para performances públicas da inversão da representação de gêneros. Ao longo de toda a década de 1950, a projeção desses bailes aumentou, à medida que eventos organizados exclusivamente para a subcultura homossexual cresciam em número, tamanho e visibilidade. Embora os adeptos do carnaval de rua também se travestissem, os bailes de travestis eram os principais locais onde a regra era o desregramento (...) Em meados da década de 1970, os bailes de travestis passaram a ser parte integrante do carnaval carioca. Eles atraíam uma cobertura ampla e favorável da mídia e uma multidão de participantes do mundo todo.” (GREEN, 2000, p. 332).

À época, mesmo homens heterossexuais podiam burlar as fronteiras de gênero e vestir-se de mulher nos blocos e bailes, mas o carnaval, principalmente, “mais do que significar um ato de inversão, propicia a oportunidade para uma intensificação de suas próprias experiências como indivíduos que transgridem papéis de gênero e fronteiras sexuais socialmente aceitáveis o ano inteiro” (GREEN, 2000, p. 335).

Nesse período, “estar em travesti” ou “ter um travesti” fazia parte da cultura homossexual que associava a homossexualidade com efeminação e, portanto, dividia entre bicha (passivo) e bofe (ativo) os elementos da relação sexual, compreendidos num modelo dicotômico (GREEN, 2000). Nesse modelo, a “‘passividade’ sexual da ‘bicha’ atribui-lhe a posição social inferior da ‘mulher’. Enquanto o homem ‘passivo’, sexualmente penetrado, é estigmatizado, aquele que assume o papel público (e supostamente privado) do *homem*, que penetra, não o é.” (GREEN, 2000, p. 28). Ao longo do século, há a mudança para um modelo mais igualitário, da introdução da categoria “enxuto” e, mais tarde, “homossexual” para designar homens gays que se relacionam.

Da “bicha” que “está em travesti” da década de 1960 para a emergência da travesti como categoria identitária, é central compreender as transformações corporais e tecnologias possíveis que começam a fazer parte da identidade travesti. Antes limitada a alguns dias do ano, a partir da década de 1970, a travestilidade enquanto possibilidade múltipla de existência travesti (DUQUE, 2012) emerge a partir de um contexto mais aberto socialmente, com a popularização de artistas que borravam as fronteiras de gênero com um visual andrógino e com o surgimento de procedimentos tecnológicos que possibilitaram alterações corporais, a exemplo da hormonização e do uso do silicone. Green coloca que

“Inúmeras mudanças na sociedade brasileira talvez ajudem a explicar o fenômeno de um visível crescimento no número de travestis atuando como prostitutas nos anos 70. Os códigos de vestuário do homem e da mulher ficaram mais flexíveis, enquanto o estilo unissex confundia as distinções entre as roupas masculinas e femininas. Às mulheres era permitido aparecer em público usando jeans e roupas mais provocantes, ao passo que os homens podiam adotar estilos mais andróginos sem sofrer uma estigmatização social severa. Os shows de travestis nos clubes gays, que se tornaram tão populares na segunda metade da década de 60, promoveram a mística da sedução do homem vestido de mulher.” (GREEN, 2000, p. 403)

No Brasil, o uso desses métodos de modificação corporal chegam através de artistas travestis vindas da Europa, principalmente da França, já familiarizadas com a transformação corporal. Da mesma forma, é com shows e espetáculos oriundos do eixo Rio de Janeiro-São Paulo que essas práticas se popularizaram entre travestis no restante do Brasil. O espetáculo *Les Girls*, de 1964, o primeiro a reunir um elenco de travestis, todas já utilizando-se das técnicas e procedimentos de hormonização, foi pioneiro num ano marcante da história do Brasil, o do

golpe que deu início ao período da ditadura civil-militar e viajou o Brasil difundindo, mesmo que não intencionalmente, as práticas de hormonização e estimulando a troca de conhecimento entre as travestis.

O trabalho de Elias Ferreira Veras (2017), “Travestis: carne, tinta e papel” busca problematizar as condições históricas no que diz respeito à emergência do sujeito travesti no contexto de Fortaleza. O autor se dedica à passagem do que ele chama de “tempo das perucas”, ou do período que vai até a década de 1970 onde predominava a idéia de “fazer” ou “estar” em travesti, para o “tempo dos hormônios” ou ainda “farmacopornográfico”. Esse último é fruto dos avanços médicos e tecnológicos que possibilitaram a existência da travesti enquanto identidade, influenciado por discursos e eventos como a popularidade da modelo transexual Roberta Close e, em referência a Paul Preciado, caracterizado como “um novo regime de saber-poder-subjetivação” (VERAS, 2017, p. 101).

Sobre a separação da categoria “bicha”/homossexual rumo a uma categoria identitária travesti, Mario Carvalho coloca:

“Dotadas de uma identidade, as travestis só surgem como categoria a ser incorporada pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas. A construção do movimento com base em identidades coletivas, em detrimento de um movimento em torno da questão da homossexualidade, possibilitaria a entrada de travestis sem que seus estigmas fossem relacionados à identidade “homossexual” ou “gay” (como se configuraria anos depois). Para isso, o conceito de orientação sexual foi fundamental para a distinção entre os dois coletivos. Logo, é possível afirmar que a categoria identitária “travesti” é relativamente mais moderna que a categoria “homossexual”, não se tratando, portanto, de uma categoria tradicional.” (CARVALHO, 2011, p. 25)

Mas como podemos definir a travesti? O que significa e de que forma podemos incorporar essa noção na pesquisa histórica? Para isso, acredito ser fundamental que tratemos da idéia de corpo.

O trabalho de Marcos Benedetti (2005), sobre corpo e gênero entre as travestis, oferece ferramentas para compreendermos o processo de *construção* enquanto sujeito generificado, ou inteligível a partir de um gênero. Esse processo envolve uma construção material do gênero que presume, no caso das travestis, um tratamento hormonal muitas vezes significado como “veículo” para a feminilidade, alterações corporais “necessárias” para atingir formas femininas e a apreensão de uma língua comum símbolo da resistência, o batebate/batebá/pajubá, que mistura elementos do yorubá e do nagô, para ao fim, adquirir a noção individual do *fazer-se*.

Fazer-se enquanto mulher, ser “toda feita”: peito, bunda, hormônio; uma idéia que dá a dimensão das possibilidades que envolvem a fabricação de gênero a partir desses elementos.

Para Benedetti, “*toda feita* é a expressão que designa o resultado eficiente de todo o processo de transformação e fabricação do corpo, e portanto do gênero, entre as travestis” (BENEDETTI, 2005, p. 86). Pensando na materialização de gênero das travestis, Benedetti coloca que

“as travestis constroem seus corpos e suas vidas na direção de um feminino ou de algo que elas chamam de feminino [...]. O feminino travesti não é o feminino das mulheres, [...] não abdica de características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre esses pólos [...]. O gênero das travestis se pauta pelo feminino. Um feminino tipicamente travesti, sempre negociado, reconstituído, ressignificado, fluido. Um feminino que se quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado” (BENEDETTI, 2005, p. 96)

Nesse sentido, vemos o quão fluida, complexa e singular é a noção de gênero entre as travestis. William Peres também fala sobre a travestilidade em sua gama de possibilidades de existência:

“É nesse lugar que vejo a emergência das travestilidades como processualidades em trânsitos situadas entre a afirmação de suas verdades, ousadas, corajosas e afirmativas de suas estilísticas da existência diante de determinações do sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, que, como ferramentas de manutenção à heteronormatividade, impõem modelos de verdades absolutas e universais, assim como cristalizações identitárias demarcadas por códigos de inteligibilidades falocêntricos. [...] As travestis são produzidas através de uma ordem dos discursos que se efetua pelas resistências às lógicas binárias e universalizantes, assim como heteronormativa e falocêntrica, que expressam singularidades e inauguram nova estética da existência, apesar de muitas das travestis e transexuais ainda se situarem dentro do modelo heteronormativo e falocêntrico, logo binário e moral, que impõe como modelos de identificação relacional (afetivo, sexual e amoroso) os determinados pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais.” (PERES, 2012, p. 540)

Kulick (2008), também valoriza a importância do corpo para a construção da identidade travesti mas, para o autor as travestis “completam e aperfeiçoam as mensagens ou os discursos de gênero presentes na sociedade brasileira” (KULICK, 2008, p. 26) não através de uma inversão dos valores que constroem o que é masculino e feminino, mas elaborando “determinadas configurações de sexo, gênero e sexualidade que sustentam e dão significado às concepções de 'homem' e 'mulher' no Brasil” (KULICK, 2008, p. 26), colocando que mesmo a travestilidade sendo marginalizada e vista como “o outro”, suas práticas reforçam os discursos a respeito de gênero. Assim, podemos aproximar o ser e viver como travesti do dispositivo da sexualidade como descrito por Foucault (2015) que compreende tudo que incita, reprime e os discursos à respeito da sexualidade.

A discussão da transexualidade e sua diferenciação da categoria travesti é bem mais recente, iniciando na década de 1990 (CARVALHO; CARRARA, 2013). O desejo pela cirurgia de redesignação genital parece ser a fronteira entre se denominar travesti ou transexual (TEIXEIRA, 2012) e, embora tenha havido uma pressão dos movimentos sociais

estrangeiros para que o Brasil também englobasse a população trans sob o termo “trangênero”, abandonando o estigma da palavra “travesti”, a denominação foi resignificada pelas travestis, que pontuaram a necessidade de fortalecer o nome para desnaturalizá-lo. Benedetti (2005) também coloca entre travestis e transexuais uma diferença fundamental de classe, visto que entre as transexuais há um maior índice de escolaridade, o que as instrumentaliza para o domínio de uma linguagem médico-psicológica refinada para embasar sua existência de forma científica e institucional.

De qualquer forma, tanto pessoas travestis como transexuais se aproximam da definição de pessoas que não se identificam com seu gênero designado ao nascer e, a partir disso, modificam seu corpo (ou não) através de distintos processos de hormonização, plásticas e silicone (BENTO, 2006).

É central colocar que aqui nos afastamos da concepção de transexualidade como “transtorno” ou patologia, cujo tratamento universal é a cirurgia de redesignação sexual. Tanto as identidades travestis como transexuais são plurais e não se encerram na dicotomia não operada/operada. O “ser mulher” ou sentir-se como tal é plural e não definido na oposição vagina/pênis, mas, para as travestis e transexuais, na construção corpo através de idéias sobre o masculino e o feminino.

Com base nisso, é fundamental pensarmos a importância do corpo e do gênero para a pesquisa histórica, tanto os discursos a respeito do corpo como o corpo em si nas trajetórias. Tomar sexo, corpo ou gênero como dado é apagar as infinitas possibilidades de construção e des-construção que essas categorias pressupõem. Haveria, como propõe Foucault, como inserir o corpo na genealogia e não tomá-lo como um dado? Aqui, trago a noção de genealogia, como proposta por Foucault, para pensarmos nessa via de análise a partir da percepção do caráter fluido e construído das identidades:

“O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.” (FOUCAULT, 1992, p. 23)

Como inserir, então, a idéia de um corpo marcado, que se dissolve na história, e para a essa pesquisa, especificamente, que influência tem o corpo na construção de um movimento organizado de travestis e trans? Que fronteiras o corpo e suas diversas manifestações ameaçam? Existe a fronteira de um corpo profundamente terreno e material, que se faz individualmente e o corpo discursivo, daquele que falamos mas nunca se materializa?

Pensamos ser possível trabalhar com uma genealogia do corpo, não no sentido de origem, e sim de proveniência (idéia de pertencimento)/emergência (ponto de surgimento), mas considerar esse binômio já partiria do pressuposto de que há um ponto de convergência e, historicamente, esse ponto de convergência se divide nos binarismos e dualismos sexo/gênero, masculino/feminino e natureza/criação dos quais trata a Anne Fausto-Sterling (2002).

Há de se pontuar que não existe um corpo “desmarcado”, isento de determinações culturais, somente matéria que identifica alguma categoria. Aqui já podemos pensar que não existe uma fronteira entre o material e o discursivo. Para Fausto-Sterling, só o nosso corpo é complexo demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. “Quanto mais procuramos uma base física simples para o “sexo” mais claro fica que o “sexo” não é uma categoria física pura.” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 19). Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas idéias sobre o gênero, ou seja: falar “homem”, “mulher”, já evoca uma série de características que associamos a um e a outro. O corpo não existe antes do discurso a respeito dele mesmo e, enquanto o Thomas Lacqueur (2001) vai trazer outras configurações anteriores para o corpo (o sexo único, a complementaridade), o discurso que cria o corpo, hoje, trata da separação entre macho e fêmea. Para falar de corpo, portanto, é mandatório que consideremos também gênero.

A respeito de gênero, já estabelecemos a contribuição de Judith Butler para pensá-lo em sua materialidade, considerando a performatividade como processo de materialização de gênero. De qualquer forma, há uma estrutura rígida que pressiona pela performatividade dentro desses conjuntos de possibilidades, ou para que pessoas com vagina pareçam com determinada forma e ajam de determinada maneira. Essas normas regulatórias do sexo pressionam para a materialização da diferença sexual a serviço do imperativo heterossexual (BUTLER, 2016, p. 154). Dessa maneira, há pressão para que travestis e transexuais sejam femininas, ou o que é considerado feminino, de forma a se enquadrar nos termos do poder-saber e acessar serviços como a cirurgia de redesignação genital ou conseguir mais clientes no caso das profissionais do sexo. As tecnologias são empregadas com esse propósito, é a norma pela qual aquela pessoa se torna viável e reconhecida entre as outras e pelo Estado, a autenticidade desses corpos está no processo que os cria e materializa.

Também é interessante pensarmos, dentro dessas categorias, a possibilidade de reconhecimento. No Brasil, país que mais mata pessoas LGBT no mundo, há de se considerar o valor dessas vidas para a sociedade. Judith Butler fala que o processo de reconhecimento

não é apenas composto por atos de conhecer, mas que “uma vida tem que ser inteligível *como uma vida*, tem de se conformar a certas concepções do que é a vida, a fim de se tornar reconhecível” (BUTLER, 2016, p. 21). Nesse ínterim, falar de gêneros que escapam à normatividade é também falar de reconhecimento. A necessidade de se conformar com uma norma de gênero atinge todas as pessoas que performam gênero e precisam recitá-lo e reconfirmá-lo com base em seus atos. Pensar o reconhecimento das categorias travesti e transexual é pensar se há outras formas de reconhecimento que questionem a percepção do Estado e outros aparatos de poder como mecanismos naturais de reconhecimento, dando espaço para formas alternativas de inteligibilidade dos corpos, manobrando dentro dos termos do poder uma maneira de performarmos gênero (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 83).

Anne Fausto-Sterling coloca que “a fim de manter as divisões de gênero, precisamos controlar aqueles corpos que são tão refratários que chegam a apagar as fronteiras” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 27). Nisso se enquadram corpos transexuais, intersexuais, corpos não-normativos, estigmatizados e medicalizados. Portanto, a fronteira material que se coloca para o corpo, principalmente, é a dos binarismos homem/mulher, vagina/pênis, etc. E acredito que esse seja o desafio de trabalhar com essas categorias na história.

Acho interessante trazer um caso atual para exemplificar essa fronteira binária que se dissipa e que está em disputa: Indianara Siqueira¹² é uma ativista travesti do Rio de Janeiro. Ela é hormonizada, tem seios, mas não tem nem o nome nem o gênero retificado nos documentos porque não tem a cirurgia de readequação genital, ou uma “pessoa de peito e pau”, como se denomina. Em determinado momento, tirou a blusa na praia de Copacabana e foi presa por ultraje em público (mesmo após apontar outros homens sem camisa), mas a justiça esbarrou nos documentos masculinos. Se ela fosse a julgamento pelo suposto crime cometido, abriria uma brecha na justiça a partir da “aparência feminina” para que as travestis tenham sua identidade reconhecida sem a cirurgia e troca de documentos. Se ela não fosse, ficaria claro que homens e mulheres não são iguais perante a lei, porque como mulher ela seria julgada, e como homem, não. O caso, naturalmente, foi arquivado.

O corpo, então, não é um dado, um ponto de partida. Poderíamos tratá-lo como um acontecimento, ou, como coloca o Foucault, é necessário “pulverizar” essa construção de um corpo estável e intacto. Mesmo que não tratemos de gênero, o corpo jamais é uma constante. Ao longo da vida, o corpo é marcado, envelhecido, repaginado, modificado... Anne Fausto-

¹² Tomamos conhecimento da história da Indianara em um evento acadêmico na UFRGS em 2015, onde ela narrou esse fato e a incapacidade da justiça, tão rápida em rotular, de julgá-la.

Sterling (2002) fala de uma mulher pequena, grisalha, perto dos 90, que olha o rosto enrugado no espelho e se pergunta “Quem é essa mulher?”. Para a autora, “o próprio processo de desenvolvimento está no centro da aquisição do conhecimento. O desenvolvimento é um processo de emergência” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 77)

Então a proposta é pensar o corpo marcado, histórico e aqui coloco, ao tratar de gênero e de uma possível genealogia do corpo, pensar, na realidade, uma genealogia da performatividade. Ou seja: uma genealogia que parta da materialização e da fabricação do gênero, que desfaça os dualismos para tratar das diferentes possibilidades de existir e ser. Para Foucault, portanto:

“O papel da genealogia é registrar sua história: a história das morais, ideais e conceitos metafísicos, a história do conceito de liberdade ou da vida ascética; à medida que favorecem o surgimento de diferentes interpretações, é preciso que elas apareçam como acontecimentos no palco do processo histórico.” (FOUCAULT, 1992, p. 27)

Assim, acreditamos que o corpo possa ser entendido através da história desses conceitos, da construção de um campo normativo a respeito do que é ser homem e mulher, e de como os indivíduos agem com esse corpo, ou seja, como eles performam esse gênero. Dessa forma, podemos compreender de que maneira o corpo e o gênero influenciam na construção de movimentos sociais, considerando esses corpos fluidos e instáveis a partir de uma perspectiva que localiza-os na história como emergência material de diversos atravessamentos contextuais, discursivos, geracionais. Nesse sentido, os próximos capítulos partem dessa concepção para abordar o caráter performativamente construído das identidades marcadas pela história.

1. Contando histórias de vida: trajetórias que se encontram

Conduzir entrevistas orais foi parte determinante para a construção dessa pesquisa. Em um contexto de trajetórias de vida de pessoas marginalizadas, que articularam suas demandas e sua luta enquanto grupo pelo direito de viver, como é o caso da população travesti e transexual, as histórias de vida e suas particularidades, seus pontos em comum são partes fundamentais da presente análise. Enquanto outras fontes documentais historicamente reforçaram um discurso que associa as travestis e transexuais à patologia e à criminalidade, o que Veras (2017) denominou como “dispositivo do estigma”, relatos de vida e a prática de história oral são um outro caminho para fazer jus a essas vivências.

Assim, nesse capítulo a proposta é compreender as particularidades das trajetórias de pessoas travestis e transexuais com auxílio de leituras a respeito de história oral e seus diálogos com a Teoria Queer de forma a abordar também experiências anteriores ao acesso dessa população ao GAPA, fundado em 1989, buscando fios condutores e pontos de inflexão que marcam os relatos e as trajetórias dessas pessoas.

3.1 História Oral Queer e a prática de história oral

A opção pelo uso de fontes orais para o desenvolvimento desse trabalho não foi acidental. Inicialmente, o foco seria na documentação escrita como editais, relatórios e outros materiais institucionais que pudessem ajudar a construir a história do movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre. Porém, logo de início, ficou claro que o papel das trajetórias individuais, da história de vida e, acima de tudo, das narrativas sobre si mesmas elaboradas por essa população eram parte fundamental do movimento em si, muitas vezes se interseccionando e se misturando ao longo dos anos.

Por isso, é relevante marcarmos a prática de história oral sob a perspectiva queer para marcarmos de onde analisamos e interpretamos a fala das pessoas entrevistadas para esse trabalho. Falar de história oral queer, em oposição à simples história oral, é, em primeiro lugar, considerar a importância da materialidade do corpo generificado (ou seja, imbuído de significados de gênero) para a prática da história oral (BOYD; RAMÍREZ, 2012). Assim, estabelecer uma genealogia da performatividade, como já foi proposto no capítulo anterior, se relaciona, na realidade, com a materialidade do corpo e da fabricação de gênero, e é nesse ponto em que podemos pensar a particularidade de uma história oral que também se proponha

queer. O corpo, como e o quê ele lembra, deve ser central em todos os trabalhos de história oral (BOYD; RAMÍREZ, 2012).

A história queer, como a história LGBT, se inspirou profundamente em práticas já consolidadas que partiam de um referencial feminista, como coloca Nan Boyd (2008):

Na prática, no entanto, os historiadores dos homossexuais, lésbicas e queer nos Estados Unidos foram influenciados por etnólogas feministas, cuja metodologia tenta esclarecer as diferenças sociais, econômicas e ideológicas que existem entre os pesquisadores e seus assim chamados assuntos. Pesquisadoras feministas tentam empoderar (ao invés de explorar) narradores históricos confiando suas vozes, posicionando narradores como especialistas históricos e interpretando as vozes dos narradores (...) (BOYD, 2008, p. 177) ¹³

O referencial feminista também serve para repensarmos as práticas enquanto historiadores na tarefa da escuta que não é neutra, mas sim marcada pela relação de poder que se estabelece entre narrador e ouvinte. Donna Haraway (1995, p. 37) coloca que “explicações de um mundo ‘real’, assim, não dependem da lógica da ‘descoberta’, mas de uma relação social de ‘conversa’ carregada de poder. O mundo nem fala por si mesmo, nem desaparece em favor de um senhor decodificador.”. O historiador, no papel da escuta, não “decifra” nem “ilumina” os registros orais, mas faz uso dessas memórias e do sentimento que delas evoca para compor uma narrativa.

Mas a história oral queer também busca desafiar os métodos tradicionais da história oral de diferentes formas, como pontua Nan Boyd:

Quando os pesquisadores dependem das vozes dos atores históricos para narrar a história das identidades sexuais, isto é, como os indivíduos entenderam seu eu sexual em relação às forças sociais maiores, o significado de sua auto-divulgação sempre é construído em torno de normas e significados historicamente específicos. Como assunto falante, é quase impossível que a história oral ou os narradores etnográficos usem linguagem fora dos parâmetros das identidades sexuais modernas. Os narradores não podem se remover das práticas discursivas que criam posições estáveis. As vozes dos narradores devem, portanto, ser lidas como textos, abertos à interpretação, e suas divulgações devem ser entendidas como parte de um processo maior de reiteração, onde as identidades são constantemente reconstruídas em torno de conjuntos de significados muito limitados.¹⁴ (BOYD, 2008, p. 178)

¹³ Tradução livre da autora. No original: In practicing the craft, however, U.S. gay, lesbian, and queer historians have been influenced by feminist ethnographers, whose methodology attempts to clarify the social, economic, and ideological differences that exist between researchers and their so-called subjects. Feminist researchers try to empower (rather than exploit) historical narrators by trusting their voices, positioning narrators as historical experts, and interpreting narrators’ voices (...).

¹⁴ No original: When researchers depend on the voices of historical actors to narrate the history of sexual identities, that is, how individuals understood their sexual selves in relation to larger social forces, the meaning of their self-disclosure is always constructed around historically specific norms and meanings. As a speaking subject, it is nearly impossible for oral history or ethnographic narrators to use language outside the parameters of modern sexual identities. Narrators cannot remove themselves from the discursive practices that create stable subject positions. The narrators’ voices must, therefore, be read as texts, open to interpretation, and their

Foi necessário ter essa percepção para compreender os relatos em sua complexidade, como também inseridos dentro de um dispositivo que normatiza e categoriza as identidades numa lógica heteronormativa, falocêntrica e binária (PERES, 2012). Atentar para as significações individuais a respeito de sexo, desejo e identidade é ter em conta que, apesar das múltiplas possibilidades de performar e construir gênero ao longo de uma trajetória, há uma norma regulatória tanto exterior (da sociedade) como interior (aqui, do conjunto de travestis e transexuais) que delimita quem faz parte de determinado grupo, quem é reconhecido a partir de suas expressões e práticas.

Nesse sentido, a história queer (e a prática de história oral queer), como a história feminista, reconhece o papel dos narradores, ou dos objetos de pesquisa, enquanto atores. Haraway (1995), ao falar dos saberes localizados e em favor de um conhecimento que se assume parcial, ressalta o papel de agência dos objetos de pesquisa, nesse caso, os narradores históricos:

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". (HARAWAY, 1995, p. 36)

Ao longo do processo de entrevistas, ficou claro como era particular a forma de cada pessoa relembrar, reordenar, escolher e recontar sua história. Maneiras individuais de construir e, uma particularidade da história oral, de *reconstruir* o 'eu' discursivamente através da seleção e organização da memória. Pontos de partida que divergiam, algumas intersecções e diferentes maneiras de perceber suas experiências no âmbito coletivo e individual. Situar, a partir de relatos marcados pelos padrões discursivos normativos, essas trajetórias e experiências sob uma perspectiva queer requer a atenção do historiador que consegue dimensionar o papel da subjetividade do narrador e da sua própria ao analisar o resultado das entrevistas.

O corpo queer tem lugar na história, como agente e como veículo de experiência. Ao longo de uma trajetória,

esses campos do corpo podem ser lugares para a memória produtiva e o diálogo sobre os principais momentos queer do tempo de vida: as primeiras memórias de infância de sentir-se "diferente" (...) Na verdade, a história oral queer como gênero funciona de diversas maneiras para gerar uma série de inteligíveis (ou previsíveis)

disclosures should be understood as part of a larger process of reiteration, where identities are constantly reconstructed around very limited sets of meanings. (tradução da autora).

sinais sexuais que marcam a passagem do corpo de queer ao longo do tempo.¹⁵
(BOYD; RAMÍREZ, 2012, p. 7)

No caso das travestis e transexuais aqui estudadas, suas experiências são marcadas pelo estigma em relação às pessoas trans, pela marginalização, violência policial e omissão do Estado. É a partir desses marcadores que se organiza o movimento de travestis e transexuais com o qual todas as entrevistadas se envolveram de uma forma ou outra. A história oral sob uma perspectiva queer é uma ferramenta para acessar essas experiências. Nesse sentido, percorro novamente a linha temporal que segui ao realizar as entrevistas com militantes travestis e transexuais.

3.2 *Marina Reidel*

Entrevistei Marina Reidel em 6 de setembro de 2017 através da indicação de seu orientador de mestrado, Fernando Seffner, que também concedeu entrevista para essa pesquisa. Marina atualmente trabalha em Brasília, no Ministério de Direitos Humanos, após passar por outros cargos de gestão no governo do Estado do Rio Grande do Sul. Por isso, a entrevista de pouco mais de uma hora foi onde estava hospedada quando esteve por alguns dias em Porto Alegre. Marina tem 46 anos, é natural de Montenegro, cidade no interior do estado, e formada em Artes Visuais, com especialização nas áreas de psicopedagogia e mestrado em Educação.

A trajetória de Marina, como vai ser evidenciado ao conhecermos as outras entrevistadas, é particular pois além de ser se assumido como mulher transexual mais tarde em sua vida, chegou à pós-graduação, feito raro entre uma população marcada pela baixa escolaridade fruto da exclusão social (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017). Num contexto atual em que mais de 90% das travestis e transexuais trabalham como profissionais do sexo (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017), fica claro que Marina trilhou um caminho à parte. Contando sobre sua formação até o posto atual, ela coloca:

É, eu iniciei minha carreira em Montenegro. Antes da faculdade eu fiz magistério, então estava habilitada pra dar aula de primeira à quarta série. Então logo eu fiz concurso, logo que terminei o magistério com 18 anos, fiz concurso, comecei a dar aula no Estado. E na fundação de artes, quando comecei a dar aula, comecei a dar aula com os pequenos. Trabalhei 40 horas muito tempo, acho que uns 10 anos, com

¹⁵ Tradução livre da autora. No original: These fields of body can be sites for productive memory and dialogue about pivotal queer moments of the lifespan: first childhood memories of feeling “different” (...) Indeed, queer oral history as a genre works in many ways to generate a series of intelligible (or predictable) sexual signposts that mark quee’s body passage through time.

educação infantil e alfabetização. Depois, aí então eu me formei nas Artes Visuais, aí então pedi transferência de Porto Alegre para o Estado... Não, quer dizer, de Montenegro para Porto Alegre e aí fui trabalhar nas escolas do Estado em Porto Alegre. Mas continuei com o vínculo com o Estado até o ano passado, quando saí e fui para o Ministério dos Direitos Humanos.¹⁶

O início da vivência de Marina enquanto mulher transexual se deu no meio desse processo, entre 2006 e 2007, marcada por sua ocupação como professora. Perguntada sobre como descobriu-se transexual no que é considerando um período tardio da vida, visto que muitas travestis ou transexuais no início da adolescência já começam a entrar em conflito por preferirem signos considerados femininos (cabelos compridos, saltos, etc), Marina coloca:

Na verdade tu fica tentando te entender, né. Quando tu tem vinte anos tu nem sabe direito o que é. Sempre digo, você não sabe o que você é com 20 anos, há um conflito. Tu acha que é gay, aí quando vê que não é, que tem possibilidade de ser alguma coisa. Daí depois quando tu realmente te reconhece... Aí eu entendo o que eu sou. No início é realmente duvidoso, afinal “o que eu sou”, então até tu te compreender vai demorar um tempo.¹⁷

A decisão de se assumir como transexual veio após retomar o contato com uma amiga de infância, também transexual e que havia retornado da Europa já transformada, e um período de vivência na Europa, destino comum para a população trans e considerado um lugar de prestígio para as que logram lá viver, mesmo que por um curto período (CARRIJO, 2012). É a essa vivência que Marina atribui a decisão de “se transformar” e, quando questionada sobre seus contatos na Europa, afirma:

É, eu morei com as travestis, e foi lá que eu realmente comecei a me compreender. Então foi lá que realmente comecei a me reconhecer, e foi lá que eu vi que eu era “isso”. Vi que não era um gay, mas então me reconheci lá, convivendo com essas experiências trans. Na Europa não tem o termo travesti, na Europa todas são trans.¹⁸

Também é marcante o papel que a docência e a escola teve nesse processo, considerando ser esse seu espaço principal de sociabilidade:

[sobre como decidiu se assumir] Foi uma série de coisas... Foi essa coisa de ir pra Europa e ter voltado muito mais empoderada, eu tinha tido um problema com um aluno um antes, que foi o único problema que eu tive até hoje. Eu nem era assumida, e esse aluno me ofendeu na frente de toda uma turma. Aí eu cheguei pra diretora e falei que era eu ou eu o aluno, porque não tinha mais condições desse aluno ficar na escola, ou eu. E aí ela decidiu que o aluno sairia e eu permaneceria. Ali eu senti que havia um certo apoio. Mas aí aquela direção saiu... aí houve toda uma outra configuração... Mas nunca tinha assumido publicamente que eu ia fazer o processo, que ia mudar. Tanto é que foi um auê. Aí ficaram “como é que vai ser agora?” e eu

¹⁶ Entrevista concedida em 06 de setembro de 2017.

¹⁷ Entrevista concedida em 06 de setembro de 2017.

¹⁸ Entrevista concedida em 06 de setembro de 2017.

falei “não sei”, né, “vamo ver o que acontece”. Pra minha surpresa, com os alunos não tive problema, nem com os pais.¹⁹

Foi a transformação que lhe abriu portas para o movimento LGBT, e quando questionada sobre o processo, se teve acesso a serviços do SUS para os procedimentos, etc, coloca:

Na verdade eu fiz tudo particular, tanto... Bom, silicone eu coloquei no corpo injetável, né, como todas botam. Então o silicone que eu tenho é industrial, não tem nada de cirúrgico. Mas a prótese e as cirurgias plásticas eu fiz aqui mesmo.

- E tu começou a ter contato com o movimento trans ou LGBT a partir do...

É, foi a partir da minha transformação, porque daí eu fui descoberta na escola, eu assumi na escola em 2006... 2007. 2006 eu comecei a fazer os procedimentos. Na verdade em 2005 eu já tinha botado o silicone, daí 2006 eu viajei para a Europa e aí 2007 eu terminei o resto. Então foi a partir dali que as pessoas começaram a me descobrir, começaram a me procurar... e aí surgiu toda essa função (*sorrindo*).²⁰

Há um processo de tornar-se transexual e ocupar determinado espaço, ser reconhecida por isso, como foi seu caso. O denominar-se transexual, embora para a interlocutora seja apenas uma identidade política, mostra que há uma diferença na familiaridade desta com os discursos médico-científicos que definem e normatizam a transexualidade. Marina marca a diferença de ter vindo de um lugar diferente, de uma geração posterior, da escola em oposição a “do movimento”, e é a partir do ambiente escolar que constrói sua militância, uma distinção frente à militância travesti oriunda da organização de profissionais do sexo, característica das décadas de 1990 e 2000 não só no Rio Grande do Sul como no restante do Brasil (CARVALHO, 2011).

3.3 Alessandra Greff

O contato com Alessandra Greff foi intermediado por Karen Bruck, voluntária e ex-presidente do GAPA na década de 1990. Antes disso, Marcos Benedetti, outro voluntário do GAPA na mesma época, já tinha recomendado que eu contatasse Alessandra. Entrevistei-a no dia 8 de setembro de 2017 por quase duas horas, em um café na região do Centro Histórico de Porto Alegre, próximo ao seu trabalho na Unidade de Saúde Santa Marta, onde atua como Agente Comunitária de Saúde desde 2012, além de cursar uma formação técnica em prótese dentária. Alessandra foi meu primeiro contato com o grupo de travestis e transexuais que

¹⁹ Entrevista concedida em 06 de setembro de 2017.

²⁰ Entrevista concedida em 06 de setembro de 2017.

acessou o serviço do GAPA na década de 1990, e foi telefonista e recepcionista da instituição do ano de 1996 a 2001.

Embora a narrativa de Alessandra tenha sido marcada por seus anos de atuação no GAPA, insisti em aspectos de sua trajetória antes de conhecer a instituição, como acessava serviços de saúde, como era sua relação na escola, etc. Como Marina, Alessandra também enfrentou o processo de transformação no ambiente escolar, mas na condição de aluna e mais de 10 anos antes da primeira entrevistada. Sobre seu contato com serviços de saúde e outros órgãos antes do contato com o GAPA, ela coloca:

Ah, era bem difícil... não acessava. (risadas) Era bem difícil, porque quando eu fui terminar o ensino médio... eu tranquei o ensino médio acho que uns 2, 3 anos. E aí quando eu voltei, já voltei como Alessandra. E na época que eu fiz isso, quando eu me formei em 94, não tinha essa questão do nome social²¹ nem nada, eu dependia muito da boa vontade e da compreensão dos professores. E acho que eu meti a cara e a coragem. Achava que era a única, solitária, nessa questão de estudar. Não ficava refém da minha sexualidade em não estudar, porque a grande maioria, pelo menos das que eu tinha contato, não tinha instrução nenhuma, tudo tinham desistido da escola por não suportar a questão da pressão. Como por exemplo eu tive um professor que me chamava de senhor, na frente dos meus colegas.²²

No trecho acima se explicita como desde muito cedo a discriminação e o preconceito influenciam os caminhos e decisões tomadas pela população travesti e transexual. “Aguentar a pressão” em troca de um diploma secundário, sem perspectiva no mercado de trabalho por identificar-se como transexual ou travesti e sofrer com o estigma é, na maioria das vezes, irrelevante, e uma das razões pelas quais grande parte das travestis e transexuais são forçadas a recorrerem ao trabalho sexual como forma de subsistência. Alessandra quis deixar evidenciado ao longo do relato como foi incentivada a dar continuidade aos seus estudos, motivo pelo qual “se mantém afastada do movimento” citando a “dificuldade em conciliar tudo”.

Pouco pude questioná-la a respeito de sua vida antes do GAPA, tendo seu relato sido centrado em experiências na instituição ou posteriores, em vários momentos citando aspectos que “hoje eu reconheço/percebo” em relação ao passado, evidenciando o processo de significação das memórias mais do que uma lembrança factual precisa dos acontecimentos da época (PORTELLI, 1997). No seu relato, ficaram marcadas questões mais recentes de sua trajetória, o envolvimento com o PROTIG (Programa de Identidade de Gênero, que realiza o

²¹ O decreto que instituiu a Carteira de Nome Social (Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012) possibilitou que travestis e transexuais não precisassem mais utilizar o nome de registro em órgãos e entidades do Poder Executivo do Rio Grande do Sul, passando a utilizar o documento que indica o nome social, emitido gratuitamente.

²² Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

acompanhamento psicológico e as cirurgias de redesignação genital) no Hospital de Clínicas e a dúvida em relação à cirurgia de redesignação genital, bem como sua vivência diária enquanto agente de saúde, as interações com a comunidade. Suas lembranças do passado aparecem sempre em relação com a atualidade, como quando foi questionada sobre como conheceu o GAPA:

Quando eu conheci o GAPA, a gente ia lá só pra pegar camisinha, como tantas outras. Aí na época o Marquinho, a Susana, viviam fomentando essa questão dos direitos e tudo. Hoje eu percebo que naquela época era bem difícil, os meninos de programa, os homens trans aparecerem. E hoje com a internet, face, youtube, o que tem de depoimentos... Umas coisas muito legais. O pessoal tá mostrando a cara. E na época não... Porque isso foi antes de... Eu fui funcionária do GAPA, eu tinha carteira assinada e tudo, bem diferente do vínculo dos voluntários. Eu fui funcionária de 1996 a 2001. Então as minhas questões começaram antes de 1996.²³

É Alessandra que, mais tarde, vai dar um panorama mais completo a respeito do funcionamento do GAPA e da forma que a organização autônoma das travestis e transexuais foi encorajada.

3.4 Joyce da Silva

O contato com Joyce²⁴ foi intermediado através da Igualdade, na pessoa da secretária Magali Sperb, a Maga, a quem também entrevistei na sequência. A entrevista foi realizada nas dependências da ONG, e um aspecto curioso é que Joyce veio preparada para uma entrevista sobre sua militância. Não precisei me apresentar, ela não poupou tempo e discorreu sobre suas atividades na Igualdade e o trabalho de prevenção que realiza com a população travesti e transexual. Após uma apresentação do seu trabalho na ONG, tivemos esse diálogo:

Tu é daqui de Porto Alegre?

Sou de Santa Cruz do Sul. Terra de Ana Hickmann.

Queria perguntar um pouco sobre a tua vida, até tu chegares aqui em Porto Alegre

Não, eu tenho. Posso dar um 'Paulo Coelho' pra ela, Maga? Tu já tem o livro da Igualdade?

Do Alexandre [Boer, quem editou o livro]?

O livro da Igualdade, onde eu conto minha história, que eu vim de Santa Cruz, tem todo o processo ali, entendeu, eu estou falando pra você agora a questão da minha militância dentro da nossa população. A minha vida particular, que seria, a minha caminhada e a minha história tá dentro do livro da Igualdade, se tu não tem eu posso disponibilizar um exemplar pra ti.

²³Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

²⁴Já conhecia Joyce da época em que trabalhei no SAJU da UFRGS, onde ela fez a retificação de nome, embora ela não se recordasse de mim.

Aquele organizado pelo, eu tenho...

A “fome de viver”, aonde eu conto um pouco da minha trajetória, que eu venho de Santa Cruz, trabalhei um pouco em Santa Cruz, trabalhei em Passo Fundo, né, e a minha vó, morei um tempo com a minha vó em Rio Pardo, aí depois decidi seguir minha vida em Porto Alegre, aonde começou minha trajetória, minha vida aqui dentro de Porto Alegre. Trabalhei muitos anos na área da beleza, e assim foi indo né, até então que a Igualdade.²⁵

Já possuía um exemplar do livro, então busquei na obra mencionada aspectos sobre a vida de Joyce antes de identificar-se com a militância, já que a entrevista concedida centrou-se principalmente em sua atuação na Igualdade e sua participação na ONG. No relato presente no livro, que já marca o seu envolvimento com a entidade, visto que foi selecionada para integrar a publicação, Joyce inicia falando das dificuldades de ser aceita pela família e pelos seis irmãos: “A família da gente nunca aceita, entendeu, nunca aceita... Foi uma barra, foi uma barra mesmo, as pessoas desconfiam no começo, no início, sabe? E eu sofri muito preconceito, principalmente pelo meu irmão mais velho” (BOER, 2003, p. 85)

O processo de transformação e hormonização, ou o transformar-se em travesti, também é relatado a partir da percepção da primeira diferença: a homossexualidade (FERNÁNDEZ, 2004). Joyce relata que:

“Eu não tinha nenhum hormônio no corpo, eu não tinha nada, eu era uma pessoa... um homossexual normal, entendeu? Aí eu comecei aquela coisa assim... a única coisa que eu tinha era cabelo comprido e aí eu comecei, eu comecei a tomar hormônio, aquela coisa toda, a me hormonizar, aí eu fui trabalhar na avenida” (BOER, 2003, p. 85)

Aí também podemos perceber a relação que Joyce estabelece entre ser travesti e o trabalho sexual, principal atividade ainda exercida pela população. Ser “um homossexual normal” se opõe à ser travesti, existência possível somente após a hormonização, apesar de já possuir signos considerados femininos, como o cabelo comprido. Nesse sentido, podemos relacionar essa noção com a de Marcos Benedetti (2005), na qual o hormônio é, para a travesti, um veículo para a feminilidade que, para Joyce, é sinônimo de prostituição. Mesmo mencionando ter trabalhado em salões de beleza como cabeleireira, ela se remete ao trabalho como profissional do sexo como principal ocupação. Outra parte do relato que é particular da associação entre ser travesti e a prostituição é quando Joyce evidencia o papel do corpo:

(...) tu gasta com maquiagem, teu visual, teu marketing é teu corpo, como é que tu vai, tu vai maltrapilha pra uma esquina, os homens olham e não vão querer sair contigo, dizem não... essa criatura aí tá nas últimas, entendeu, então aquela coisa assim é, o custo de vida é muito caro, muito alto e a gente não tá.. ta sendo difícil pra se manter, entendeu? (BOER, 2003, p. 90).

²⁵ Entrevista concedida em 11 de setembro de 2017/

Nesse sentido, ser travesti, para Joyce, presume um determinado cuidado, atenção e “investimento” relacionados ao possível retorno financeiro da prostituição. O trabalho sexual recebe uma valoração com base no retorno dos clientes. Josefina Fernández percebe isso também entre as travestis argentinas:

Este tipo de testemunho leva a pensar que, mesmo quando a prostituição é o único meio disponível para as travestis para buscar dinheiro, também é avaliada de acordo com uma vantagem a que razões econômicas não estão associadas. Um sistema que as exclui e as marginaliza - não apenas economicamente, mas também simbolicamente - leva as travestis a construir seu espaço prostibular como fonte de poder e auto-estima. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 98)²⁶

O mais marcante no relato de Joyce presente na obra organizada por Boer (2003), porém, é sua trajetória como soropositiva e as dificuldades que passou até restabelecer-se. Nesse relato, Joyce ressalta os problemas de ser mulher e travesti:

Então aquela coisa assim, a vida da gente é uma esportiva, uma loteria, assim como tu pode tá aqui agora, daqui a pouco tu não pode tá mais, né? E sabe como é, a gente tem a coisa de tu ser travesti, entendeu, não é só tu te vestir de mulher e trabalhar numa esquina, entendeu, a gente sofre, a barra é muito pesada, entendeu? Sofre preconceito da polícia, sofre preconceito das pessoas, entendeu? Tu sofre preconceito por ser soropositivo, por ser HIV, entendeu? As pessoas se afastam de ti, e muitas coisas assim. E principalmente se tu é uma pessoa sozinha, tu não tem ninguém por ti, e eu nunca tive ninguém por mim, a minha família não quer nem me enxergar, a não ser a minha mãe, que é a única pessoa que eu tenho. Então é aquela coisa assim, então é... é horrível, tu tá entendendo? (BOER, 2003, p. 88)

Na entrevista realizada em 2017 na sede da Igualdade, onde conversamos por cerca de uma hora, Joyce pareceu mais otimista com o cenário e com o trabalho de prevenção em campo que realiza junto à população atendida pela Igualdade, reconhecendo avanços desde que começou a trabalhar como profissional do sexo:

Tu sente mudança nas demandas, no início por violência policial, etc, hoje... ?

Mudou, tudo mudou. Menina, menina, se fosse na minha época, quando eu caí na rua, eu tinha que tá correndo da CRV (?) pra não tomar pau. O primeiro lugar de prostituição que eu trabalhei foi ali em cima no Kandiero, na Protásio Alves... Pois é, tinha uma esquina ali, querida, quando a gente dizia “olha os alibã”, os alibã é a polícia, e nós ó, (*senal de corrida*). Eu tenho até hoje aqui na minha perna, agora não aparece mais, ó, abri todinha minha perna que eu fui pular uma cerca, um arame pra dentro de uma casa, pra dentro do pátio pra me esconder da polícia. Sabe aquelas flor, cora de cristo, com espinho? E não caí com a perna assim dentro do... tinha uma cerquinha assim, dentro do arame e eu enfiei minha perna e foi rasgando... Coisas assim. Hoje em dia não, guria, hoje em dia tu fica numa boa, numa esquina

²⁶Tradução da autora. No original: Este tipo de testimonios conduce a pensar que, aun cuando la prostitución es el único medio disponible a las travestis para procurarse dinero, es valorada también según un plus al que no se asocian razones económicas. Un sistema que las excluye y margina -no sólo económica, sino también simbólicamente- lleva a las travestis a construir su espacio prostibular como fuente de poder y autoestima.

aqui na Farrapos, tu fica em qualquer lugar aí. A polícia só passa, te olha assim, entendeu? Né?²⁷

É importante notar que tanto Joyce como outras entrevistadas sinalizaram uma diferença geracional entre travestis e transexuais mais jovens e sua geração, mais antiga, vítima de uma violência policial generalizada e da epidemia da AIDS, marcando uma diferença que, na prática, aproxima as que tiveram experiências em comum.

3.5 Veruska de Mattos

Como ela deixou claro em nossa entrevista, o nome Veruska a precede. Ouvi sobre ela diversas vezes no tempo em que fui voluntária do G8-Generalizando, e acompanhei-a quando veio a um dos mutirões com o intuito de retificar seu nome em 2015. Veruska é, de acordo com ela e com outras, a travesti mais velha do estado, com 71 anos, idade surpreendente quando a expectativa de vida da população no Brasil é de em média 35 anos. Mesmo não estando envolvida diretamente com a Igualdade ao longo de sua trajetória, a não ser como referência para as outras trans e travestis, achei importante colher seu relato e escutar sobre suas vivências, mesmo já tendo contato com sua trajetória através do documentário “Meu tempo não parou” (2008), o qual já havia encontrado na internet.

A entrevista ocorreu por acaso, numa visita minha à sede da Igualdade no dia seguinte da entrevista com Joyce, para apanhar um material em áudio. Veruska chegou sem hora marcada, uma surpresa também para os outros presentes pois havia estado com problemas de saúde recentemente. Aceitou conversar comigo naquele momento, e assim o fizemos por quase uma hora. Conhecida na noite de Porto Alegre, e tendo trabalhado principalmente em casas noturnas como bailarina, Veruska se deteve nesse aspecto de sua trajetória, aludindo a um “glamour” do passado. Nascida no interior em 1946, Veruska se denomina “a grande dúvida brasileira”, por ter assumido a identidade feminina e, na década de 1970, ser “a primeira transex a andar 24 horas como mulher” sem “levantar suspeita” (MEU TEMPO, 2008), daí a expressão “dúvida” a respeito de sua identidade. Quando questionada sobre sua cidade natal, coloca:

Eu nasci em Júlio de Castilhos, mas só nascida, fui criada em Santa Maria, porque era de família militar, minha mãe foi criada por eles e eu sou filho sem pai, eu sou do tempo do pai ignorado no registro... Como eu era filho de solteira, que agora é... mas época era filho da puta! (*risadas*). Então daí eu peguei e vim naquela época, toda (...). Eu sou conhecida na Europa, pessoas daqui que foram pra lá e

²⁷ Entrevista concedida em 11 de setembro de 2017/

comentaram do meu nome, todos esses artistas que me conhecem... e eu não tive grande aparição, acredita? O nome se criou, estourou, mas estourou assim “ah, a Veruska existe”, todo mundo sabia que Veruska existia e eu não precisei sair aqui do sul... Minha vida foi feita aqui no sul, aqui comecei e acho que vou terminar.²⁸

Enfatizou, principalmente, sua trajetória na cidade de Rio Grande, onde trabalhou por muitos anos em estabelecimentos noturnos: “Minha vida foi Rio Grande. Rio Grande foi minha história. Não nasci em Rio Grande, mas minha vida todinha foi feita lá dentro. Eu surgi lá como diziam, ‘Veruska, dos cabarés aos tribunais’”²⁹. Com relação a Porto Alegre, também relembrou outros locais de trabalho: “Trabalhei na noite, frequentei as melhores casas noturnas, trabalhei no Gruta Azul, trabalhei no Madrigal, no Mediterané, a Caverna, enfim, essas casas bem conceituadas de Porto Alegre.” (MEU TEMPO, 2008).

O fato de trabalhar em casas noturnas a diferenciava de outras travestis que se prostituíam nas ruas da cidade, como coloca: “Sempre existiu que travesti que trabalhava em casa noturna na noite, não era permitido se prostituir em rua. Os donos de casa, os empresários não admitiam. (...) A gente era o show, era o espetáculo. Então não podia misturar as coisas, de repente estar numa esquina...” (MEU TEMPO, 2008) Apesar disso, não estava imune à arbitrariedade da violência policial e ao preconceito, como quando fala que em sua época, durante a ditadura, “puta não podia sair na rua que era preso”³⁰. É presente tanto no relato de Veruska, como de outras travestis mais antigas, os problemas de se sair às ruas vestida “como mulher” durante o dia. Às travestis, só era relegado o espaço da noite, da prostituição. À luz do dia, sua simples existência e visibilidade era proibida, e talvez seja essa proibição que Veruska evoca ao tratar do “convencimento”.

Nesse relato, é marcada a idéia da diferenciação em relação a outras travestis que poderiam “não convencer” como mulheres num primeiro exame, como coloca: “Preconceito... existia. Só que era da maneira seguinte: se tu convencia, como foi o meu caso, graças a deus eu fui abençoada que sempre tive um lado feminino bem exposto, eu nunca fiz nada pra me transformar feminina. Fui me hormonizando...” (MEU TEMPO, 2008). Na entrevista concedida, citou efeitos da hormonização em relação ao trabalho como dançarina em casas noturnas:

“Tô com 71, comecei com 18 anos, já estava de seios, tenho foto e tudo, cabelos naturais até a cintura, foi aí que eu ganhei o título 'Veruska, a grande dúvida brasileira', porque ninguém acreditava que eu fosse homem, de maneira nenhuma,

²⁸ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

²⁹ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

³⁰ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

porque eu fazia strip-tease e não aparecia nada. E naquela época meu cabelo natural, cabelão, seios, corpo, só hormônio.³¹

A performatividade que constrói o gênero, portanto, não é uma ação somente individual, mas um conjunto de práticas cotidianas, passando pela tecnologia da hormonização, que possibilita um convencimento, uma “passabilidade” pelo gênero que se pressupõe, supostamente promovendo uma maior liberdade e menor repressão. Quando questionada sobre sua transformação, Veruska também associa o ser travesti a uma percepção da homossexualidade efeminada:

“Não, eu já me sentia transformada. Aí que tá, ouvi o rapaz essa história da novela dizendo ‘eu não sou, não sou, não sou’³², quando eu me senti que eu era, que eu queria ser homossexual, eu sentia que eu era diferentezinha, com dois anos já era coisinha... eu já gostava de coisas assim, eu que gostei de homem. Homem nenhum me pegou, eu que peguei eles (risadas). Então foi isso, eu quis me transformar. E me transformei até chegar ao ponto, não vou dizer que sou linda, maravilhosa, mas eu me olhando, é uma mulher, uma senhora. Não tem aparência [de homem]. Pode me dizer de tudo, mas se tu me disser “tem aparência de homem”, nesse ponto zero. Posso ter a voz, às vezes um gesto...”³³

O relato de Veruska se concentrou em suas vitórias e conquistas pessoais, pois seu envolvimento com os movimentos sociais foi pouco, limitado a ser uma figura de referência para as travestis de gerações posteriores e por acessar os serviços e a assistência disponibilizada pelo GAPA e, posteriormente, pela Igualdade. Assim, sua contribuição é no sentido de tomarmos como significativa sua vivência enquanto travesti, como ela mesma avalia sua trajetória e as questões do movimento social que nos propomos a discutir.

3.6 *Cassandra Fontoura*

Estando ela radicada na Europa há muitos anos, eu tinha pouca esperança de estabelecer contato com Cassandra Fontoura, a primeira presidente da Igualdade à época de sua fundação, em 1999. Tinha acesso somente ao relato de sua trajetória presente no livro organizado por Alexandre Böer (2003). Numa última tentativa, após alguns contatos infrutíferos, pedi o auxílio de Marcos Benedetti, que já havia sido entrevistado por mim, para que intermediasse o contato com Cassandra. Na mesma manhã, recebi o retorno dela aceitando falar brevemente comigo dali a alguns minutos. Diretamente de Paris, conversamos

³¹ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

³² A novela “A Força do Querer”, da Rede Globo, veiculada à época da entrevista, contava com um personagem de um homem transgênero, a quem Veruska se referiu algumas vezes durante a entrevista.

³³ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

por videochamada por cerca de 50 minutos, principalmente sobre assuntos ligados à sua participação no GAPA e a fundação da Igualdade, visto que eram temáticas ausentes do relato contido no livro. Enquanto a questão do movimento social será tratada mais à frente, trago aqui alguns aspectos relevantes da trajetória de Cassandra que possibilitaram seu envolvimento na luta por direitos para a população trans.

Cassandra é uma travesti negra, natural de Pelotas, onde viveu até os 22 anos. Quando lançado o livro de Böer, constava sua idade como 39 anos, atualmente 53 anos. Da transformação iniciada na adolescência e da vida na cidade, recorda-se do início na “batalha”, ou na prostituição, como anterior ao processo de construção dos signos femininos.

“Eu tinha uns 12 anos, eu acho... Comecei a saltitar na praça Coronel Pedro Osório, mas minha prostituição era assim: a gente ia aos finais de semana, mais cedo ou ficava em volta da praça, pra gente pegar e fazer o dinheiro da boate e da bebida. A gente fazia mais nos finais de semana, a gente não fazia todos os dias, aquele dinheiro era mais pra se divertir... [...]” (BOER, 2003, p. 126)

Mais tarde, aos 15 anos, Cassandra começou a hormonizar-se e fazer uso do medicamento Primarim para modelar o corpo, e é importante notar o quanto os seios são o resultado mais esperado das altas doses de hormônios ingeridas:

“As minhas amigas da praça que já eram travestis, já eram transformadas no corpo, me disseram que tomavam o Primarim, e me levaram na farmácia. Eu comprei o tal, e ele fazia um efeito super rápido, em seguida, assim, em um mês, a gente já tava de peitinho, com uma blusa justinha.” (BOER, 2003, p. 125)

Para Elias Veras (2017, p. 83), “no projeto de ‘virar travesti’, a construção do peito é um dos elementos mais significativos. O peito que ‘pula pra fora’, transformou-se em evidência legitimadora da existência de um novo sujeito sexual, marca corporal que é, ao mesmo tempo, marca de diferenciação de gênero”. Nesse sentido, enquanto já vimos o hormônio como veículo para a feminilidade (BENEDETTI, 2005), os seios são a primeira aproximação com as desejadas formas femininas, e também o primeiro sinal percebidos por terceiros, como no caso da família, época em que também se evidenciam conflitos, como é comum a outras travestis:

“Comecei a tomar hormônio, começou a criar o seio, aí ela [a mãe] disse que ia me cortar com um facão, que não podia, aí eu falei pra ela: que eu era assim, e ela como minha mãe, se ela me amasse, ia me aceitar da forma que eu fosse, e se ela não me aceitasse eu ia sair de casa, e minha mãe seria a vida, né, o mundo. Ela baixou a cabeça, não falou nada e foi pro quarto, aí eu vi que ela ia aceitar de qualquer forma... No começo ela engolia a seco, mas aí minha família foi toda se habituando e aí nunca tive problemas assim...”³⁴

³⁴ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

Assim, e por muitas travestis viverem com e dependerem, mesmo que por um período, de seus pais, era necessário ocupar outros espaços para “montar-se” (produzir-se como mulher), encontrar homens e sair à noite. Não só hormônios constroem o gênero, mas também “vestidos, sapatos, cosméticos, maquiagens, esmaltes, pinça” (VERAS, 2017, p. 79) são elementos dessas práticas exercidas em conjunto. No caso de Cassandra, outras 15 amigas da mesma faixa etária que também se transformaram. Para isso,

“eu me lembro que todas nós alugávamos o hotel, para a gente poder se arrumar, se montar, não fazíamos isso em casa, iam todas para o hotel, cada uma alugava um quarto ou a gente alugava em conjunto, dividia, e se alguma arranjava um namorado as outras saíam e deixavam a gente no quarto com aquele namorado, a gente era super amigas” (BOER, 2003, p. 126).

Embora todas as entrevistadas lembrem de episódios marcantes de violência policial, tanto Veruska como Cassandra e, como veremos mais tarde, Marcelly, falam de um luxo associado a ser travesti. Cassandra mencionou isso quando questionada sobre a diferença entre travestis e transexuais:

Olha, eu acho que as pessoas acham que o nome travesti é muito pesado, agora tem um monte nome, nem sei quantos tem... E eu acho que não sei se mudou muita coisa, to muito fora do Brasil [...] Muito rótulo porque acham que travesti é pesado, e nessa história do pesado, na época que eu sai e tudo, travesti era glamour. Eu lembro da época da minha adolescência em Pelotas, na época da ditadura, a gente entrava nos bar e eles ‘ó, chegou elas!’, ofereciam bebida e tudo. Hoje em dia tão matando as travestis, como se fosse uma merda... Tanto rótulo, tanto rótulo, as pessoas acabam se expondo, e tu vê uns vídeos horrorosos na internet [...] Cada vez vão sentir mais raiva da gente. Antes as pessoas tinham medo. Medo e respeito pelas travestis. E hoje em dia com tantos rótulos tu vê o que está acontecendo: um extermínio em massa da população. Com requintes de crueldade. [...] Claro que [na época] tu ouvia falar que mataram uma, mas era raro. Eram mortas, assim. Hoje em dia tão matando as travestis [...] Acho que ficou pior ainda...³⁵

No relato presente no livro, ela também cita os encontros com homens como outro aspecto positivo de ser travesti:

“Naquela época era que tinha assim, digamos, o ‘savoir faire’ porque a gente ia pros lugares, a gente entrava nos lugares, pelo menos lá em Pelotas, as pessoas ofereciam bebida, tinha toda aquela história dos Carnavais, assim, e tudo... e a gente era bem tratada. [...] A época em que os homens te ofereciam bebida na boite, tinha toda aquela conquista, os homens vinham te conquistar, sabe? [...]” (BOER, 2003, p. 126)

Aos 22 anos, Cassandra deixou Pelotas, onde se prostituía somente “nos finais de semana, por causa da diversão, porque eu sempre estudei, morei com a família, e sempre minha mãe me deu uma mesada. Eu trabalhava em salão, eu nunca tinha me prostituído assim, todos os dias” (BOER, 2003, p. 127). Já em Porto Alegre, trabalhou 3 anos apenas como

³⁵ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

cabeleireira, e à convite de uma travesti conhecida, foi conhecer o ponto de prostituição na rua São Carlos, no bairro Floresta, como conta:

“Eu fui dar uma voltinha na São Carlos, gostei, era dinheiro que se ganhava, horrores de dinheiro [...] Ia um dia sim, um dia não, depois comecei a ir todos os dias [...] Em uma semana eu ganhava o que eu ganhava num mês inteiro no salão, eu ganhava em uma semana na rua, então eu comecei a ir todos os dias... Aí eu ficava cansada... Mas era mais rentável pra mim, então eu encarei a prostituição” (BOER, 2003, p. 127)

Trabalhando somente com a prostituição, Cassandra passou a enfrentar o maior problema relatado pelas travestis na mesma situação: a violência policial. De acordo com ela, a repressão era cíclica, maior em alguns períodos, a depender do governador, prefeito, comandante ou delegado de polícia. Apesar disso, ela ressalta a violência sofrida especificamente por ser negra: “Deus me livre se tivesse um policial negro dentro da viatura, era pior ainda, porque negro não admite que a gente seja negro, gay e travesti [...] Senti [a discriminação] algumas vezes, eu senti, mas eu nunca deitei pra eles...” (BOER, 2003, p. 130). Essa é a única menção, dentre as entrevistadas, da questão racial e do perceber-se enquanto negra. A violência cometida por brancos é comum e esperada, mas a cometida por negros é entendida a partir do viés da identificação.

Antes de entrar em contato com o GAPA, Cassandra passou um período na Europa. A migração de travestis para a Europa acontece desde a década de 1980, mas foi nos anos 1990 que se intensificou para países como Espanha e Itália e ganhou visibilidade. É notório que há uma distinção, um prestígio atribuído às travestis que conseguem angariar os fundos necessários para a viagem, e que retornam com os ganhos dessa empreitada (CARRIJO, 2016). Entre idas e vindas, Cassandra esteve na Itália em três ocasiões, sendo extraditada uma vez e retornando pela última vez em 1997. Os altos ganhos motivavam as tentativas de reentrada na Europa, como quando pediu para uma amiga trazer para o Brasil o dinheiro que tinha feito com a prostituição na Itália: “olha minha felicidade, ela tinha voltado e eu tinha mandado meu dinheiro por ela e ela não acreditava quando eu dei meu dinheiro para ela, porque eu tinha feito 14 mil dólares!!!” (BOER, 2003, p. 134). A prostituição na Europa, como veremos com Marcelly Malta, se torna possibilidade de acesso a bens materiais e uma segurança financeira, mesmo que momentânea. Outras razões motivaram o retorno de Cassandra ao Brasil e à Porto Alegre, colocando sua trajetória em contato com o serviço oferecido no GAPA.

3.7 Marcelly Malta

Marcelly Malta, primeira tesoureira da Igualdade e atual presidente da ONG foi a única pessoa a qual não tive oportunidade de entrevistar. Embora tenhamos nos encontrado, a agenda atribulada de Marcelly e uma falta de aproximação mais informal e direta não permitiram que fosse realizada a entrevista. De qualquer forma, já possuía relatos escritos, em áudio e em vídeo que possibilitaram que eu conhecesse sua história de vida.

Além do livro de Boer (2003), um documentário universitário para o rádio e duas entrevistas em vídeo serviram como fonte para esse trabalho. Marcelly já falou extensamente sobre sua trajetória, a chegada em Porto Alegre e os motivos que a levaram a entrar (e permanecer) na luta pelos direitos das pessoas travestis e transexuais.

Sobre a infância, família e as descobertas, é importante colocar que, como para outras travestis, a homossexualidade ou o desejo sexual por homens aparece como primeira marca da diferença. Nesse sentido, Marcelly fala sobre crescer em uma cidade pequena e as primeiras experiências homossexuais:

Eu nasci numa cidade que acho que vocês nunca ouviram falar, Mato Leitão. Éramos uma família de seis pessoas (...). Nasceram 3 homens, só que eu a mãe sempre dizia que nasci diferente, eu não nasci diferente, eu dizia pra ela que nasci igual a todo mundo, mas eu tinha uma opção diferente. Eu não sabia o que era naquela época... Com 8, 9 anos a questão da sexualidade nos guris, na minha época era muito forte. Pra mim, com 8 anos já começou com os primos, parentes, amigos, enfim. Não se falava na questão da pedofilia, na questão do abuso sexual... Eu não sei se posso dizer que fui abusada sexualmente, mas tinha relações sexuais com os meninos. Isso era uma coisa que eu sempre quis ter na minha vida, de ter uma coisa que eu me identificava, não de ter uma coisa assim que eu gostava de brincar de boneca (...) (MALTA, 2015)

Outra marca da diferença é a identificação com signos considerados femininos, como roupas, brinquedos “de menina” e cabelos compridos, uma marcação externa, para além das práticas sexuais. Enquanto o comportamento considerado desviante pode ser mais facilmente suprimido, mudanças, mesmo sutis, na aparência, ressaltam o sentimento de não-pertencimento e desajuste, considerando o ambiente restrito da cidade de interior:

Eu com 12 anos, a gente saiu da colônia e foi morar na cidade de Venâncio Aires (...) Mas eu me senti muito mal naquela cidade, mal no sentido de eu já querer o cabelo comprido, com 12 anos de idade. O pai não aceitava a questão dos cabelos compridos, e eu amava andar de cabelo comprido. E o pai dizia não, tem que cortar esse cabelo porque homem anda de cabelo curto, raspado. (MALTA, 2015)

Por ser a que mais falou de sua infância e de períodos anteriores, é importante pensar a partir da trajetória de Marcelly o papel da família e do sentimento de não-pertença, a necessidade e o desejo de sair do interior. É dentro do ambiente familiar as travestis

constroem suas primeiras identidades (FERNÁNDEZ, 2004) e que a identidade de gênero e preferências sexuais não normativas passam a ser motivo de conflito com os parentes próximos, mais notadamente o pai.

Marcelly narra como aos 15 anos, intermediada pelas freiras de Venâncio Aires, consegue um emprego de auxiliar de serviços gerais na Santa Casa de Porto Alegre. Com essa mudança e maior liberdade para vivenciar a sexualidade, Marcelly percebe uma confusão a respeito da identidade de gênero e orientação sexual:

Eu já tinha me assumido há muito tempo que queria, mas não sabia o que era, aquela coisa assim, o que é ser travesti, o que é ser transexual... Quando via aparecia uma lá, ah, ela é loca, foi lá e cortou o pau fora. Eu sabia que gostava de homens, né, e foi uma coisa assim que a gente vai se construindo e muitas vezes na adolescência a gente não sabe o que é. [...] Quando eu vim pra Porto Alegre com 15 anos eu vim pra trabalhar, né, comecei meu trabalho na Santa Casa. Aí lá de dentro eu conheci outras pessoas, a gente dizia que era gay, entendeu? Eu assumidamente também não sabia o que eu era. (MALTA, 2017)

Essa construção do gênero e sua interação com a sexualidade é complexa, influenciada também pela convivência familiar e as possibilidades de performatividade de gênero dentro desse ambiente, como coloca Josefina Fernández:

Enquanto a vida das travestis ocorre na família, sua identidade parece ser puxada por duas âncoras. Quando a palavra encontrada para explicar a diferença é a homossexualidade, então esta será a identidade disponível para ser assumida [...]. Mas, ao mesmo tempo que atua como um homem, as representações desse gênero feminino são ensaiadas e, em seguida, longe da família, ela deixará a sala escondida e a encontrará no palco público, especialmente nas ruas dedicadas ao comércio sexual, mas também nas associações que as nucleam e outros, uma possibilidade de expressão sem restrições. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 88)³⁶

Nesse sentido, o afastamento da família aparece, para Marcelly e outras, como possibilidade de explorar a performatividade de gênero de forma mais livre, criando condições para que tornar-se travesti vire uma realidade material e possível. A convivência de Marcelly com outras pessoas homossexuais, como o colega de trabalho com quem passa a dividir uma peça, é decisiva para essa transformação:

Aí um dia, ele já era maior de idade e disse assim pra mim: “tu tem um olho tão lindo, seria uma travesti belíssima. Imagina deixar o cabelo crescer e a gente ir de noite batalhar, tu sabe o que é isso?”. E eu disse não, não sei o que é isso. Aí ela já pegava e fazia viração (...), se chamava trottoir. Aí aí, vou te levar pra tu ganhar um dinheiro. Eu lembro que a gente começou na caixa d’água, no Moinho de Vento, e a gente começou a trabalhar lá. Eu achei um máximo, achei um luxo. Imagina, os

³⁶ Mientras la vida de las travestis transcurre en la familia, su identidad parece estar tironeada por dos anclas. Cuando la palabra encontrada para dar cuenta de la diferencia es la homosexualidad, entonces, ésta será la identidad disponible para ser asumida [...]. Pero, al mismo tiempo que se actúa como varón se ensayan las representaciones de ese género femenino que luego, lejos de la familia, saldrá del cuarto escondido y encontrará en el escenario público, en las calles destinadas al comercio sexual especialmente, pero también en las asociaciones que las nuclean y otras más, una posibilidad de expresión sin ataduras. (tradução da autora).

homens parando, eu novinha, 15 pra 16 anos, e podendo sair com homens, ter relações sexuais e eles ainda te darem um bom dinheiro. (...) (MALTA, 2015)

Ser travesti para Marcelly, como para Joyce, era sinônimo de trabalho sexual. Ganhar dinheiro para “sair com homens” implicava em investir num corpo desejável, a ser trabalhado e que presumia uma certa aparência, como relata a respeito do início na prostituição:

Pra mim naquela época foi um luxo, maravilhoso. Eu tinha que trabalhar, a gente saía cedo, em torno de sete e meia, oito horas, da noite, pra gente chegar no ponto oito horas pra trabalhar. Aí que eu comecei a conhecer realmente o que era uma verdadeira travesti. Eu disse assim, meu deus, sou muito feia perto dessas travestis. (...) Eu queria me transformar, daí eu comecei a me transformar. (MALTA, 2015)

Para alcançar esse ideal de corpo e aparência, o hormônio era a tecnologia recente disponível, à qual Marcelly possuía livre acesso por conta de seu trabalho na Santa Casa. As transformações a aproximaram de um modelo de feminilidade, uma experiência difícil de ser alcançada em momentos anteriores da vida. Os cabelos passam a ser usados longos, sem mais a preocupação com o descontentamento do pai:

Na Santa Casa era assim, a farmácia não era muito controlada (...) Onde a gente achava o Premarin 50mg, a gente tomava. Chegava a tomar uma caixa por dia. E o peito começou a vim e eu “meu deus, o que tá acontecendo?”. (...) Aos poucos a questão da hormonoterapia, tanto o masculino como feminino, quem toma se transforma. A gente ficava com a pele mais bonita, o cabelo começou a crescer, nunca mais cortei o cabelo. Só que naquela época o cabelo tinha que ser amarrado e usar uma boina, boné, alguma coisa a gente tinha que usar, ou eu usava um lenço pra trabalhar. (...) (MALTA, 2015)

Com as marcas sociais de diferença da feminilidade mais explícitas, é necessário esconder os sinais e efeitos dos hormônios durante o dia, no trabalho. “Naquela época”, para Marcelly, significa durante a ditadura civil-militar brasileira, embora a repressão contra a população travesti e transexual tenha sido uma constante nos anos que sucederam o período ditatorial, muito relacionada à postura das forças policiais e sua ação contra o trabalho sexual exercido pelas travestis e trans:

Mas o mais difícil de toda minha vida foi a trajetória da polícia, mais a polícia civil. Naquela época existia a CRV (...) onde que as travestis iam presas, levadas pro “costume” (...). Eu me lembro várias histórias, as travestis todas elas iam presas e pulavam a janela do primeiro andar até o térreo. Eu nunca tive coragem de fazer isso. A polícia não permitia a questão da prostituição e é por isso que a gente ia presa, a maioria das vezes a polícia pegava teu dinheiro que tu ganhava, revistava tua bolsa e levava todo o dinheiro que tu tinha. A Brigada Militar não fazia isso, só a polícia civil, por isso hoje o maior medo que eu ainda tenho, o maior trauma da minha vida foi com a polícia civil. (MALTA, 2015)

Levar o dinheiro das travestis não era a única ação da polícia. Marcelly também conta a respeito de abusos de poder que incluíam relações sexuais forçadas, uma demonstração de como era ambígua a postura higienista da polícia:

Na madrugada quando a gente voltava pra rua, tinha a questão que tu tinha que ter relações sexuais com a maioria dos policiais que te abordavam na rua. Isso era uma parte que era muito ruim, porque eles não te pagavam pra ter relação, tu perdia teu tempo, tava lá na rua pra ganhar teu dinheiro, e tinha que ter relação com 5, 6... eu já tive relação com 10, 12 brigadiano, relações sexuais forçadas. Forçadas no sentido, “ó, a gente vai te levar presa”. Muitas, praticamente todas as noites que eu ia presa. (MALTA, 2015)

Como também narra Veruska, sair à rua, de dia, com roupas femininas era proibido à época. Ser travesti significava também operar com essas limitações necessárias à sobrevivência e, em situações chave, vestir-se e portar-se somente como homossexual:

Naquela época não se podia nem sair de dia que você era presa. Eu naquela ocasião eu trabalhava de dia, mas com meu cabelo amarrado, com uma touca, um boné pra disfarçar. E botava uma roupa mais disfarçada, como os gays usavam naquela época, umas pantalonas largas. Uma coisa chamativa mas vestido de mulher você não podia. (MEU TEMPO, 2008)

Ser travesti em um período onde desviar da norma reguladora de gênero era ainda mais cercado de perigos implicava em relegar a travestilidade a uma vinculação direta com o trabalho sexual noturno, único momento em que estava “permitida” ou tolerada a presença de travestis nas ruas e nos pontos de prostituição,

Marcelly se refere à uma situação específica, em que resolveu sair com uma amiga, as duas com roupas femininas durante o dia, e foram abordadas pela polícia:

Eu não me lembro que ano, acho que foi 1978, eu tava caminhando na rua, e falamos “vamo pro centro comprar umas bobagem”, como a gente diz, comprar um vestido, comprar maquiagem... Mas vamo assim bem discreta, botar um vestido, como as mulheres andam de salto alto. A gente tava caminhando duas quadra e eu e essa minha amiga fomos presas de dia. Era umas duas e meia, três horas da tarde. Essa era a polícia que se tinha. Como, se tu é homem, teu documento aqui, e tua identificação é feminina? Não pode, isso é crime. E a gente apanhava, tinha que ter relações sexuais com... enfim, né. (MEU TEMPO, 2008)

As prisões arbitrárias eram outra questão que afetava diariamente a vida de Marcelly e sua percepção sobre a polícia e as práticas de resistência das travestis às violências praticadas pelas forças da lei. Era lugar comum do cotidiano de trabalho sexual na rua as fugas da polícia, pagamento de propina, coerção para que tivessem relações sexuais com os policiais, entre outros problemas. Nesse cenário, as travestis encontraram válvulas de escape que, embora conhecidas por Marcelly, ainda causavam espanto e choque:

Na época eu via muito a questão da mutilação das travestis, nos anos 70. Elas se mutilavam quando eram presas, isso me chocava muito. Elas se cortavam quando eram presas, pegavam gilete, cortavam pescoço... A polícia civil liberava, levava no pronto socorro. A polícia não queria incômodo, muito complicado pra eles levar uma travesti no pronto socorro toda cortada e lá ela era liberada, ou ia outra retirar ela. Costurava tudo, fazia sutura no pescoço, nos braços. Isso eu achava muito chocante (...) (MEU TEMPO, 2008)

O início de Marcelly na prostituição é marcado por um rápido retorno financeiro, possibilitando acesso a bens materiais e a construção de uma aura de luxo e riqueza em torno da profissão. Como Veruska associa o luxo ao trabalho em casas noturnas, Marcelly o faz com a prostituição. Poder esnober homens poderia ser, de certa forma, uma vantagem e um sinal de auto-valorização considerando o contexto de marginalização e precariedade com que exerciam a profissão e seu tratamento pela sociedade.

Em 79 eu fiz concurso público pro Estado, já tinha diploma de auxiliar de enfermagem e eu passei, tirei segundo lugar, trabalhar no estado como auxiliar de serviços médicos. Eu não queria trabalhar, queria glamour, queria putaria, queria sair, porque a questão do dinheiro era muito farto. Não vai conseguir chegar a uma idade e poder trabalhar, não é bem assim. Tá vendo tuas amigas tudo velha, caindo aos pedaço, ninguém mais quer, mas hoje tá bonita, todo mundo te quer, sai com o homem que tu quer. E eu não vou te mentir, hoje me deito e me lembro das histórias eu olhava e cuspi na cara deles. Eu era enjoadíssima, eu cobrava o que eu queria. Mas assim, hoje eu me arrependo de muita coisa que eu fiz errada (...). Naquela época no Moinhos de Vento³⁷ era glamour, os filhos de papai rico. (...) (MALTA, 2015)

É nesse relato que Marcelly menciona o concurso público no qual foi aprovada, o que garantiu sua estabilidade financeira, tendo em conta os altos e baixos da vida na prostituição. Em outra passagem, ela menciona um amante, delegado de polícia, que a alertou sobre a incerteza da vida como prostituta e a incentivou para que buscasse outras alternativas de renda, o que culminou na aprovação no concurso supracitado. No capítulo 4, discutiremos como essa estabilidade condiciona a participação de Marcelly no movimento social, diferenciando-a de outras na mesma situação.

Também Marcelly (como Marina e Cassandra) passou um período de sua vida na Europa onde, segundo ela “[foi] o lugar que mais dinheiro ganhei e o lugar que mais amei na minha vida” (MALTA, 2017). O que levou Marcelly a procurar oportunidades na Europa foi o que mais tarde pautou sua luta pelos direitos da população travesti e trans, a epidemia de AIDS e sua influência na vivência enquanto travesti:

Quando começou a epidemia da AIDS nos anos 80, eu sempre digo, as pessoas morriam, as travestis morriam, a população de gays morria e a gente não sabia o que era. Depois a gente foi pensar “do que essa travesti morreu?”. Já existia a epidemia da AIDS, acredito que começou em 78, porque muitos amigos meus morreram. A gente sempre fala a nível nacional que a epidemia de AIDS começou nos anos 80. Que que era, né? Eu comecei a me acordar a questão da epidemia da AIDS quando eu vi o Cazuza morrendo. Eu comecei a me acordar pra vida, quando pensei “eu não tenho nem apartamento próprio, moro de aluguel, e as travestis indo pra Europa e voltando rica, com carro, apartamento, peito, plásticas e tudo mais. E eu falei “sabe de uma coisa? Vou largar o estado e vou embora pra Europa”. Porque eu disse assim, eu vou morrer qualquer dia, né? Nunca usei camisinha na vida. A AIDS tá aí,

³⁷ Bairro de Porto Alegre onde se localizava o ponto da “caixa d’água”, conhecido pela prostituição de travestis nas décadas de 1970 e 1980.

a epidemia da AIDS tá aí, as travestis tão morrendo. Minhas amigas, eu não tenho mais amigas daquela época, que eu possa dizer que estão vAivas pra contar a história, não tem. (...) (MALTA, 2015)

A AIDS, portanto, aparece como fator mobilizador, que denota e escancara a finitude da vida. Marcelly, percebendo a possibilidade de ganhos financeiros na Europa, a mortalidade da AIDS e a vulnerabilidade à qual estava submetida por não ter utilizado preservativo em suas relações ao longo de sua vida, encontra na Europa a válvula de escape necessária para desconectar-se da realidade marcada pela epidemia.

Em 1990 eu já tinha trabalhado 10 anos, eu me lembro que foi na Copa [do Mundo], pedi dois anos de licença de 90 a 92, aí fui pra Europa. (...) A travesti, onde ela tá ela é explorada. (...) Pra tu sair de dia era complicado, lá [na Europa] não era diferente, na questão tu ir presa. Eu nunca fui presa, graças a Deus, porque eu falava em alemão e dizia que eu era da Alemanha, começava a enrolar com eles. E tinha que ter relações sexuais com eles, isso pra mim era o de menos, como eu falei desde o início, sempre pensei que eu estava errada e eles tavam certos. (MALTA, 2015)

Na Europa, apesar do retorno material, os problemas com prisões a abusos por parte da polícia se mantinham. Deportações, “pedágios” e outras dificuldades eram enfrentadas pelas travestis apenas com a certeza de que estariam ganhando mais do que no Brasil, com a possibilidade de, quando do retorno, adquirir bens materiais como carros, apartamentos, ajudar financeiramente a família, que muitas vezes é uma forma de reaproximação e, por último, investir no corpo, em próteses e cirurgias plásticas. Marcelly, como as outras, viu na Europa uma oportunidade. Mais tarde, de volta ao Brasil, a epidemia de AIDS também se torna catalisadora e aglutinadora de demandas que pautam os movimentos sociais. Nesse sentido, a Europa como escape para Marcelly não se distancia da Europa das outras travestis, uma distinção e privilégio financeiro em relação às que ainda estavam no Brasil, mesmo que todas expostas da mesma forma ao HIV.

3.8 Trajetórias comuns, relatos de si

Através dessa aproximação das trajetórias de Marina, Alessandra, Joyce, Veruska, Cassandra e Marcelly, podemos pensar aspectos práticos e subjetivos que envolvem relembrar e articular as memórias. Pollak (1992) atenta para o caráter particular e construído no processo de organização das memórias:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (...) Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em

construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p. 204)

Pensar dessa forma é benéfico para assumirmos a posição fluida e situacional da memória e dos relatos, condicionados pelos processos e modos de construção citados por Pollak. No caso das travestis e transexuais cujos relatos estão presentes nesse trabalho, as memórias passam por lugares em comum, apesar das vivências distintas.

Além dos pontos em comum ainda a serem levantados, talvez o mais marcante seja percebermos os aspectos subjetivos que constituem os “relatos de si” (BUTLER, 2015b). Através de escritos de Adorno, Nietzsche e Foucault, Judith Butler busca compreender o processo que envolve a produção de um relato/narrativa de si mesmo e sua relação com a ética e a moral. Colocar as narrativas travestis e transexuais sob a ótica dos relatos de si propostos por Butler é considerar o caráter situacional e momentâneo dessas narrativas e histórias organizadas pela memória. Também é importante considerar o fato de que nenhuma narrativa está descolada de marcadores temporais, sociais, culturais e, como a performatividade de gênero, só é verbalizada a partir da mediação dentro de normas, como coloca a autora:

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social. A razão disso é que o “eu” não tem história própria que não seja também a história de uma relação - ou conjunto de relações - para com um conjunto de normas. (BUTLER, 2015b, p. 18)

Essas narrativas também são influenciadas pelo corpo, principalmente quando temos em conta que a performatividade é exercida na materialidade e a estilização do corpo e a transformação como questões fundamentais na construção do gênero:

O corpo singular a que se refere uma narrativa não pode ser capturado por uma narrativa completa, não só porque o corpo tem uma história formativa que é irrecuperável para a reflexão, mas também porque os modos em que se formam as relações primárias produzem uma opacidade necessária no nosso entendimento de nós mesmos. [...] Além disso, os termos usados para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e substituíbilidade em que nossas histórias “singulares” são contadas. (BUTLER, 2015b, p. 33)

Isso se relaciona com a proposta de uma genealogia da performatividade feita no capítulo 1, ao pensarmos o corpo enquanto marcado pelas narrativas, pela história e, por que não, pelos relatos que estabelecemos de nós mesmos. Considerando o corpo como um acontecimento, podemos aproximá-lo do caráter provisional das narrativas, estabelecendo a fluidez e

instabilidade do próprio eu construído subjetivamente. O ser “toda feita” como propõe Benedetti (2005) pode se referir também ao fazer-se em narrativa, em história, em memórias. Por fim, Butler coloca que

O relato que faço de mim mesma é parcial, assombrado por algo para o qual não posso conceber uma história definitiva. Não posso explicar exatamente por que surgiu dessa maneira, e meus esforços de reconstrução narrativa são sempre submetidos à revisão. Há algo em mim e de mim do qual não posso dar um relato. (BUTLER, 2015b, p. 55)

É essa parcialidade e impossibilidade de fixar tanto um corpo como um relato de si mesmo que enriquece o trabalho com as narrativas e memórias através da história oral. Quando trabalhamos com história oral, buscamos encontrar um sujeito determinado, coeso, fixo. A complexidade desses sujeitos nos faz encontrar narrativas diversas, com cada um significando a si mesmo e suas memórias de forma particular.

Essas narrativas também são particulares, pois tratam de uma memória estritamente pessoal de um processo longo de afirmação, que é uma pessoa trans tornando-se ou percebendo-se trans e o que decorre desses esforços de materialização desse gênero, seja em relação à família, ao Estado, ou mesmo entre pessoas que passam pelo mesmo processo. Numa sociedade conservadora, viver de acordo com seus desejos é ousar existir e resistir às impossibilidades e limites encontrados ao longo de uma trajetória.

Embora sejam individuais e subjetivas, as narrativas muitas vezes se cruzam e passam por lugares comuns, denotando similaridades nas experiências de vida de travestis e transexuais. Possivelmente por estarem sob as mesmas normas e inseridas no mesmo dispositivo heteronormativo é que podemos apontar questões em comum que nos direcionem para a análise dos fios condutores dessas trajetórias, ou mesmo se podemos identificá-los tendo em mente as individualidades e particularidades contidas nessas narrativas e relatos de si mesmas. Nesse sentido, passamos a busca dessas similaridades, onde se encontram essas histórias e de que forma chegam ao movimento social, ou de que forma são interpeladas por ele.

Primeiramente, quando tratamos da infância, a percepção do desejo por outros homens ou a homossexualidade como primeira característica dissonante da norma é fundamental para entendermos o quanto a travestilidade ou transexualidade são elaboradas somente mais tardiamente na vida das pessoas entrevistadas. Em alguns casos, a questão não foi mencionada, como na entrevista com Alessandra. Nas entrevistas cedidas de Marcellly e nas realizadas com Cassandra, Veruska, Marina e Joyce, a questão apareceu como elemento central da percepção da diferença em relação à norma, à heteronormatividade. Sobre essa

questão em relação ao grupo de travestis argentinas estudadas em seu trabalho, Fernández (2004) coloca que

As preferências sexuais, então, intervirão concedendo a essas primeiras percepções uma identificação. O reconhecimento da atração sexual em relação ao mesmo sexo é valorizado como um atributo que explica seu gosto pelos homens, entre oito e dez anos. Aqueles jogos e atrações valorizados como femininos e definitivamente não apropriados para meninos, são explicados quando as entrevistadas experimentam suas primeiras trocas sexuais e encontram para elas uma palavra que as identifica: homossexualidade.³⁸ (FERNÁNDEZ, 2004, p. 78)

Antes da transformação, todas as entrevistadas marcam a diferença através da homossexualidade. Marcelly narrou as experiências sexuais com parentes, amigos e homens mais velhos na infância, que significaram para ela a primeira noção a respeito da sexualidade, o “saber que gostava de homens”. Veruska também associa a diferença à homossexualidade, como coloca sobre sua infância: “eu já gostava de coisas assim, eu que gostei de homem. Homem nenhum me pegou, eu que peguei eles”³⁹. No caso de Marina, que passou a vivenciar a transexualidade mais tardiamente, antes da transformação havia somente a noção de “ser gay”, sem considerar a possibilidade de transformar-se. Para Joyce, o processo é o mesmo, antes considerando-se um “homossexual normal”, porém é a hormonização e o ganho de atributos físicos considerados femininos como curvas e seios (e não somente roupas ou cabelos compridos), que marcam o abandono da identificação com a homossexualidade e a adoção da categoria “travesti”.

Com isso, confirma-se a proposta de uma sexualidade e performatividade de gênero não fixas, mas que, ao longo da infância e até a vida adulta assumem diferentes posições, identificações e nomenclaturas para classificar desejos e expressões. A prática que hoje denominamos como “homossexual”, também assim identificada pelas entrevistadas, à época de sua infância é somente um traço em comum que as aproxima por caracterizar-se como um desvio da norma, da matriz heterossexual.

A partir da percepção da diferença na infância, conviver com os membros da família se torna mais difícil a partir da adolescência. Nesses casos, mais notadamente o de Marcelly, o pai aparece como antagonista e como a representação da limitação para a construção de gênero. A obrigação em cortar o cabelo, de assumir comportamentos “viris” vem para

³⁸ “Las preferencias sexuales, entonces, intervendrán otorgando a aquellas primeras percepciones una identificación. El reconocimiento de la atracción sexual hacia el mismo sexo es valorado como un atributo que cuenta de su gusto por los varones entre los ocho y los diez años. Aquellos juegos y atracciones valoradas como femeninas y definitivamente poco apropiadas para los niños, llegan a ser explicadas cuando las entrevistadas experimentan sus primeros intercambios sexuales y encuentran para éstos una palabra que los identifique: homosexualidad.” (tradução da autora)

³⁹ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

estabelecer esses limites materiais aos desejos por símbolos considerados femininos. Joyce também se deteve na recusa da família em aceitar sua homossexualidade e, posteriormente, travestilidade, citando problemas com o irmão mais velho. Normalmente, o preconceito mais latente vem de membros próximos do sexo masculino, mais uma marca da heterossexualidade e cisgeneridade compulsória e presumida que regula as normas de gênero.

Em outros relatos, como no de Cassandra, é a partir da hormonização e dos sinais físicos que ela imprime, que manifestam-se os problemas familiares. Quando criou seios, “a mãe disse que ia me cortar com um facão, que não podia”⁴⁰. A resposta de Cassandra foi comunicar que, se não fosse aceita (ou ao menos tolerada), sairia de casa. Nesse caso, o resultado foi a aceitação e diminuição dos conflitos no ambiente familiar, mas nem todas contam com essa compreensão ou entendimento.

A principal consequência desses problemas é o afastamento da família, da cidade de origem e, conseqüentemente, um aumento da vulnerabilidade da população travesti e transexual. Das entrevistadas, a não ser Alessandra, que pôde concluir os estudos e teve apoio da família para a transformação e para a permanência na escola, e Marina, que se assumiu como transexual mais tarde em sua vida, após estar estabelecida profissionalmente, todas relataram problemas familiares e uma necessidade de sair da cidade de origem para descobrir-se ou viver plenamente. No caso de Marina, isso se aplica à vivência de sua transexualidade, possibilitada pela convivência com travestis na Europa e uma reflexão a respeito do gênero. À maioria das travestis e transexuais, porém, resta o afastamento dos familiares, o estabelecimento de novas relações e, por conta da marginalização, a inserção na prostituição como forma de subsistência e possibilidade de ganhos materiais.

A Europa é outro lugar comum nessas narrativas, um objetivo, um modelo de glamour e luxo a ser alcançado, sinalizador de prestígio entre as travestis. Nesse contexto, é comum a distinção entre as “européias” e outros tipos de travestis com menos recursos, colocando no lugar de destaque as foram marcadas pela “conquista na Europa” (CARRIJO, 2016). A travesti “européia” ganha distinção entre as outras, uma espécie de refinamento burguês, “um ponto de viragem, promovendo-as no mercado sexual brasileiro, não só pela sua passagem por lá, mas por possibilitar transformações radicais no corpo” (PELÚCIO, 2007, p. 108). Hélio Silva, na década de 1990, já falava da importância da Europa para a sociabilidade e para o cotidiano das travestis. Para ele, “mais do que a experiência cosmopolita, a Europa ensaja o

⁴⁰ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

coroamento de uma experiência toda rendilhada por cruzamentos de fronteira. Esses países trazem euros, língua estrangeira, *délicatesse*.” (SILVA, 1993, p. 71).

Dentre as entrevistadas, Marina, Marcelly e Cassandra tiveram alguma vivência em solo europeu em algum período, sendo que a última vive na França até o presente momento. Para Marina, a Europa serviu como experiência da possibilidade da materialização da transexualidade. É possível que na Europa, Marina tenha percebido uma certa “normalidade” em relação às experiências trans (VARTABEDIAN, 2016), influenciando na sua decisão de transformar-se. Vartabedian (2016), em seu trabalho, cita, segundo elas mesmas, a “liberdade e respeito” com que são tratadas as travestis e transexuais. Apesar de Carrijo (2016) perceber uma certa discrição e mesmo segredo nos modos de vida por parte das travestis e trans que vivem na Europa, é possível que os ganhos financeiros com o trabalho sexual e prestígio associado à vivência no estrangeiro tenham papel na elaboração da idealização e valorização do lugar europeu.

Para outras, como Marcelly e Cassandra, viver e trabalhar na Europa possibilitou a aquisição de bens materiais. Marcelly persegue o sonho europeu na década de 1990, a partir da percepção da mortalidade da AIDS, bem como Cassandra, que retorna posteriormente. Num período em que o diagnóstico de HIV era uma morte anunciada (SEFFNER, 1995), a Europa aparece como uma válvula de escape e uma possibilidade de ganhos materiais substantivos em relação à situação precária das trabalhadoras sexuais travestis no Brasil. A essa vivência, Marcelly credita ter adquirido bens para si mesma e para a família para voltar ao Brasil com segurança financeira, visto que tem consciência da efemeridade de uma profissão que valoriza as mulheres somente enquanto jovens e “desejáveis” para os homens, padrão que afeta e condiciona tanto mulheres travestis como mulheres cisgêneras a encaixarem-se na norma que regula o investimento (financeiro e pessoal) na beleza e juventude. A Europa, significada nessas trajetórias, manifesta-se como

“sinônimo de "glamour", respeito, liberdade e sofisticação, [...] continua a representar um aumento econômico e social para as novas gerações, porque como "européias" podem distinguir-se do resto de suas colegas para se sentirem valorizadas em seus retornos - permanentes ou transitórias - para Brasil” (VARTABEDIAN, 2016).⁴¹

⁴¹ “Sinónimo de "glamour", respeto, libertad y sofisticación, Europa sigue representando para las nuevas generaciones un ascenso económico y social, pues en tanto "européas" pueden distinguirse del resto de sus compañeras para sentirse valoradas en sus regresos - permanentes o transitorios- a Brasil.” (tradução da autora)

Nesse sentido, compreender outros aspectos que se repetem em trajetórias tão distintas e complexas serve não somente para falarmos a respeito da individualidade, mas dos padrões, e assujeitamentos que particularizam a vida das travestis e transexuais.

As semelhanças em situações de ganhar/perder tudo, relacionada à juventude, prostituição, dinheiro, também denota a posição frágil e marginalizada das travestis e transexuais na sociedade, visto que somente os ganhos financeiros representam possibilidade de mudança na situação material e, por consequência, mais segurança. Sobre esses altos e baixos, Veruska coloca: “Eu queria brilhar e já brilhei, queria ser estrela, ser conhecida, tudo que eu quis eu tive. Tudo isso posso dizer. Hoje não tenho nada, mas eu tive tudo e não to mal, to vivendo. To com 71, daqui a 9 anos com 80, aí não adianta nada...”⁴². Joyce faz a mesma relação ao falar que a vida das travestis é uma loteria, podendo num momento estar bem e no próximo em alguma dificuldade, provavelmente se remetendo aos seus problemas em decorrência de ser portadora do vírus HIV.

É mister também citarmos que nenhuma das entrevistadas, quando questionadas, dedicaram muito tempo ou reflexões à diferença entre travestis e transexuais. Marina mencionou como seriam apenas “identidades políticas” e assim podemos compreender a necessidade de sujeitos unificados dentro de uma sociedade binária e heteronormativa, mas pouca importância das diferenças nos desejos de fazer cirurgia ou mesmo nas nomenclaturas e categorias. Alessandra e Joyce foram as únicas que explicitaram a vontade de fazer a cirurgia, porém sem estabelecer esse desejo como variável de diferença em relação a outras travestis ou trans.

Em que pese as questões enfrentadas quando do trabalho com história oral e entrevistas, foi necessário compreender as não-linearidades presentes nos relatos, muitas vezes distintos das questões interpeladas, porém um traço significativo do que é relevante para cada pessoa em sua trajetória. Partindo dessa premissa, foi mais fácil analisar as memórias acessas que compunham, de fato, a trajetória narrada pelas entrevistadas naquele momento, marcadas pelo tempo, espaço e circunstância em que foram evocadas.

Enquanto pudemos achar pontos em comum, no grupo de entrevistadas não há um fio condutor que determine o envolvimento com movimentos sociais ou mesmo a existência de um modelo de travestilidade e transexualidade comuns. A homossexualidade percebida na infância, o preconceito, os altos e baixos, a Europa e a prostituição são experiências que não caracterizam um modelo, mas sim uma gama de possibilidades e caminhos possíveis a serem

⁴² Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

seguidos quando a questão de gênero é tão limitante. Questões sociais, econômicas, geracionais, entre outras, fazem com que ser e assumir-se travesti ou transexual implique buscar outras na mesma situação, uma comunidade que já tenha passado pelas mesmas experiências, de certa forma, atuam como apoio.

Por último, enquanto essas trajetórias encontram pontos de convergências e temáticas comuns relacionadas a não conformidade com as normas de gênero, dois marcadores foram necessários para a emergência de um movimento organizado de travestis e transexuais (CARVALHO, 2011). Enquanto vimos que a violência policial foi e é uma constante na vida da população trans, a AIDS é um fenômeno que desestabiliza a ordem já desigual e marginaliza ainda mais a população LGBT num todo. Nesse sentido, o próximo capítulo vai tratar da violência policial e da AIDS como catalisadores desse processo que culmina, em Porto Alegre, com a criação da Igualdade.

4. O caminho para a Igualdade: a AIDS aglutina e fomenta a luta por cidadania

O presente capítulo parte da epidemia de AIDS para analisar a emergência de um movimento organizado de travestis e transexuais na cidade em Porto Alegre, a exemplo de outros casos pelo Brasil que também foram influenciados pelas mesmas circunstâncias. As respostas e ações da sociedade civil impulsionaram a organização formal e a luta por direitos dos grupos afetados, com destaque para a população LGBT e profissionais do sexo, já largamente marginalizados pelo Estado e poder público. A violência policial simboliza esse abandono e sugere a importância de grupos de apoio como o GAPA para o processo de conscientização a respeito de direitos e de um ideal de cidadania. Nesse sentido, esse capítulo se inicia com uma breve história da epidemia de AIDS no Brasil e as primeiras ações do governo e da sociedade civil para controlá-la e compreendê-la. Na sequência, a abordagem se volta para Porto Alegre e o trabalho do GAPA com o grupo de travestis que culmina na criação da Igualdade, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul.

4.1 A epidemia de AIDS no Brasil e no Rio Grande do Sul

É a partir dos primeiros casos de AIDS no Brasil, documentados no início da década de 1980 que se passa a discutir abertamente a síndrome, que foi denominada “câncer gay” pela mídia, dada a descoberta da doença inicialmente entre homossexuais masculinos. A velocidade com que as informações chegavam ao público através dos meios de comunicação na década de 1980 elevou a AIDS ainda em 1981, quando os primeiros casos foram relatados nos EUA em um grupo de homens homossexuais, ao status de ameaça cuja chegada estava em curso em direção ao Brasil, se alastrando rapidamente por outros continentes e países (BARATA, 2006).

Apenas um ano depois da divulgação dos primeiros casos, em São Paulo, em 1982, a dermatologista Valeria Petri recebeu o primeiro paciente com sarcoma de Kaposi em decorrência do HIV. O sarcoma de Kaposi é um tipo de câncer que provoca lesões na pele, um dos principais sinais da manifestação da deficiência imunológica causada pelo HIV/AIDS. Nesse caso, o próprio paciente mencionou uma viagem recente aos Estados Unidos, onde a doença já estava mais difundida no meio homossexual e melhor documentada pela medicina. (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a, p. 33) A dificuldade em identificar o HIV

e o desconhecimento em relação ao vírus impossibilitaram alguns diagnósticos precoces, e alguns casos anteriores, ainda do ano de 1980, foram confirmados posteriormente.

No Rio Grande do Sul, em setembro de 1983, a pneumologista Cândida Neves, do Hospital Universitário da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), diagnosticou em um de seus pacientes, um homem bissexual, uma pneumonia causada por uma bactéria comum em pacientes com HIV/AIDS, sendo esse o primeiro caso de aids registrado no estado. Até 1985, outros 13 casos já haviam sido notificados, incluindo o primeiro caso por uso de drogas injetáveis (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a, p. 78). A partir daí, a epidemia se espalhou entre a população em geral, mas o estigma recaiu majoritariamente sobre a população homossexual.

No início da década de 1980, as causas da AIDS e seus métodos de transmissão ainda não eram conhecidos, e apesar de ter sido diagnosticada em crianças, hemofílicos, mulheres e pessoas que receberam transfusão de sangue, não era vista como motivo de preocupação para heterossexuais (BARATA, 2005). Mesmo cientistas cometeram erros ao associar a transmissão do HIV como exclusivamente pela via anal (e ignorando o fato de que heterossexuais também podem praticar sexo anal), contribuindo para a construção da imagem da doença como exclusiva de homossexuais (BARATA, 2005), inclusive nomeando-a, num primeiro momento, de GRID (*Gay-Related Immune Deficiency*⁴³). Com a disseminação da nova síndrome e num período de medo e desinformação da sociedade, João Silvério Trevisan já percebia os impactos dessa associação errônea: “O terrorismo instaurado pelos empresários morais tem difundido a AIDS como a ‘peste guei’, metaforizando homossexualidade e doença, já que até o presente momento trata-se de uma doença letal. Daí basta um passo para associar a homossexualidade com o mal” (TREVISAN, 1986). Sobre esse período, Silvia Ramos coloca que

faz parte desse momento inicial a introdução de noções discriminatórias pela mídia – como as de grupos de risco ou a de promiscuidade –, logo alvos de protestos por parte de movimentos sociais que, por outro lado, compreenderam, desde o início, a importância da comunicação e do apelo direto à sociedade. (RAMOS, 2004, p. 1069)

Essa estigmatização se revestiu de moralidade e atacou não somente a população de homossexuais masculinos, mas também as travestis que já sofriam com a violência policial ao realizarem trabalho sexual nas ruas. Elias Veras (2017) fala sobre a AIDS dentro de um dispositivo do estigma em relação a população travesti e transexual, para além do trabalho

⁴³ Imunodeficiência relacionada à Gays, em tradução livre.

como profissional do sexo. Sobre isso, Karen Bruck, que atuou enquanto voluntária do GAPA em Porto Alegre entre 1994 e 2001, ressalta:

A história das travestis e de muitos movimentos sociais está muito ligada ao tema AIDS, porque se tu fores lembrar, no início da epidemia tu dividia as pessoas entre culpados e inocentes. Os culpados era puta, travesti, usuário de droga... essa gente que “não presta”. E os inocentes eram as mulheres, as criancinhas... as “vítimas”. Uma coisa medonha. A gente paga o preço disso até hoje. Isso provocou um grau de discriminação violento.⁴⁴

A polarização e o maniqueísmo entre vítimas e agressores, ou culpados e inocentes também é descrita por Fernando Seffner:

A AIDS surge então como “doença do outro”, doença de pequenos grupos, grupos de desviantes - homossexuais, usuários de drogas endovenosas, prostitutas e travestis. Esses são considerados culpados em dois sentidos: por causa de seu comportamento desviante adquiriram a doença, então são culpados de sua própria contaminação e, na medida em que contaminam outros, são igualmente culpados pela contaminação da sociedade. (SEFFNER, 1995, p. 66)

No caso das travestis, o trabalho sexual, muitas vezes única possibilidade de sobrevivência material, as deixava em maior exposição ao vírus da AIDS, porém sem possibilidade de evitarem as práticas que aumentavam esse risco.

Para os homossexuais masculinos, a AIDS veio num período de relativa liberdade sexual e conquistas da população gay no que diz respeito à aceitação e representação, mas entre as travestis só contribuiu para acentuar uma condição já precária com o aumento da repressão e do abuso policial. Sobre a transmissão do vírus entre travestis em São Paulo, vemos como não foram as primeiras infectadas pelo HIV logo no princípio da epidemia:

As travestis chegaram precocemente ao ambulatório do Instituto de Saúde ,mas o grupo não foi o mais atingido no início da epidemia. Em um total aproximado de 250 pacientes de aids atendidos no instituto, até o primeiro semestre de 1986, registraram-se somente cinco casos de travestis. Sem perder de vista que eles significam uma pequena parcela do universo homossexual, as travestis estariam atuando fora da comunidade gay, por ter sua clientela composta basicamente por homens tidos como heterossexuais – o que teria contribuído para explicar o ligeiro atraso no surgimento da doença entre elas. (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a, p. 68)

Mesmo que mais tarde, as travestis foram diretamente afetadas pela epidemia de AIDS, sofrendo com a falta de atenção do poder público e a falta de um planejamento de saúde governamental para a busca pelo tratamento. O estigma que já carregavam por conta do trabalho sexual dificultou seu acesso ao atendimento em hospitais e unidades de saúde, e foram outras formas de interpelação que as colocaram em contato com os serviços voltados para as pessoas com AIDS.

⁴⁴ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

Porém, a história da AIDS no Brasil e no Rio Grande do Sul não é composta somente de aspectos de transmissão do vírus, mas também da organização e das maneiras de enfrentamento encontradas pelo governo e pela sociedade civil. A ação do poder público é marcada pelo reconhecimento da importância da epidemia de AIDS enquanto questão de saúde pública, expresso na criação do Programa Nacional de Aids pelo Ministério da Saúde em maio do ano de 1985. O programa

estabeleceu normas e linhas para o combate da epidemia no Brasil tendo como alvo os chamados grupos de risco e apontou, como parte destes, três grandes grupos, os homossexuais e bissexuais masculinos, os hemofílicos e politransfundidos e os usuários de drogas injetáveis, institucionalizando assim esse conceito. (MARQUES, 2004)

Nos anos seguintes, o programa seria melhor configurado, mas nesse período, os estados já estavam atuando individualmente e em cooperação para compreender melhor a AIDS. Um dos motivos para a longevidade e sucesso dos programas governamentais para o enfrentamento AIDS é que essas ações ocorreram à revelia de partidos políticos, com financiamentos externos, a exemplo do empréstimo do Banco Mundial ao governo brasileiro em 1994 para financiar ações de combate à doença (VILLELA, 1999).

O Rio Grande do Sul, embora com menos casos notificados do que o eixo São Paulo-Rio de Janeiro, também esteve à frente nas ações para tratar e conter a epidemia. Tendo a abordagem do estado de São Paulo como referência, em 1984, foi criado um número de telefone para atendimento da população, o Disque-AIDS. No mesmo ano, o primeiro ambulatório específico para a doença foi aberto no Sanatório Parthenon. Outras variáveis semelhantes a São Paulo nortearam a criação de um Programa Estadual de AIDS no estado, “fundado na vigilância epidemiológica, na notificação, na difusão de informações em uma estrutura assistencial, ambulatorial e hospitalar” (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a, p. 85). Como em São Paulo, o Programa de Aids do Rio Grande do Sul foi criado no Departamento de Dermatologia Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde. Em 1985, o Hospital de Clínicas da UFRGS abriu a primeira ala exclusiva para a internação de doentes com AIDS, mas ainda é importante notar o quanto a questão socioeconômica influencia nos primeiros casos atendidos no setor, visto que o “sexto sul” era conhecido por abrigar infectados de alto poder aquisitivo, diagnosticados com antecedência, ou seja, notadamente os que tinham acesso aos serviços de saúde (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a, p. 80). É evidente que as travestis não se enquadravam nesse grupo favorecido.

É a partir da segunda metade da década de 1980 que se configuram as ações mais diretas de enfrentamento da AIDS, com a chegada do teste sorológico para análise e triagem

do sangue, advento necessário para maior controle dos bancos de sangue em hospitais. Através do teste sorológico também foi possível aprofundar os estudos a respeito do HIV e, principalmente, detectar a presença do vírus em pessoas assintomáticas, estabelecendo o conceito de soropositividade (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a). Apesar disso, fomentadas pela desinformação e preconceito, algumas práticas ainda contribuía para a aura de “peste” que cercava a doença, como isolamento dos pacientes. Veruska também conta como até entre as travestis havia receio a respeito da contaminação com o vírus, dado desconhecimento a respeito de sua transmissão:

Na época de [19]80 foi um pânico, tinha aquele preconceito, não podia nem se tocar. Hoje não tem nada disso aí. Eu fiquei sabendo disso aí quando perdi uma amiga minha, tava eu e a Marcelly Malta que fomos fazer o enterro dela então nós estava daquela maneira e o médico disse “não, vocês podem tocar, podem vestir”... (MEU TEMPO, 2008)

Não só no âmbito científico, mas também no político foram marcados avanços significativos em decorrência de ações mais contundentes de enfrentamento. Em 1986, ocorre em Canela o I Congresso Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis, juntamente com o I Encontro Latinoamericano de AIDS. É o início da relação dos estados com o Ministério da Saúde e um sinal da proeminência da ação de enfrentamento no Rio Grande do Sul. Esse evento marca o início de uma política nacional de AIDS mais eficaz, manifesta na criação da Divisão de DST/AIDS dentro do Ministério da Saúde em 1987, após a separação do Programa Nacional de AIDS da Divisão de Dermatologia Sanitária.

É importante notar que, considerando o cenário nacional, o Brasil passava por um período de redemocratização e fortalecimento dos movimentos sociais. A instalação e configuração do Programa Nacional de AIDS, entre 1985 e 1989, passa também pelo período de elaboração da Constituição de 1988 e criação do SUS (MARQUES, 2002). O SUS estabelece, portanto, “um novo paradigma para o acesso à saúde, que deixava de ter um caráter assistencialista e previdenciário para ser assumida como direito de todo cidadão e dever do Estado em provê-la” (MONTEIRO; VILLELA, 2009). Nesse cenário, se intensifica a mobilização e discussão entre a sociedade civil sobre os rumos do país e a ação conjunta na elaboração da carta constitucional. A epidemia de AIDS e como enfrentá-la é uma das questões latentes das discussões desse período, visto que passa a ser percebida não só como questão de saúde pública pela população, mas também de direitos humanos.

4.2 O enfrentamento da AIDS pela sociedade civil

A ação da sociedade civil frente a epidemia de AIDS é marcada pelo surgimento de ONGS voltadas para a população convivendo com HIV, uma tentativa de suprir a falta de ação direta do governo e lutar pelos direitos de internação e tratamento das pessoas infectadas com o vírus. Os mais diversos grupos se envolveram no combate à epidemia e, como coloca Karen Bruck, “a resposta à AIDS no Brasil não começou pelo governo, mas na sociedade civil, ONGs, com grupo de mulheres, grupo de mães, grupo de Igreja, grupo LGBT, grupos escoteiros...”⁴⁵, corroborando com a ampla iniciativa que circundou o enfrentamento do HIV. As ONGs/AIDS, como ficaram conhecidas, lideraram a mobilização frente a epidemia no âmbito civil. O processo redemocratizante, desde o movimento “Diretas Já” em 1984 até a elaboração da Constituição de 1988, fomentou a mobilização popular numa tentativa conjunta de reconstrução política, social e econômica (VILLELA, 1999). O estado de São Paulo foi pioneiro nesse processo com a criação do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS, o GAPA/SP, em 1985.

O surgimento do GAPA não teve sua origem na mobilização exclusiva da população homossexual, mais afetada num primeiro momento, mas sim de militantes, integrantes de comunidades religiosas e profissionais da saúde preocupados com os rumos da epidemia. Ao procurarem a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e descobrirem que não havia nenhuma estruturação para a contenção da doença ou mesmo informações sendo divulgadas nesse âmbito, esses militantes se uniram para suprir essa falta por parte do Estado. O GAPA/SP inaugura também o primeiro serviço de assessoria jurídica para pessoas com HIV/Aids “constituindo um campo de atuação que posteriormente foi consolidado como *advocacy*” (RAMOS, 2004). Instituições nos moldes do GAPA evidenciam as redes de solidariedade como descritas por Louro (2001), uma união comum de esforços que vai além da identidade homossexual, mas que foca nas políticas de enfrentamento de um problema identificado como de saúde pública.

Na medida em que aumenta o número de casos, e inspirados na experiência paulista, outros estados iniciam um processo de resposta à AIDS, reproduzindo estratégias de trabalho semelhantes à do GAPA/SP: assistência, informação e ação política, (grifo meu) ou casas de apoio (VILLELA, 1999, p. 187).

⁴⁵ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

No Rio Grande do Sul, houve certa demora para o surgimento de movimentos civis organizados de combate à AIDS. Esse atraso não pode ser justificado pelos poucos casos da doença, visto que, em ações governamentais, o estado seguia na esteira do modelo fornecido pela resposta paulista à epidemia, já contando com um Programa Estadual. O mais provável é que essa emergência tardia tenha fundamento na falta de uma militância homossexual expressiva e organizada em Porto Alegre à época, “embora, como importante polo urbano brasileiro, contasse com boates, bares e saunas gays” (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015b, p. 95). É também a epidemia de AIDS que catalisa a organização de movimentos LGBT na cidade.

É somente em 1989 que movimentos civis se organizam no estado em ações de combate à AIDS com o surgimento do GAPA/RS. Diretamente relacionado à história de seu fundador, Gerson Winkler, que havia perdido seu companheiro para a AIDS em 1988 após uma dolorosa e difícil batalha com a doença que na época ainda era considerada letal, o GAPA surge da reunião de portadores de HIV, familiares e pessoas preocupadas com o atendimento aos pacientes de AIDS nos hospitais em Porto Alegre. Winkler foi presidente da instituição de 1989 até 1993, quando deixou o GAPA para assumir uma função na Secretaria de Saúde do município de Porto Alegre. Pensar o vírus não só pelo viés institucional e epidemiológico, mas seu caráter social e político era um dos objetivos da ONG, além de um foco “em garantir atendimento adequado e digno para as pessoas doentes de AIDS, (...) lutar contra o tratamento desrespeitoso dispensado pelos serviços de saúde, em particular a equipe do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, aos doentes de AIDS que eram homossexuais” (SEFFNER, 1995, p. 69).

O compromisso com os soropositivos marcou as ações do GAPA. Para Gerson Winkler, preocupação maior era

"garantir cidadania a essas populações e fazer uma releitura do discurso oficial a respeito da AIDS, que AIDS seria uma doença restrita aos grupos de risco. Essa leitura epidemiológica foi a pior consequência que temos nos dias de hoje. Isso ficou incrustado no imaginário da população, e foram anos para tentar desconstruir isso"⁴⁶

As formas de ação do GAPA possibilitaram sua consolidação enquanto referência de ONG para o enfrentamento da AIDS "prestando solidariedade fundada no apoio financeiro e na assistência jurídica, nas denúncias de atos de discriminação e de falhas na assistência

⁴⁶ Entrevista concedida em 30 de agosto de 2017.

hospitalar, mas, principalmente, nas visitas hospitalares e domiciliares aos doentes.” (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015b, p. 98)

Num âmbito maior, o GAPA se insere nas redes de ONGS/AIDS e, já no ano de 1990, organiza no Rio Grande do Sul II Encontro Nacional de ONGS/Aids, marcando presença no que diz respeito à organização da sociedade civil e respostas à epidemia de AIDS para além de iniciativas governamentais. A década de 1990 inaugura um período de potencialização da luta por cidadania e direitos de grupos marginais, inicialmente com um forte caráter de oposição às instituições do Estado. Mais tarde, o modelo de articulação entre Estado e ONGs através de parcerias e financiamentos seria padrão para a “soma de esforços” que compreendeu a busca do objetivo comum de enfrentamento da epidemia (VILLELA, 1999).

Compreendidos dentro dos grupo dos afetados e estigmatizados pela AIDS estavam homens gays, prostitutas, usuários de drogas injetáveis e travestis, mas também um expressivo número de homens profissionais do sexo, mulheres e homens heterossexuais que, pelo caráter maniqueísta da oposição entre culpados e inocentes que revestia a epidemia, sofreram menos com o peso moral da doença por inicialmente não terem sido nem considerados transmissores do vírus, visto que essa ficou marcada como uma epidemia supostamente exclusiva dos que possuíam práticas e comportamentos “desviantes”.

O trabalho do GAPA, portanto, era de acolher os grupos ignorados pela Igreja, poder público, serviços de saúde e lutar por mais e melhores vagas nos hospitais para o tratamento dessas pessoas. Grupos de mútua ajuda se estabeleceram na instituição para atender a população atingida e o GAPA tornou-se em referência na questão AIDS no pico da epidemia, ganhando espaços físicos cedidos e ampliando as atividades para incorporar também ações em campo.

O envolvimento com o que seria o primeiro grupo homossexual de Porto Alegre, o Nuances - grupo pela livre expressão sexual, criado em 1991 é indicativo de como a AIDS serve de questão guarda-chuva para congregar e mobilizar as populações atingidas, visto que as reuniões aconteciam na sede do GAPA, onde também eram abrigados os materiais do grupo (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015b). É provável que as condições menos marginais dos homossexuais masculinos, a quem a AIDS foi inicialmente associada, tenham possibilitado sua organização e luta por direitos em momentos anteriores a grupos como o de travestis, que sofriam com outros atravessamentos como a violência policial por conta da vulnerabilidade do trabalho sexual.

Porém, não só relacionadas à AIDS eram as demandas dos grupos que frequentavam o espaço do GAPA. Fernando Seffner fala a respeito da inserção de travestis e prostitutas dentro da instituição:

A forte presença de travestis e prostitutas no recém-criado GAPA/RS levou ao esboço de um primeiro movimento de organização: foram realizadas inúmeras reuniões de mulheres, visando à formação da Associação Gaúcha de Prostitutas - AGP, que acabou não se conseguindo legalizar, devido a problemas cartoriais e de representatividade. Esse desejo de auto-organização terminaria por frutificar mais adiante, em 1991, quando foi fundado o Núcleo de Estudos da Prostituição - NEP, dentro do GAPA/RS. As reivindicações de travestis e prostitutas iam muito além dos problemas relacionados à AIDS, dizendo respeito mais fortemente à questões ligadas à violência policial, segurança, assistência social e de saúde, o que obrigou a entidade a se envolver em reuniões com a Brigada Militar e outros órgãos, construindo uma posição de solidariedade junto a grupos tradicionalmente marginalizados. (SEFFNER, 1995, p. 71)

A melhor forma de acessar a população de travestis e interpelá-las a respeito da prevenção ao HIV era através do trabalho de campo, indo nos locais de prostituição para distribuição de preservativos e material informativo. Na “quadra” das principais zonas de prostituição de Porto Alegre, como o circuito do Quarto Distrito, a exemplo da Rua São Carlos no Bairro Floresta, e em zonas como no Triângulo da Avenida Assis Brasil, a equipe do GAPA distribuía preservativos e buscava estabelecer uma relação com as travestis, virando a instituição de referência no combate à doença..

Embora a AIDS fosse a razão da aproximação da equipe do GAPA, entre as travestis, apesar de a epidemia fazer cada vez mais vítimas, não era encarada como o problema principal. Karen Bruck coloca, a respeito das ações de prevenção do GAPA que

A violência era tamanha que a AIDS era irrelevante. Elas diziam com todas as letras: eu vou morrer de qualquer jeito, isso pra mim não faz a menor diferença. [...] A polícia queimava carteiras de identidade, pisoteava, batia, roubava [...] isso tornava as atividades de prevenção, de discutir autoestima com esse povo nulas.⁴⁷

No início da década de 1990, quando as instituições oriundas da organização da sociedade civil buscavam disseminar práticas de prevenção e informação entre os denominados “grupos de risco”, as travestis não compreendiam e não compartilhavam a dimensão da epidemia de AIDS por conta de sua condição marginalizada. Nesse cenário, sobreviver a perigos iminentes como a violência da polícia e dos clientes é um problema mais imediato do que o vírus da AIDS. É nesse ponto em que as trajetórias de vidas marcadas pelo descaso do poder público e pela impossibilidade de acessar serviços de saúde se cruzam e encontram uma entidade que,

⁴⁷ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

através de um problema específico e latente, como foi a epidemia de AIDS, buscam soluções e maneiras de enfrentamento que abranjam as diferentes populações atingidas

4.3 *As travestis chegam ao GAPA/RS*

É através do trabalho de campo que os voluntários do GAPA se aproximam dos mecanismos e ferramentas de sobrevivência das travestis no ambiente hostil da rua, como coloca Karen Bruck: “Uma estratégia de defesa das travestis já naquela época era ter sempre uma gilete na mão, elas se cortavam inteirinhas, e quando a polícia chegava elas ameaçavam que iam ‘passar AIDS’, era um jeito de se proteger.”⁴⁸. Uma situação semelhante é relatada por Marcelly Malta, corroborando com a idéia de que a automutilação, um ato violento, era uma solução possível para evitar a violência policial, que poderia ter consequências ainda piores: “Ela e uma outra travesti se cortaram todinha, naquela época a gente usava a gilete. Pegava a gilette, quebrava ela no meio e colocava entre a parte da bochecha. Na hora que a polícia vinha tu te cortava todinha, eu graças a Deus não tenho nenhuma marca. As travestis se mutilavam no pescoço.” (MALTA, 2015).

Nesse cenário, o trabalho de prevenção do GAPA com as travestis fica comprometido por questões mais latentes como a simples sobrevivência num ambiente hostil e em condições marginalizadas. Mesmo as tentativas de chamar a população travesti e fomentar uma presença mais regular no GAPA, usando como chamariz a distribuição de preservativos, se tornava uma tarefa muitas vezes infrutífera, como coloca Karen Bruck: “Era uma dificuldade enorme, elas não tinham nem auto-estima nem preocupação em pensar em usar preservativo. Porque não fazia nem sentido, elas já sabiam que tinham morte anunciada ali na esquina”⁴⁹.

Marcelly narra o mesmo sentimento a respeito da idéia de “morte anunciada” relacionada ao HIV, ao dizer que viu os efeitos da doença ao acompanhar as notícias da morte do cantor Cazuzza, mas também entre amigas e amigos que sofriam com a doença num período em que atendimento à saúde era algo impensado para a população de travestis. Naquela época, trabalhar como profissional do sexo na Europa e afastar-se do Brasil pareceu uma boa saída para quem se deparava com uma epidemia e, ao mesmo tempo, uma impotência em relação à prevenção da doença. Nunca tendo utilizado preservativo nas relações sexuais ao longo da vida, a AIDS parecia mais uma certeza de um fim do que uma possibilidade.

⁴⁸ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

⁴⁹ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

Foi somente na trabalhando na Europa, no início dos anos 1990 que Marcelly passou a usar o preservativo como forma de prevenção à AIDS: “Lá tava mais avançado que aqui no Brasil, aí eu aprendi que a epidemia da AIDS não tem fronteiras. Quando eu cheguei na Europa, lá eu comecei a usar camisinha. Antes eu nunca usei camisinha.” (MALTA, 2017). No mesmo período, outras entrevistadas relataram o contato e a contaminação pelo HIV, como Veruska e Joyce. Foi na mesma época também que o GAPA se consolidou como serviço de assistência aos portadores de HIV e como promotor de ações de prevenção.

Como vimos ao falarmos de trajetórias, há pontos em comum que aproximam as travestis e trans, e isso inclui as que eram interpeladas pelas ações do GAPA. Marcos Benedetti relatou que grupos de ajuda mútua com mulheres prostitutas e michês não tinham a mesma adesão do grupo de travestis, possivelmente por não quererem se associar ao estigma e à imagem do GAPA como “lugar de bicha”. As travestis, quanto a isso, não tinham nada perder. Karen Bruck relata que

“Ser travesti no início dos anos 90, final dos anos 80, era prerrogativa das classes populares. Não existia travesti de classe média ou classe média alta. Porque a violência era tamanha que só podia se tornar travesti “quem não tinha nada a perder”. Quem era muito pobre e podia abandonar a família e morar na rua, porque era assim que a coisa era. [...] A trajetória de vida delas era muito semelhante: começa a tirar a sobrancelha, deixa o cabelo crescer, pinta as unhas, aí compra um sapato mais alto, o cabelo vai crescendo, tira toda a sobrancelha... isso com 12, 13 anos. Aí o próximo passo é ser discriminada na escola, abandona a escola. Aí começa a ser discriminada em casa e sai de casa, aí vai procurar uma bombadeira pra fazer a transformação, ter um nome de batismo e começar a tomar os hormônios e a injetar o silicone industrial. [...] E o que sobrava? Era se prostituir.”⁵⁰

Tanto Joyce como Cassandra e Marcelly relatam uma trajetória semelhante no processo de tornar-se travesti, que culmina com a transformação e o início do trabalho como profissional do sexo nas ruas. Nesse caso, o ser travesti está relacionado a uma questão de classe. Dessa forma, ampliamos a noção de uma definição mais recente de transexualidade, discutida no final dos anos 1990 e início dos 2000, marcada pela intervenção dos discursos médicos e científicos, bem como a popularização e difusão de procedimentos como a redesignação genital. Essa questão, porém, só aparece mais tardiamente nos movimentos, quando demandas mais estruturais como violência e acesso a saúde já foram encaminhadas. Na primeira metade da década de 1990, o GAPA era o único contato das travestis com algum serviço de assistência.

Marcos Benedetti, voluntário do GAPA entre 1992 e 2002, relembra que embora já houvesse um trabalho cuja população alvo era mulheres prostitutas, foi no ano de sua entrada

⁵⁰ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

na instituição que passou a se estruturar, a partir do NEP - Núcleo de Estudos da Prostituição, um grupo de mútua ajuda que contemplasse a população travesti. Mais tarde, em janeiro de 1994, o NEP viria a ser chamado de NAESP - Núcleo de Ação e Estudos da Prostituição, mantendo sua estrutura original (SEFFNER, 1995). Marcos se inseriu no GAPA através da universidade, onde cursou Ciências Sociais. No início do curso, ao fazer uma disciplina de antropologia, escolheu os garotos de programa da rua José Bonifácio como objeto de estudo e, por esses serem um dos públicos alvo do GAPA para os grupos de mútua ajuda, acabou entrando nesse projeto.

Sobre o início do trabalho específico com as travestis, Marcos conta: “a gente fez um primeiro planejamento estratégico, e nessa altura que começou a se estruturar o trabalho com as travestis”⁵¹. Marcos viria a coordenar o grupo que se reunia uma vez por semana na sede do GAPA para discutir questões não só relacionadas ao HIV, mas à vivência diária da população em seus ambientes de inserção, além da interação com polícia e órgãos de saúde. A divisão do trabalho por equipes dentro do NAESP se dava com o objetivo de atender diferentes populações:

“A gente estruturou o trabalho melhor, tinha as reuniões semanais, às terças das 14 às 16. (...) A gente fez todo um programa mais detalhado, assim, ao longo de todo ano as pessoas iriam participar de 52 oficinas, 52 temas. (...) Tinha técnica de facilitação de grupo para cada um dos encontros. E tinha as saídas de campo às quintas e sextas, tinha dias que era pela Farrapos e Fundão, outros Azenha e Menino Deus, outros ainda pro Triângulo. Isso já era 1995, o GAPA comprou a kombi para um projeto e o trabalho de rua ficou mais estruturado.”⁵²

Antes de 1995, Marcos relata que o trabalho com as travestis já ocorria, com reuniões semanais tendo iniciado entre 1993 e 1994. Por meio do trabalho de campo, a equipe do GAPA distribuía preservativos nos pontos de prostituição de travestis, convidando para as reuniões de terça. Tanto Karen quanto Marcos apontam que o grande chamariz para as travestis comparecerem à sede do GAPA era buscar os 40 preservativos distribuídos para cada uma após a reunião. Um item de ainda esparsa distribuição gratuita, caro de ser adquirido e absolutamente necessário dado o avanço da epidemia de AIDS, foi o que motivou o comparecimento da população às reuniões, onde se reuniam semanalmente entre 20 e 30 travestis.

O relato de Alessandra Greff denota como a distribuição de preservativos servia de carro chefe pra entrada da população de trans no GAPA. Ao ser questionada sobre como ficou

⁵¹ Entrevista concedida em 24 de julho de 2017.

⁵² Entrevista concedida em 24 de julho de 2017.

conhecendo o serviço do GAPA, Alessandra, que mais tarde trabalhou como telefonista da ONG, coloca:

Eu nem me lembro... já faz tempo isso né? Eu nem me lembro mais. Acho que era comentário entre as trans, que tinha um lugar onde distribuía camisinha. Eu ia lá pra pegar camisinha. Só pra isso. Não tinha uma outra intenção, aí comecei a ir, começaram essas fomentações nos grupos. (...) As reuniões eram todas às terças feiras do mês, era de tarde porque a maior parte das meninas se prostituía. E aí como eu era uma das que me expressava, estudava, falava, mantinha um ritmo assim, sempre era de certa forma eleita pra algumas questões e expunha meu ponto de vista, junto com as fomentações que eram feitas pelo Marquinhos, pela Susana, pela Carla...⁵³

A estratégia do GAPA era fortalecer as travestis enquanto grupo, por isso o interesse que conhecessem e discutissem a respeito de sua realidade. O relato de Marcos se detém nas rígidas regras do grupo de forma a aperfeiçoar a dinâmica das reuniões. Uma ficha de cadastro para as recém-chegadas, a distribuição de preservativos somente ao fim dos encontros, temas e subtópicos de discussão.

Nos encontros desse primeiro planejamento, a AIDS era uma questão essencial, mas o dia-a-dia da batalha e a violência policial se mostravam temas mais significativos e presentes. Sobre a temática das reuniões, Marcos coloca que “esse programa de formação ao longo das oficinas ele tinha, óbvio, assuntos sobre HIV, mas ele era, sobretudo, um programa de formação na área de direitos humanos, cidadania. Esse era o mote. A gente passou anos discutido violência.”⁵⁴. A idéia de “formação” é algo que vai marcar a proposta do grupo de ajuda mútua, mas Marcos também é enfático ao colocar que a saúde era uma questão secundária nessas discussões:

Todos os temas que não eram relativos à saúde predominavam em relação ao HIV. (...) Tinha dois temas desde o princípio que eram bem evidentes: a violência, policial sobretudo, mais do que a violência do cliente ou da sociedade, era a violência policial contra as travestis na rua, relacionada ao ambiente de prostituição, de batalha e a discriminação em ambientes públicos, sobretudo nos serviços de saúde, que era onde tangenciava a questão da saúde. Era um processo de educação em saúde, de geração de demanda para o serviço [...] Tinha um monte de coisa: a importância de fazer o teste de HIV, vamos ler o artigo 5 da Constituição, organização política do Estado... Declaração Universal dos Direitos Humanos, tudo isso a gente lia. A questão dos direitos nos serviços de saúde, tipos de tratamento para HIV, DSTs... Saúde oral, daí a gente convidava um dentista...⁵⁵

Karen Bruck confirma essa proposta: "os temas das reuniões eram amplos, mas principalmente [eram] estratégias para combater a violência policial [como] anotar placa, nome, etc, para denúncia e dicas de saúde [como] levar para fazer teste, explicar os

⁵³ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

⁵⁴ Entrevista concedida em 24 de julho de 2017.

⁵⁵ Entrevista concedida em 24 de julho de 2017.

medicamentos”⁵⁶. Alessandra Greff cita a cidadania como a principal temática das reuniões, evidenciando a proposta do GAPA de capacitar e formar as travestis nessa questão, tendo em conta que a maioria das frequentadoras do grupo era profissional do sexo:

Cidadania, saúde, questão HIV/AIDS. Teve um curso de capacitação, de corte e costura, que a Igualdade conseguiu mais tarde, mas não nessa época. Essas coisas foram vindo mais tarde, com o entendimento de que essa coisa da prostituição, de se respeitar as meninas que queriam permanecer e quem não queria. Naquela época, antes de eu começar a trabalhar, isso antes de 96, acho que nem se pensava em ter outro tipo de vida. Eram pouquíssimas as pioneiras e que tinham coragem de fazer o que eu fazia. Eu até achava que eu era a única.⁵⁷

Fernando Seffner conta de um episódio com Alessandra que evidencia o papel das oficinas no GAPA para construção de um ideal de cidadania entre as travestis e trans:

A Alessandra [Greff], eu levei ela no restaurante chinês, que é uma chinelagem, há 200 anos atrás, ela fazia ensino médio no Julinho e era ali do GAPA. A gente foi sair de noite, 3 ou 4 pessoas, vamos jantar no restaurante ali chinês. (...) E ela disse assim “vão nos correr de lá”. Ela disse de brincadeira, mas na verdade não, não vão nos correr de lá. Nessas horas tu pensa: é isso, gente. [...] É uma coisa muito sofrida.⁵⁸

Mesmo que a fala de Alessandra tenha tom irônico, é importante marcar que, para travestis e trans, adentrar ambientes comuns como um restaurante poderia vir a ser uma situação de discriminação. O “vão nos correr de lá” evidencia um cenário que poderia ter ocorrido, caso Alessandra não estivesse em companhia de pessoas cisgêneras.

A partir dessas temáticas podemos compreender os motivos do GAPA ter tornado-se não só um espaço de prevenção de AIDS e suas ações, mas também de acolhimento para as populações marginalizadas que foram diretamente afetadas pela epidemia de HIV. Se constituindo com um espaço de sociabilidade e interação das travestis fora da quadra, dos pontos de prostituição e fora das casas que costumavam coabitar, o GAPA era também um ponto de encontro e um espaço de “ver e ser vista”, onde performar gênero e ser travesti estava associado, pela primeira vez, não ao estigma do crime, AIDS e violência, mas às noções de cidadania e direitos humanos que eram valores cultivados pelo GAPA entre as frequentadoras do grupo. O que atraía as travestis para esse espaço, além do trabalho de prevenção e do serviço de assistência, segundo Gerson Winkler, fundador do GAPA, era a “idéia do encontro, trocar experiências, serem reconhecidas por alguém como pessoas detentoras de cidadania”.⁵⁹

⁵⁶ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

⁵⁷ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

⁵⁸ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2017.

⁵⁹ Entrevista concedida em 30 de agosto de 2017.

Nesses primeiros anos, perder travestis regularmente não só para a AIDS como para a violência policial era parte da rotina de trabalho no GAPA. A mediação da violência policial foi uma demanda entre as travestis que frequentavam as reuniões, e o GAPA passou a se constituir como espaço de vazão para problemas relacionados à cidadania e acesso à direitos, além de um lugar de encontro e sociabilidade. Todas as entrevistadas, quando questionadas, relataram episódios de violência policial. No período mais agudo da epidemia de AIDS, quando o estigma recaía sobre a população LGBT, considerada culpada e transmissora do vírus, não surpreende que a violência policial fosse a principal demanda surgida nas discussões durante as reuniões. Alessandra Greff confirma essa proposta ao colocar que as principais demandas estiveram relacionadas à violência:

Sempre foi as questões de violência, policial acho que foi a mais terrível de todas, eu fui uma vez pega. Eu trabalhei como cabeleireira durante um tempo, então eu estava ali na Farrapos arrumando o cabelo das gurias... tava atravessando uma faixa de segurança e o camburão me pegou, era eu e mais 79 travestis fomos tudo pra delegacia. [...] Eles fizeram cadastro, tiraram fotos da gente... As meninas apanhavam muito na rua, direto, muita extorsão de dinheiro por parte da polícia. O mote principal era esse. Acho que com o crescimento, que foi muito vagaroso, do movimento, é que foi se vendo outras demandas. Foi tudo uma questão de construção.⁶⁰

Marcos conta como a equipe de voluntários do GAPA se mobilizou a favor das travestis nas questões de violência policial após testemunharem a postura e ações da polícia nos locais de prostituição:

A gente encampou com elas na área do fundão (...) e a gente ficou ali e de repente a polícia chegou a cacetada, a gente não apanhou porque eles viram que éramos brancos e éramos cis, foi basicamente isso, olhando pra trás hoje em dia. Mas foi uma situação tensíssima a gente quase foi preso, chamou o superior, foi um bafafá. E partir dali a gente, como grupo de voluntários, ficou muito mobilizado por essa questão. E começamos a ir adiante: cartas para governador, a gente começou uma articulação com o comando da Brigada [Militar] e assim por diante.⁶¹

Marcos se remete à questão de gênero e raça para sinalizar uma mudança na abordagem da polícia. Ser cis, ou seja, não ser travesti ou trans e ser branco os colocam em lugar de privilégio em relação às travestis (e, principalmente, travestis negras) que trabalhavam como profissionais do sexo. Cassandra Fontoura, como vimos no capítulo 2, já havia relatado a respeito de mais agressões por ser negra, principalmente de policiais também negros, que não admitiam o fato de ela ser “negra, gay e travesti”. O fato da equipe do GAPA ter conseguido evitar ser presa, muitas vezes se utilizando de recursos de poder, como o “carteiraço”, mostra que a violência dirigida às travestis era condicionada por sua imagem de “menos cidadãos”, ou

⁶⁰ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

⁶¹ Entrevista concedida em 24 de julho de 2017.

menos detentoras de direitos que os voluntários do GAPA. Cassandra também recorda os conflitos com a polícia mediados pelo GAPA:

Vários conflitos com a polícia, né, [...] foi na época do GAPA ainda. Primeiro eles levaram a gente presa numa quinta feira ali na Floresta, levaram ali pra terceira [delegacia] e disseram “amanhã a gente não quer ninguém ali”. Sempre diziam isso. Isso foi uma quinta, mas na sexta feira fui trabalhar linda ali na Voluntários, depois a gente passava pra São Carlos. Aí peguei um cliente num hotel e quando voltei não tinha ninguém, e disse “nossa, tão todas trabalhando”. Daqui a pouquinho uma vem “Cassandra, se esconde!! A polícia tá dando em todo mundo!”. Naquele tempo a gente corria pra tudo quanto era lado, eles davam na gente horrores. Aí a gente migrou pela Farrapos, depois da São Pedro, lá era outra polícia, depois ali começaram a bater na gente também. O GAPA foi muito bom, fez várias manifestações, aí pararam.⁶²

Em relação a ações públicas do GAPA contra a violência policial, tanto Karen como Marcos relatam versões a respeito de uma passeata que teve grande impacto para o grupo de travestis que frequentava o GAPA entre os anos de 1993 e 1995, que sinaliza como o contato das travestis com o GAPA, os grupos de trabalho e as oficinas se caracterizam como etapa de formação nas questões de cidadania. Marcos relembra a passeata organizada pelos direitos das travestis:

Como parte desse negócio teve uma caminhada que foi super impactante, sobre cidadania travesti, “travesti é cidadão”, era ainda no masculino a gente usava [a palavra travesti]. A gente saiu do GAPA e foi até a Esquina Democrática carregando um caixão, foi visualmente bem impactante. (...) Foi efetivo porque chamou muita atenção, deu muita mídia, daí a Brigada [Militar] teve que começar a se explicar. Foi quando se consolidou a violência como pauta do trabalho⁶³

Karen Bruck narra em mais detalhes as motivações da passeata e seus desdobramentos, atentando para uma mudança na maneira das travestis encararem a relação com a polícia e um sentimento de valorização entre elas.

Teve um dia que as travestis chegaram arrasadas, em estado miserável, e narrando que uma travesti tinha sido morta por um policial. Era a Cris Loira, que frequentava o grupo do GAPA [...]. Acho que foi 1995, mais ou menos. E isso causou uma comoção no grupo, que foi quase como um basta. Foi um marco aquilo. [...] Aí a gente começou a mobilizar o grupo e elas tomaram a iniciativa e concordaram em fazer uma passeata contra a violência policial. A gente saiu do GAPA, subiu a Borges e depois andamos a Rua da Praia. Eram umas 30 pessoas, incluindo os voluntários do GAPA e as travestis. [...] O que aconteceu no *day after*: a polícia, a Brigada, já tinha passado olhando, de carro. Chegou de noite, eram onze horas, meia noite quando a gente ficou sabendo, a polícia entrou na quadra e saiu batendo dizendo “Ah, é? Vocês vão ver! Querem sair fazendo passeata?”. Foi um Deus nos acuda. Elas voltaram de novo, arrasadas. Isso criou uma revolução dentro do GAPA, porque eles [os policiais] disseram “nós vamos voltar amanhã”. Então de um dia pro outro a gente conseguiu montar uma estratégia de juntar um monte de gente [...] e cada um foi com seu carro e nós fomos todos pra quadra as 11 horas da noite, encostamos os carros com os faróis apagados e ficamos esperando. E daí a pouco a

⁶² Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

⁶³ Entrevista concedida em 24 de julho de 2017.

polícia aparece, é uma coisa assustadora [...], eles entram com o farol alto, vão subindo por cima das calçadas, os carros vêm a toda velocidade, com a sirene ligada, já subindo e carregando. [...] A gente conseguiu se aproximar e demos um monte de “carteiraço”. [...] A polícia levou um susto, se mandaram. Foi uma festa na quadra, foi a primeira vez que elas viram a polícia bater em retirada e ter uma vitória pelo menos moral contra a Brigada Militar. Aquilo foi motivo de comemoração. Quando teve grupo na outra semana, foi impressionante, foi como se pra elas tivesse caído a ficha e dito “a vida vale à pena” [...] Pela primeira vez elas sentiram que tinha alguém do lado delas.⁶⁴

Esse episódio é significativo pois marca um ponto de inflexão, mas que não foi um fenômeno uniforme ou automático de um longo processo de ganho de auto-estima e compreensão a respeito de cidadania por parte das travestis. Outros eventos contribuíram para esse avanço, mas lentamente a AIDS deixa de ser um fim em si mesma para uma vida de marginalizações e passa a ser encarada como um obstáculo possível de ser transposto, ou ao menos enfrentado. A partir disso, durante as reuniões, as travestis passaram a discutir a importância do uso do preservativo nas relações e a se proporem a fazer o teste de HIV. A maioria tinha HIV/AIDS. Karen sinaliza: “Aí começa um segundo *round*: se quer viver, tem que fazer o tratamento”⁶⁵. Sobre a testagem, Marcos aponta que havia uma barreira para o acesso das travestis aos postos de saúde pois não lhes era assegurado o uso do nome social. O tratamento no serviço público de saúde, portanto, ficava comprometido pela discriminação sofrida já no primeiro atendimento.

Por outro lado, a questão latente da violência policial, antes diária, foi diminuindo em virtude dessa organização entre travestis e a equipe de voluntários do GAPPA, que passou a fazer denúncias mais contundentes na corregedoria a respeito de abusos de poder e violência policial. O GAPPA também passou a atuar na mediação de outros conflitos, tanto entre as próprias travestis, como entre as travestis moradores do quarto distrito incomodados com a presença do ponto de prostituição na Rua São Carlos e arredores. Nesse sentido, é possível perceber um processo no GAPPA, tendo a AIDS como pano de fundo, se configura como um elo de comunicação, uma ponte entre as travestis e o Estado de forma a garantir sua segurança. O GAPPA torna-se a autoridade que atua a favor das populações marginalizadas através do grupo de voluntários facilitadores de reuniões de grupo, advogados, profissionais de saúde e etc. Ficar na quadra, impedindo a violência contra a população trans, atuar na garantia dos direitos desse grupo mostra o poder adquirido pelo GAPPA como instituição ao longo dos anos.

⁶⁴ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

⁶⁵ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

Outra forma de ação da equipe do GAPA era a distribuição de material informativo nos pontos de prostituição, e a forma inovadora com que isso era feito também contribuiu para um sentimento de melhora de auto-estima entre as travestis e estimulou seu comparecimento e participação nas reuniões semanais do grupo de ajuda mútua. Um desses materiais pioneiros elaborados pela instituição era a réplica de uma carteira de trabalho um “guia de saúde e cidadania” que continha informações de prevenção e de como fazer denúncias, a quem se reportar, números de telefones úteis, mas que, além disso, servia como prova do envolvimento das travestis com a equipe do GAPA.

No dia do lançamento do guia, na sede do GAPA, havia um fotógrafo profissional tirando fotos para colocar no material que simulava o documento, como no original. Num período em que ter documentos retificados, com o nome feminino, era algo impensável, a possibilidade de um documento, mesmo que não verdadeiro, que condissesse com as práticas e materializações de gênero era um ganho significativo. Karen relembra da simbologia que isso teve entre as travestis:

Todas elas andavam com aquilo nas bolsas, era melhor que carteira de identidade. Virou, de fato, um passaporte para cidadania. A polícia chegava e elas davam o carteiraço, e a polícia quando via aquilo recuava, porque sabia que tinha vínculo com o GAPA e o GAPA fazia barulho, o GAPA ia na imprensa, na Brigada Militar...⁶⁶

Marcos também relembra a importância desse material para a entrada de novas pessoas nas reuniões semanais:

A gente fez um materialzinho gráfico, que era uma cadernetinha, uma brochura, que tinha dicas de prevenção e cidadania e era num modelo carteira profissional. Aquilo era o documento que elas tinham, elas não tinham documento nenhum. Tinha uma foto bonita de mulher, (...) isso foi uma coisa que elas valorizaram horrores, também trouxe muita gente para o grupo em função disso.⁶⁷

O contato com o GAPA e com as oficinas do grupo semanal de ajuda mútua, seja através do material informativo, ou da necessidade de buscar preservativos foi importante para a população trans em Porto Alegre. Havia, por parte da equipe do GAPA, a idéia de conscientizar as travestis sobre seus direitos como cidadãs, questões que até aquele momento eram impensáveis considerando o grau de marginalização em que viviam e o estigma oriundo da AIDS e do trabalho sexual.

⁶⁶ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

⁶⁷ Entrevista concedida em 24 de julho de 2017.

4.3 Associativismo e a criação da Igualdade

A partir da consolidação do grupo e das ações de capacitação dentro do GAPA, portanto, cria-se entre as travestis um sentimento de valorização e surgem ganhos significativos como o conhecimento a respeito dos direitos enquanto cidadãos e a diminuição da violência policial através de ações com a polícia. Entre a equipe de voluntários, havia a idéia de capacitar as travestis para o trabalho de prevenção, com a proposta de criar uma liderança possível para um movimento autônomo da população trans. Com isso, torna-se pauta a questão do associativismo e a possibilidade de criar-se uma instituição à parte, como foi o caso da Igualdade alguns anos mais tarde.

Além disso, com as melhorias no atendimento aos portadores de HIV e com o surgimento de medicamentos como o coquetel de anti-retrovirais que torna possível viver com o vírus, a AIDS como único fator aglutinador dos grupos que acessavam o GAPA deixa de ser o bastante e a direção do GAPA deixa de ser reconhecida como representante dos direitos das travestis e trans. Nesse sentido, o distanciamento natural é catalisado pelas ações da própria equipe do GAPA em viabilizar a autonomia do grupo. Gerson Winkler sinaliza que “do cotidiano dessas pessoas, vai surgindo uma identidade enquanto grupo, um conceito de identidade enquanto grupo, uma necessidade de representação”⁶⁸ que não poderia mais ser suprida pelo GAPA. Alessandra Greff também fala sobre o problema da representação das travestis e trans por parte da equipe do GAPA, mas ressalta que o estigma impedia muitas de quererem se associar a um movimento público de defesa de direitos:

Porque daí assim, quem falava era a Susana, o Marquinhos e a Carla [sobre a população travesti e trans]... mas eles não eram! Por mais que tenha empatia, defenda, vista a camiseta, não é! E a própria Carla dizia que “vocês tem que falar por si”. E pelo grau de instrução da maioria, nem todas querem levantar bandeira, querem ficar visíveis, algumas preferem uma vida invisível, a questão da passabilidade, tu passar por uma pessoa cis, e não uma pessoa trans.⁶⁹

Marcos coloca que as discussões sobre criar uma associação de travestis surgiram nas reuniões entre 1995 e 1996, fomentadas por debates internos no NAESP sobre a questão da prostituição, se era uma atividade auto-determinada, qual o poder de agência das prostitutas dentro de suas condições e possibilidades. Desde a elaboração do projeto inicial de oficinas, a idéia de associativismo esteve presente nesse planejamento, corroborando com a estratégia do GAPA de fortalecer os grupos com os quais trabalhava:

⁶⁸ Entrevista concedida em 30 de agosto de 2017.

⁶⁹ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

A nossa idéia era associativismo, fundar uma associação. Era isso que a gente queria. Esse era objetivo que a gente colocou lá no projeto: objetivo 3, não me lembro, estimular a fundação de uma associação... A gente escreveu isso. Era uma ação deliberada do projeto que a gente ia trabalhar pra isso. E um dos modos que a gente viu pra isso era desenvolver uma liderança, capacitar uma liderança que a gente via que tinha algum papel de liderança nesse processo.⁷⁰

Em trabalhos apresentados em eventos, oriundos da experiência do GAPA, a temática da autonomia dos grupos alvo também era ressaltada. Em um dos resumos cujo título era “TE ARTICULA BICHA!” – A auto-organização como princípio de trabalho na prevenção de DST/AIDS” de autoria de Marcos e Carla Almeida, que também coordenou o grupo de travestis à época da fundação da Igualdade, fica evidente a intenção de capacitar a população trans para desenvolverem ações por conta própria:

Problema: Muitos projetos que se dedicam a prevenção de DST/Aids com travestis profissionais do sexo contemplam entre seus princípios de trabalho as questões relativas a cidadania, qualidade de vida e auto-estima, muitas vezes sem desconsiderar práticas e ideologias assistencialistas. Para atingir a efetivação daqueles objetivos, normalmente não levam em conta as questões relativas a identidade de grupo, fundamento da politização desta população, por sua vez condição para incrementar ações de afirmação da cidadania e qualidade de vida.

Descrição do Projeto: O projeto visa contemplar estratégias que sensibilizem a população alvo quanto a importância da auto-organização, fator crucial para que esta população se aproprie, se torne visível e participe ativamente dos espaços políticos, inserindo suas necessidades e agendas nestes espaços. Para tanto, acreditamos na estratégia de grupo como forma de construção coletiva da identidade travesti, de forma a promover a desconstrução de estigmas de criminalidade, inferioridade e marginalidade tão presentes nesta população, assim como colaborar na articulação social da luta pela cidadania. As atividades contemplam discussões e oficinas sobre histórias de vida, identidade de gênero, organização política do Estado, auto-determinação, visibilidade social, regras e métodos de trabalho em grupo, refletindo a partir dos saberes provenientes das situações vividas. [...]

Conclusões: O estímulo à auto-organização nos trabalhos de prevenção de DST/Aids impulsiona a participação e visibilidade de novos atores políticos na sociedade organizada, trazendo para este espaço as especificidades e necessidades desta população. Desta forma, o próprio grupo procura e implementa soluções para as suas necessidades, quebrando paradigmas e práticas paternalistas e assistencialistas.

Sair da lógica do empoderamento tutelado e assistencialista era uma das premissas da equipe do GAPA, por isso os esforços em fomentar a questão do associativismo entre as próprias travestis, inserido da proposta de fomentar um movimento autônomo de travestis através das ferramentas conceituais dispostas nas reuniões, como coloca Marcos:

A gente fez oficinas específicas sobre cooperativa, associação, as vantagens de estar associada... nessas oficinas de terça feira. Só que quem vinha hoje não vinha

⁷⁰ Entrevista concedida em 24 de julho de 2017.

amanhã, não tinha um grupo *core* que dava continuidade e acúmulo da discussão. E procurando eventuais líderes que pudessem liderar esses processos.⁷¹

A busca por uma liderança era discutida com as travestis como uma chance de visibilidade para o movimento e mesmo uma possibilidade de ganhos materiais, como melhora nas condições de vida. A idéia era fomentar a consolidação de um movimento nacional de travestis e trans para conter epidemia de AIDS, levando possíveis lideranças para encontros nacionais de ONGs/AIDS, estimulando que essas pessoas se capacitassem como voluntárias da instituição de forma a promover a visibilidade e auto-organização da população. É nesse processo que aparecem figuras que fizeram parte da história do GAPA e, mais tarde, do que viria a ser a Igualdade.

Marcos e Karen mencionaram a existência de Claudinha, travesti que fez o curso de voluntariado no GAPA e havia se interessado pela possibilidade de fundar uma associação, porém essa veio a falecer em decorrência da AIDS. Entre as entrevistadas, a primeira a se envolver diretamente com o GAPA é Alessandra Greff que, como já mencionado, inicialmente aproximou-se da instituição pelo serviço de distribuição de preservativos e lá conseguiu uma colocação como telefonista da instituição. Fernando Seffner fala da posição de destaque que Alessandra tinha dentro do grupo de travestis e no GAPA:

A Alessandra chegou no GAPA, pra fazer parte do grupo, ela se distinguiu, ela tinha uma fala um pouco mais articulada que as outras, ela foi fortemente estimulada a estudar, ela fez o ensino médio no Julinho [Colégio Júlio de Castilhos] à noite. Essa coisa de ela poder ser telefonista dá um outro status: ela queria ficar lá o dia todo, o GAPA tinha um trânsito de pessoas... Mas se tu olhar a história da pessoa, foi muito mal tratada por instituições como família, escola, serviço de saúde...⁷²

Alessandra também conta sobre sua trajetória no GAPA e a relação com a epidemia de AIDS e seus desdobramentos:

No que antes tinha naquela época do AIDS MATA, a doença sem cura, essas campanhas. E eu comecei a trabalhar como funcionária dia 12 de junho de 1996. Eu nunca vou me esquecer disso porque era o dia dos namorados e porque tinha saído a reportagem na Revista Veja, eu achei que nunca ia trabalhar lá, porque tive meu contrato de experiência... Porque foi a capa da Revista Veja foi aquela reportagem “a cura da AIDS” quando foi lançado o coquetel de antirretrovirais. E aquele telefone não parava de tocar, eu quase enlouqueci atendendo 3 linhas de telefone mais a recepção. E achava que não ia dar conta. Mudou muito essas questões, que antes era AIDS MATA, peste gay, etc... mudou.⁷³

Frequentando as reuniões e trabalhando para a instituição, era natural que eventualmente fizesse o curso de voluntariado e se capacitasse como voluntária do GAPA. De usuária do

⁷¹ Entrevista concedida em 24 de julho de 2017.

⁷² Entrevista concedida em 18 de setembro de 2017.

⁷³ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

serviço de assistência para funcionária e voluntária, a passagem de Alessandra pela instituição denota o interesse da equipe do GAPA em capacitar possíveis lideranças que seguissem com um movimento autônomo de travestis e transexuais. Além de cursos, viagens para congressos, eventos e encontros nacionais serviam para mostrar a realidade da organização de travestis e trans em outros lugares do país. Quando questionada se a temática dos associativismo era levantada nas reuniões, Alessandra coloca:

Sempre. Sempre o Marcos, a Susana e a Carla fomentavam isso. Eu participei de vários congressos... Eu e outras trans, né. Sempre o GAPA, que era o terceiro setor na época, conseguia... na época tinha a Fundação MacArthur, Ford, Ministério da Saúde, verbas de vários lugares pra questão da AIDS, coisa que não tem hoje, dessa crise mundial que eles alegam. E se conseguia com o governo do estado, a prefeitura, o governo federal, passagem aérea pros congressos que eram muito longe. Aí eu fui em muitos congressos, acho que a maior parte das viagens que eu fiz pra capacitações foi através do GAPA, antes de ser funcionária.⁷⁴

Alessandra destaca o papel do investimento governamental no controle da epidemia de AIDS, que disponibilizava fundos através de projetos que seriam revertidos em ações de prevenção e capacitação.

A etapa seguinte foi a organização do estatuto da instituição, que seria inspirado no próprio estatuto do GAPA. Marcos disponibilizou o modelo de um estatuto para Associação de Travestis do Rio Grande do Sul (AT/RS), cujas atribuições seguem:

art. 1º) A Associação de Travestis do RS, doravante denominada AT/RS, é uma entidade de direito privado, com sede na cidade de Porto Alegre, e tem a finalidade principal de reunir, promover a integração e trabalhar na provocação da cidadania dos travestis e transexuais, sendo regida por esse estatuto e legislação pertinente.

Parágrafo Único - Para melhor atingir seus objetivos, a AT/RS buscará promover, entre outras atividades:

- a) Ações sociais e políticas em defesa de grupos ou indivíduos que venham a sofrer algum tipo de discriminação ou violência em função de sua orientação sexual ou de sua identidade feminina;
- b) Garantia aos seus representados do direito ao exercício de sua cidadania plena, dentre eles o direito de ir e vir, e de livre expressão e manifestação de sua sexualidade, identidade feminina e idéias;
- c) Campanhas de conscientização quanto ao respeito à liberdade de opção e expressão sexual de cada cidadão e cidadã, bem como denúncias de discriminação e violência porventura sofridas por seus membros;
- d) Ações sociais e políticas direcionadas às travestis e transexuais, sejam elas profissionais do sexo ou não, em relação à prevenção da AIDS e doenças sexualmente transmissíveis,
- e) Contatar, colaborar e conveniar com órgãos públicos e entidades civis, em nível municipal, estadual ou federal, apresentando reivindicações, propostas e projetos pertinentes às finalidades da AT/RS;

⁷⁴ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

O primeiro modelo de estatuto foca no trabalho de difusão de princípios de cidadania entre a população travesti e trans através de campanhas, ações de prevenção a AIDS e parcerias e interações com o Estado. Sobre a participação das travestis nesse processo, Alessandra coloca:

Na verdade quando a gente começou com as documentações do estatuto, pra ver como se organizava isso, a Carla é que coordenava o grupo das trans e ela dava essa ajuda, suporte. Aí ela pegou o estatuto do GAPA, começamos a pesquisar, eu e a Carol Caridan. (...) Eu tava bem no início quando a gente começou a fazer a pesquisa do estatuto, essas coisas, aí eu desisti porque na época houve muitas represálias por parte das trans, de tentarem botar carro em cima de mim, boicotar. Por eu estar à frente disso, aparecendo muito na mídia, dando entrevista... Com a cara muito em destaque e aí algumas se sentiram menos favorecidas, ou menos populares, aí tinha essas questões que são bem distintas da coisa da prostituição. Essas cafetinagens, esses agenciamentos que a gente sabe que existem de uma forma muito velada (...).⁷⁵

O afastamento de Alessandra Greff é oriundo da tentativa de dissuadí-la de continuar os trabalhos em prol da associação por parte de outras travestis e trans. Alessandra aponta que sua visibilidade e destaque causou problemas com travestis e trans que possuíam interesses distintos. Fernando Seffner, Marcos Benedetti como Alessandra Greff mencionaram a questão da cafetinagem e dos agenciamentos por parte de travestis que cobravam um alto preço pelo uso de quartos, ou para o trabalho nos pontos de prostituição. A cafetinagem e os gigolôs (no caso das mulheres cis prostitutas) sempre foi uma questão problemática na interação com instituições de assistência como o GAPA, dado o poder exercido por essas pessoas e que, de certa forma, era ameaçado pelos valores de empoderamento e autonomia que eram premissas de trabalho dos grupos de ajuda mútua. Fernando Seffner, a respeito dessas tensões, coloca:

A questão da cafetina, ou a questão do gigolô, isso foi sempre um ponto de tensão (...) Esse aparelho aqui, o celular, fez toda a diferença na vida dessa gente. A página na Web, colocar peito, bunda e coxa... deu um grau de autonomia pra muita gente. Mas eu sou de um tempo... elas tudo tinham uma cafetina, com quem elas moravam, muitas do interior. (...) Na nossa visão [da equipe do GAPA], essas figuras tinham que ser eliminadas. Exploração, apropriação do trabalho alheio. Outra coisa que às vezes algumas não vinham na reunião, porque começava uma discussão mais política e o gigolô começava a perceber que elas estavam numa *vibe* de entender melhor as coisas. Tinha uma coisa bem concreta de atendimento na polícia, fazer contato, fizeram na época aquela carteirinha com telefones... aí alguns dos serviços que talvez a cafetina e o gigolô ofertassem passaram a ser menos importantes. Então houve sempre uma tensão.⁷⁶

É possível que as pessoas insatisfeitas e que empreenderam essa tentativa de boicote aos trabalhos da associação sejam essas envolvidas com cafetinagem, questão também levantada pelos três entrevistados. Isso marca a retirada de Alessandra dos envolvimento com o que

⁷⁵ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2017.

⁷⁶ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017,

viria a ser a Igualdade, e aponta para o caráter pessoalizado adquirido pelos movimentos, visto que os interesses individuais e essas ações podem influenciar questões latentes como a criação de uma instituição pelos direitos da população travesti e trans. Com o seu afastamento do processo, Alessandra coloca quem deu continuidade à proposta: “Aí eu me afastei e ficou a Carol e a Cassandra... Mas a estruturação da associação, o cerne principal, a verdadeira história de como começou tu vai conseguir com a Cassandra Fontoura. Porque foi a Cassandra que começou tudo, junto com a Carol, pra efetivar a documentação da associação.”⁷⁷ Cassandra viria a ser a primeira presidente da Igualdade quando da sua fundação.

Cassandra conta de sua chegada no GAPA através das reuniões semanais às terças feiras:

Eu tinha ido pra Itália, voltei pro Brasil, eu tive um problema, eu fiz uma cirurgia, coloquei uma prótese, me deu infecção, tive que tirar, ficar 3 meses sem o peito... Aí comecei a trabalhar na rua, aí eu tinha uma amiga minha que ia sempre no GAPA, aí ela me falou das reuniões e etc e tal... eu comecei a frequentar, achei interessante, as palestras e tudo... Aí num dia no grupo elas propuseram um curso de voluntária e eu fiz o curso e fui aprovada, fazia voluntariado, intervenção na rua, distribuir as camisinhas na rua, fazia chamamento pras gurias pro grupo.⁷⁸

É interessante perceber como a presença de Cassandra e de outras travestis e trans como voluntárias nas ações de campo do GAPA, como caso de Claudinha e Alessandra, servia para uma aproximação com as travestis que trabalhavam como profissionais do sexo nas ruas, além da possibilidade de uma nova liderança capacitada pela instituição. Não só o GAPA atua como ponte para o a cidadania, mas as intervenções de pessoas trans no trabalho de campo enquanto voluntárias servem como porta de acesso para que outras travestis e trans se juntem às reuniões.

Como Alessandra, Cassandra também foi a eventos como parte da equipe de voluntários do GAPA e, como coloca:

Aí um dia teve um Congresso em Fortaleza, eu participei junto com o GAPA, achei super interessante que aí encontrei outras travestis do Brasil que tinham ONG já fundada, comecei a conversar com elas e tudo. E aí achei super interessante, voltei com aquela idéia martelando na cabeça, fiquei pensando nisso (...). Aí saí com essa idéia fundada, né, já imaginando que seria bom a gente fazer um grupo em POA, e mesmo assim lá, conversando com a Jovanna Baby⁷⁹. (...)⁸⁰

⁷⁷ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2017.

⁷⁸ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

⁷⁹ Jovanna Baby é militante do movimento travesti e transexual desde os anos 1990 e “foi fundadora da primeira ONG de travestis do Brasil, a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL). Também organizou o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados em 1993.” (CARVALHO e CARRARA, 2013)

⁸⁰ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

Para Cassandra, o contato com pessoas envolvidas no movimento trans em outros estados foi central para a percepção do avanço de um movimento autônomo de travestis a nível nacional. Ver exemplos de instituições voltadas para os direitos da população trans era confirmação de algo semelhante poderia ser organizado em Porto Alegre. Cassandra também menciona a tentativa anterior de fundar a associação, ainda com Alessandra como possível liderança no processo:

Não, a Alessandra já tinha feito antes, tanto que elas iam fundar a Associação, mas não foi pra frente. Foi aí que eu peguei, já tinha até um estatuto... Foi desengavetado esse estatuto, porque elas tinham feito o treinamento bem antes de mim, a Alessandra. Nessa época a Alessandra era já secretária do GAPA. Teve falta de interesse, foi muito difícil no começo. Elas não vinham, às vezes era só eu, a Marcelly e mais uma outra. A gente queria fazer um coletivo pra estar discutindo as questões. Acho que elas achavam chata essa parte burocrática, acho que foi o que aconteceu nessa época da Alessandra, não tiveram motivação pra ir pra frente.⁸¹

Com o incentivo do restante da equipe do GAPA, a materialização dessa proposta dependia da ação das travestis e trans que frequentavam o grupo, daí a importância de uma liderança capacitada e interessada nessa concretização, como foi o caso de Cassandra:

Aí eu comecei a conversar com as gurias pra gente fundar uma ONG, se organizar. Foi um pouco difícil porque pra chamar a pessoas pra gente chamar as pessoas, fundar o estatuto, reler, porque esse estatuto já tinha sido feito pela Alessandra, que depois elas engavetaram esse estatuto, aí eu vi e revi esse estatuto, li e reli, reli... Aí a gente começou a fazer as modificações, atualizar aquele estatuto, aí que a gente começou a formar um grupo pra fazer a ONG. Umas saíram, acharam que era muito chato e que não ia dar pra frente, não tiveram mais interesse e eu sempre ali, no pé delas, e foi aí que a gente conseguiu formar algum grupo pra discutir. A gente começou a discutir, tudo muito difícil, a gente não tinha dinheiro sempre, aí começamos a fazer coisinhas ali, pedir uma contribuição pra elas, até que a gente conseguiu formar, (...) conseguimos registrar o estatuto.
82

É nesse período de formação, a partir de 1992, que Marcelly Malta retorna de um período na Europa e se envolve com a prevenção a AIDS e, por consequência, o GAPA através de Gerson Winkler, que à época já trabalhava na prefeitura de Porto Alegre. Antes disso, como agente de saúde, Marcelly já tinha influência entre as travestis profissionais do sexo por ter acesso a medicamentos para sífilis e outras doenças que, antes da epidemia de AIDS, eram problema entre as travestis e cujo tratamento necessitava regularidade e acesso aos serviços de saúde, o que na maioria das vezes não era possível devido à marginalização da população e condições de incerteza que viviam. Marcelly fala a respeito dessa relação com as outras travestis:

⁸¹ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

⁸² Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

Voltei pra prostituição, mas a epidemia da Aids tava tão grande que eu vi minhas amigas que eu deixei em 2 anos eu não vi mais nenhuma. Aí eu conheci o Gerson Winckler, que foi o primeiro presidente do GAPA, e ele disse “Marcelly, tu é uma agente de saúde e quero que tu trabalhe comigo na questão da prevenção com a população de travestis”. Foi isso que eu comecei a lutar, já nos anos 80, eu tava meio assim “vou trabalhar de dia e tarde e de noite, na prostituição”. Elas achavam nos anos 80, quem não conhece Benzetacil, é uma das medicações da sífilis, uma das medicações que as travestis mais usavam. Eu pegava dentro do posto de saúde, pegava de noite e aplicava nelas. A questão da sífilis era maior que hoje (...) Outra coisa que a gente tinha, que eu esqueci de falar, tanto as travestis como as prostitutas é uma carteirinha amarela, do Posto de Saúde Modelo. E que a gente tinha que apresentar esse documento que tu não tinha sífilis. (...) (MALTA, 2015)

Cassandra e Marcelly viriam a constituir a primeira direção da instituição como presidente e tesoureira, respectivamente. Criado o embrião da Igualdade, há um reconhecimento do papel do GAPA no que diz respeito à sua importância para o surgimento da instituição. Joyce relaciona a criação da Igualdade e de outras instituições focadas em questões LGBT diretamente ao trabalho do GAPA:

O GAPA representa mais essa parte, aonde as instituições, a Igualdade, o NEP, o SOMOS, outras instituições, elas se desenvolveram e saíram de dentro do GAPA. Cada um foi ter a sua caminhada, o seu espaço e a sua luta direcionada à sua população. E nós, a Igualdade, seria um filho que nasceu de dentro do GAPA, entendeu? Aonde saiu para ter sua própria caminhada, sua própria gestão.⁸³

Veruska também cita o GAPA como espaço do que viria a ser o início da Igualdade, bem como a cooperação entre as duas instituições:

Aonde surgiu a Igualdade? Dentro do GAPA, trabalhamos um bom tempo, usufruímos lá do espaço do GAPA, isso não falamos, entendeu? E o GAPA daí, ficou, eu pra mim acho o seguinte: (...) tem que ter pessoas capacitadas no nosso meio, que entendam o nosso meio, pra ver onde a gente pode chegar...⁸⁴

De dentro das reuniões do GAPA, portanto, e fruto da mobilização em conjunto entre os voluntários do GAPA e as travestis que frequentavam o grupo semanal de mútua ajuda, a Igualdade surge como instituição para representar as travestis, como coloca Marcelly:

Aí eu e a Cassandra, né, que foi a primeira presidente aqui da Igualdade, a gente teve a idéia de se reunir e falar por nós mesmos, porque quem falava por nós? Era psiquiatra, psicólogo, padre, Igreja, sociólogo, enfim, era a Universidade que falava por nós. Acho que ser travesti é tu poder falar do teu corpo, tua vida, tua trajetória. (MALTA, 2017)

Em maio de 1999, a Igualdade nasce enquanto associação e passa a atuar dentro do GAPA, como veremos no próximo capítulo.

Embora tenha havido interesse das travestis e trans em fundarem a associação e falarem, enfim, “por si mesmas”, é fundamental termos em conta o papel do GAPA como

⁸³ Entrevista concedida em 11 de setembro de 2017.

⁸⁴ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

órgão que mobiliza, fomenta e promove cidadania entre uma população antes profundamente marginalizada, instigando a participação em movimentos sociais e a militância. Tendo como pano de fundo o combate à epidemia de AIDS e o trabalho de prevenção, a ação contínua e regular do GAPA foi além do trabalho informativo e de campo no que diz respeito às questões de saúde, constituindo-se em órgão de assistência e promotor de direitos. A auto-organização e o conhecimento dos direitos, valores pautados nas reuniões semanais pelos facilitadores que coordenavam o grupo, bem como o incentivo para que algumas travestis e trans se tornassem voluntárias e conhecessem outros exemplos de organizações da população trans foram ações decisivas que contribuíram para que, em 1999, a Igualdade surgisse enquanto instituição.

A ação do GAPA em Porto Alegre foi fator mobilizador que influenciou a emergência de um movimento de travestis e transexuais a partir de questões latentes, como a epidemia de AIDS, mas também problemas históricos que influenciavam e contribuíam diretamente para a marginalização, como o estigma e a violência policial. Nesse sentido, a AIDS enquanto problema de saúde pública, apesar dos efeitos na sociedade, atuou como catalisador e aglutinador para o surgimento de instituições como a Igualdade. Através do GAPA, as ações de prevenção e cidadania tornam-se veículo para o empoderamento e reconhecimento.

Entre as travestis e trans, o GAPA aparece como primeiro contato com uma instituição de referência, a possibilidade de acesso a serviços de saúde e um espaço de sociabilidade que permite o surgimento de um conceito de identidade enquanto grupo, facilitado pelas reuniões nos grupos de mútua ajuda. As travestis e trans que se envolveram com a instituição, e que de alguma forma auxiliaram na materialização da Igualdade, foram interpeladas por esses discursos de valorização, constituindo-se e percebendo-se enquanto indivíduos dotados de cidadania.

O que acontece depois dessa organização é a consolidação da Igualdade como referência no que diz respeito a luta pelos direitos das travestis e transexuais. A captação de recursos, mobilização de lideranças e interação com outras instituições do Estado serão questões centrais a partir da construção de uma agenda de demandas coletivas.

5. Vitórias e possibilidades do movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre

O presente capítulo busca analisar as ações da Igualdade a partir de sua formalização enquanto ONG, o progressivo desligamento da instituição da equipe de voluntários do GAPA e as responsabilidades decorrentes dessa formalização. A partir disso, discorre-se sobre sua atuação como organização não-governamental, relações estabelecidas com outras entidades, formação de redes, parcerias com o Estado através da captação de recursos através de editais e as demandas contempladas pelos projetos financiados. Além disso, discute-se também o papel das lideranças nos movimentos sociais e como questões individuais influenciaram nas tomadas de decisões e estabelecimento de uma longa coordenação da entidade. Por último, uma reflexão a respeito das conquistas no período analisado.

5.1 A Igualdade se autonomiza

A materialização da criação da Igualdade é o primeiro passo para a autonomia do movimento de travestis e transexuais que se consolida em Porto Alegre. Em maio de 1999, a Igualdade se torna realidade. Além do conhecimento dos voluntários do GAPA e a própria divulgação entre as travestis, uma matéria veiculada num jornal de maior circulação do estado - Zero Hora - dá espaço para a publicização da nova entidade (TRAVESTIS CRIAM ASSOCIAÇÃO, 1999). Foi ao visitar a sede da Igualdade em busca de documentos desse período que me deparei com a referida reportagem em destaque em uma das paredes, entre outros materiais gráficos de campanhas como pôsteres e fotografias.

A manchete já sinaliza a importância do papel do GAPA no processo de criação da Igualdade, visto que menciona as origens da instituição nas reuniões semanais na sede do GAPA. O que se segue na matéria de cerca de meia página de jornal é uma explanação a respeito da necessidade de organização das travestis e um pequeno perfil de Cassandra, presidenta da nova instituição:

Ela tem 1,73cm, 74 quilos, pele morena e nos últimos anos andou experimentando uma ponte-aérea entre Itália e Brasil. Depois de tantas viagens sobre o oceano Atlântico - quando acabou conhecendo boa parte da Europa - a pelotense Cassandra decidiu fixar residência em Porto Alegre. A dificuldade em exercer a profissão, a violência das ruas e a luta contra o preconceito a levaram a organizar da categoria. A partir de várias reuniões realizadas com as colegas no Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA), nasceu a Associação dos Travestis Igualdade do Rio Grande do Sul. Cassandra é a presidente.

Travestis criam associação

Iniciativa nasceu das reuniões semanais realizadas na sede do Gapa

ADRIANA FRANCHINI/28



Igualdade: Marcelly (E) e Cassandra fundaram a entidade para lutar contra preconceito e violência

Ela tem 1m73cm, 74 quilos, pele morena e nos últimos três anos andou experimentando uma ponte-aérea entre Itália e Brasil. Depois de tantas viagens sobre o Oceano Atlântico – quando acabou conhecendo boa parte da Europa – a pelotense Cassandra decidiu fixar residência em Porto Alegre. A dificuldade em exercer a profissão, a violência das ruas e a luta contra o preconceito a levaram a organizar da categoria. A partir de várias reuniões realizadas com as colegas no Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa) nasceu a Associação dos Travestis Igualdade do Rio Grande do Sul. Cassandra é a presidente.

Todas as terças-feiras, um grupo de travestis da Capital se reúne na sede do Gapa para debater assuntos de interesses específicos. Nas discussões e nas palestras, questões como formas de proteção contra o vírus HIV, violência de cidadãos civis e da polícia e o preconceito da sociedade sempre estão entre os temas abordados. A discussão ganhou corpo e, com o apoio dos técnicos do Gapa, surgiu a iniciativa de criar uma associação.

– Foi a partir destas reuniões que nasceu a ideia de nos organizarmos – explica Cassandra, que não declina a idade nem sob a assustadora ameaça de revelar seu verdadeiro nome.

A nova entidade surge com uma bandeira principal: lutar pela discriminação que a categoria sofre. A prevenção contra a Aids e a busca de uma cidadania plena com direitos e deveres são aspectos que também estão na linha de frente da associação. Os próximos passos serão a realização de um censo no Estado e a aquisição de uma sede.

– Queremos construir uma casa de apoio para abrigar tanto os travestis discriminados pela família quanto os portadores do HIV. Nos dois casos, eles não têm onde morar – completa a tesoureira Marcelly que, como sua colega Cassandra, evita até mesmo dizer há quantos anos está na profissão.

A iniciativa não é pioneira no Brasil. Existem associações em Estados como Bahia, Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco. Mal começou, a organização gaúcha já se fará presente no Congresso Nacional de Travestis que será realizado em Fortaleza. De 24 a 28 deste mês, Cassandra e Marcelly viajarão para o Ceará com o firme propósito de marcar a posição da mais nova entidade da categoria criada no país.

A tesoureira está otimista com a perspectiva da associação. Ela acredita que o trabalho desenvolvido semanalmente no Gapa ganhará força. No próximo dia 21, por exemplo, será realizada uma reunião com a deputada estadual Maria do Rosário (PT-RS) para obter informações para a regulamentação da entidade.

– O estatuto já está pronto, falta apenas registrar no cartório – conta Marcelly.

Uma histórica reivindicação dos travestis aos poucos começa a ser atendida. Segundo Cassandra, uma reunião com o comando da Brigada Militar ajudou a diminuir a violência.

SERVIÇO

Interessados em se associar ou obter maiores informações podem ligar para o telefone (051) 225-7453, das 14h às 20h, e falar com Marcelly.

No primeiro trecho, fica claro a omissão do tipo de trabalho exercido por Cassandra e pelas outras travestis, mencionadas somente como “colegas”. A ideia de trabalho sexual fica implícita através da menção do preconceito e da violência nas ruas, mas não é explicitada ao longo da reportagem. No segundo trecho, a ação do GAPA para fomentar a organização das travestis é detalhada:

Todas as terças-feiras, um grupo de travestis da capital se reúne na sede do GAPA para debater assuntos de interesses específicos. Nas discussões e nas palestras, questões como formas de proteção contra o vírus HIV, violência de cidadãos civis e da polícia e o preconceito da sociedade sempre estão entre os temas abordados. A discussão ganhou corpo e, com apoio dos técnicos do GAPA, surgiu a iniciativa de criar uma associação.

A principal demanda e bandeira levantada pela Igualdade também é destacada: lutar contra a discriminação que a categoria sofre. O próprio termo “categoria” também associa diretamente o ser travesti ao trabalho sexual, englobando o grupo como uma categoria profissional. Em segundo plano, demandas como “a prevenção contra a Aids e a busca de uma cidadania plena com direitos e deveres”, valores cultivados já nas reuniões semanais dos grupos de trabalho realizadas na sede do GAPA.

Metas iniciais também foram expressas como a realização de um censo e a obtenção de uma sede. Marcelly também menciona a possibilidade da criação de uma casa de apoio para travestis em situação de vulnerabilidade e em situações precárias de moradia, seja em decorrência do preconceito e abandono da família ou da Aids. Essa ideia poderia ser oriunda do conhecimento e troca de experiências a partir de uma iniciativa semelhante (outro sinal da capacitação ofertada pelo GAPA para as pessoas que eventualmente viriam a liderar o movimento no Rio Grande do Sul), a “Casa de Apoio Brenda Lee” que, motivada principalmente pela epidemia de Aids, passa a oferecer acolhimento para as travestis, como coloca Mario Carvalho:

Ainda em 1984, Brenda Lee, uma travesti da cidade de São Paulo, passou a acolher em sua casa os chamados “pacientes sociais”, ou seja, aqueles que, embora não necessitassem de internação hospitalar, não tinham condições de exercer uma ocupação profissional e careciam de cuidados médicos diários. A maioria era de travestis soropositivas e/ou vítimas de violência. Inicialmente chamada de “Palácio das Princesas”, a casa passa a se chamar “Casa de Apoio Brenda Lee” em 1986 (...) (CARVALHO, 2011, p. 27)

A matéria menciona ainda a presença da coordenação da mais nova entidade no “Congresso Nacional de Travestis” a ser realizado em Fortaleza. O evento em questão era mais uma edição do ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a Aids, importante espaço para inserção da Igualdade e para o contato com

outras instituições do Brasil, e que em 2003, em sua décima edição, seria sediada em Porto Alegre.

Por último, a reportagem cita a possibilidade de regulamentação da instituição após conversa com a então deputada estadual Maria do Rosário (PT-RS), mencionando um estatuto já finalizado, como vimos que foram os esforços por parte da equipe do GAPA nos anos que antecederam a criação da Igualdade. Além disso, a menção de uma reunião com o comando da Brigada Militar e a suposta eficácia dessa para a diminuição da violência coloca em boa perspectiva as primeiras ações da Igualdade.

Na reportagem, Cassandra e Marcelly corroboram com o que foi relatado no capítulo anterior, reorganizado através das entrevistas e relatos orais, ao descrever a origem da instituição nas reuniões semanais realizadas no GAPA e a proposta de que esse trabalho “ganhe força”. Embora conte com um tom certas vezes satírico e transfóbico, ao descrever a aparência de Cassandra de forma caricata e estereotipada, sua recusa em revelar a própria identidade e a ameaça de revelar seu nome de registro, a matéria exerce sua função em informar a respeito do serviço a ser prestado pela Igualdade, visto que até um número de telefone é disponibilizado para as pessoas interessadas.

A partir de maio de 1999, portanto, acontece o progressivo desligamento e afastamento da Igualdade em relação ao GAPA, decorrente da formalização da instituição e das questões relativas ao empoderamento da população travesti e trans. A primeira tensão, mencionada por Marcos Benedetti, foi a sobreposição do trabalho realizado pelo GAPA e o que a Igualdade se propunha a fazer, de prevenção à AIDS. Se o GAPA não queria diminuir ou transferir o trabalho para outra instituição, mesmo que oriunda da ação desenvolvida ao longo dos anos por ele mesmo, como era o caso da Igualdade, quem era a autoridade para dar continuidade aos projetos, trabalho de campo, etc?

Além disso, outras demandas além da prevenção a AIDS, ligadas diretamente a direitos humanos, mostram como o distanciamento do GAPA como um processo natural, motivado também pelo fomento da autonomia entre o grupo em questão. O GAPA deixa de abrigar as particularidades e passa a possibilitar esse empoderamento. Não reconhecer ou perceber no GAPA sua identidade ou a instituição como uma possível porta-voz denota o sucesso desse processo de busca por autonomia.

Cassandra Fontoura narra esse distanciamento a partir das dificuldades de incentivar o grupo de travestis e trans que frequentavam o GAPA a passarem a utilizar o serviço da Igualdade, que em muitas formas se assemelhava ao oferecido pela primeira instituição nos anos anteriores:

Mas no começo foi muito muito difícil, as gurias não vinham, a gente também tava lá no GAPA, ficava muito estranho, acho que elas ficavam constrangidas de participar do nosso grupo e do grupo do GAPA, foi muito difícil... mas acho que eu tinha uma persistência, quando eu boto uma coisa na cabeça, vou até o final. Aí a gente conseguiu fazer os grupos num mercado. Aí a gente, como não tinha experiência, começou a discutir com elas pra ver que tipo de assunto, aí o grupo começou a crescer, né. Todas as quartas-feiras ia muita travesti no grupo, demorou dois anos pra gente conseguir fazer, ser beneficiada pelo Ministério da Saúde e tudo... foi muito difícil, mas a gente conseguiu, sabe, a participação das gurias, era 30-40 travestis nos grupos, nas quartas-feiras, mas a gente conseguiu passar essa etapa difícil.⁸⁵

Como ocorria no GAPA, a Igualdade manteve o formato das reuniões semanais para fomentar a participação das travestis, mas o fato de essas reuniões continuarem se dando na sede do GAPA, para Cassandra, dissuadia muitas de continuarem comparecendo aos encontros, por isso a busca por outro local. Outros fatores impediam que todas as travestis e trans acessassem a Igualdade, também, como rixas pessoais e desavenças entre grupos. Nesses casos, o GAPA continuou atuando na distribuição de preservativos e atendimento individual nas questões ligadas a AIDS e HIV. Outras organizações, como o Nuances, também voltado para a população LGBT, estiveram em contato com a Igualdade ao longo dos anos.

No princípio, as reuniões se davam em locais públicos e de fácil acesso, mas logo ficou clara a necessidade de uma sede própria para o prosseguimento e ampliação do atendimento. Quando questionada se a busca por uma sede própria era relacionada a autonomia, Cassandra coloca:

Ah, sim, claro. Tudo que lá no Gapa tinha que ver uma agenda, e tudo e tal... E os grupos não funcionavam, elas não iam. Aí que eu vi que tinha essa questão que elas não queriam confrontar as nossas reuniões com as reuniões do GAPA (...) A gente fazia as reuniões num mercado, eu percebi que não ia funcionar os grupos lá, entendesse? (...) Aí eu vi que tinha que sair de lá, elas não vem porque é aqui.⁸⁶

A partir desse afastamento, consolidado com a conquista da primeira sede da Igualdade, no entorno da praça Oswaldo Cruz, no centro de Porto Alegre, as relações entre as instituições se construíram na base da cooperação, considerando os mesmo objetivos no que diz respeito a prevenção da AIDS. Sobre essa relação, Cassandra também menciona: “A gente sempre entrou em contato, às vezes quando tinha alguma manifestação, a gente sempre, todos os grupos, o Nuances... Quando tinha alguma coisa com os moradores, a gente sempre teve um bom contato.”⁸⁷.

Quando fala “os moradores”, Cassandra refere-se aos moradores do Quarto Distrito bairro Floresta, no entorno da quadra conhecida por ser ponto de prostituição de travestis e

⁸⁵ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

⁸⁶ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

⁸⁷ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

transexuais, próximo a rua São Carlos. Após inúmeras reclamações e embates com a Brigada Militar, chamada pelos moradores, foi através de reuniões de conciliação que envolveram também o GAPA como intermediário que a convivência se tornou mais pacífica:

O GAPA foi muito bom, fez várias manifestações, aí pararam. Aí depois vem a coisa dos moradores, que botaram ali na São Carlos faixas, que eles tinham botado câmeras. Aí já era na época da Igualdade, a gente entrou com uma ação no ministério público, contra os moradores. Aí teve reunião pra conversar com os moradores e a polícia, a gente ganhou a sentença, que eles podem botar câmeras mas pra proteção da sua casa, não pra vigiar a rua, a rua é pública. Teve vários problemas assim. (...) Sempre vai ter. Aí teve uma época que eles reclamavam que elas faziam as necessidades nas portas, aí colocaram banheiro...⁸⁸

Essa mediação e participação não diz não só a respeito da relação do GAPA com o Estado e do elo estabelecido através dessa instituição, como vimos no terceiro capítulo, mas também da autoridade adquirida e que exercia poder enquanto a Igualdade ainda se consolidava como serviço para a população travesti e trans.

5.2 Funcionamento como ONG

O processo de criação da Igualdade diz muito a respeito do movimento de prevenção e luta contra a AIDS no Brasil. Em outros locais, foi semelhante a organização de instituições promotoras de direitos humanos para a população travesti e trans, como coloca Mario Carvalho (2011):

Assim, dois “modelos” se tornam hegemônicos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, e outras a partir do investimento de ONGs do movimento homossexual e ONGs-AIDS em projetos de prevenção junto à população de travestis e profissionais dos sexo. (CARVALHO, 2011, p. 27)

Além do binômio violência policial e AIDS, contribuíram também, como em Porto Alegre, o contato com organizações mais antigas, como a pioneira ASTRAL, Associação de Travestis e Liberados, criada no Rio de Janeiro em 1992. Na Argentina, no ano anterior já se estruturava a Asociación de Travestis Argentinas (ATA), com dissidências que dariam origem a outros grupos minoritários. A ideia dos integrantes do GAPA de que as travestis e trans viajassem para conhecer outras pessoas e outros grupos já em funcionamento, como vimos no terceiro capítulo, parece ser decisiva para incentivar a auto-organização:

O relativo sucesso em suas primeiras ações teria sido um motivador para as integrantes da ASTRAL organizarem ainda em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar

⁸⁸ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

ENTLAIDS, com o tema “Cidadania não tem roupa certa”. Este encontro contou com 95 participantes de 5 estados. A partir desse encontro surgiram outras organizações como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade em 1999, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta Pela Cidadania (Unidas), de Aracajú. (CARVALHO, 2011, p. 29)

Com a criação de outras organizações, as articulações entre esses grupos se torna fundamental para a troca de experiências, estabelecimento de vínculos e fortalecimento do movimento, como mostra a continuidade dos ENTLAIDS (e inclusive sua realização em Porto Alegre em 2003) e a multiplicação de redes para integrar esses grupos:

Timidamente, começava a se constituir um movimento nacional de travestis através da criação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL) que viria a mudar de nome e a se chamar RENATA (Rede Nacional de Travestis). A realização dos encontros anuais, os ENTLAIDS, com participação de militantes de diversos estados foi fundamental para essa articulação, que possibilitou não somente a organização de travestis e transexuais para uma interlocução com o poder público, como também para pleitear uma maior participação nos espaços gerais do movimento LGBT. Em dezembro de 2000 na cidade de Curitiba, a organização de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais se concretiza na criação da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), que hoje conta com mais de 80 organizações afiliadas, configurando-se como a maior rede de travestis e transexuais da América Latina. (CARVALHO, 2011, p. 29)

Outras redes nacionais como a FONATRANS e RedTrans se constituíram ao longo dos anos, materializadas por divergências no que diz respeito à demandas e posturas políticas características dos movimentos.

Em um dos relatórios de projetos executados pela Igualdade nos anos de 2000 e 2001, consta a ata da primeira assembleia da ANTRA - Articulação Nacional de Travestis, organizada a partir de Porto Alegre, no ano 2000 com estatuto reconhecido na cidade de Curitiba em abril do ano seguinte. Contando com Alessandra Greff como representante da região sul e Cassandra Fontoura enquanto presidente da Igualdade e vice-coordenadora da nova rede, o encontro em Porto Alegre no dia 10 de dezembro de 2000 dispôs sobre a criação da Articulação, a composição de sua diretoria e conselho, criação do estatuto e feitura da carta dos princípios.

Podemos utilizar o estatuto da ANTRA como possibilidade de análise do papel das redes para as instituições locais, como é o caso da Igualdade e de outras, como o Grupo Esperança, em Curitiba, que também fez parte da criação da Articulação. No documento, são enumeradas as finalidades da Articulação:

- I. Ser um instrumento de expressão de luta, da conquista e da garantia de plenos direitos humanos as travestis, transexuais e transformistas, e contra qualquer forma de discriminação contra estes, seja de expressão jurídica, social, política, religiosa, cultural ou econômica;

- II. Promover campanhas gerais e informativas, procurando ser instrumento de expressão, a nível regional, de diretrizes políticas propostas por seus membros ou associados que busquem e obtenham a garantia de seus direitos;
- III. Maximizar a eficácia das ações das entidades das travestis, transexuais e transformistas através de coordenações políticas em nível regional e nacional;
- IV. Promover a articulação entre as entidades visando o estabelecimento de ações políticas, sociais, econômicas e culturais em nível regional e nacional, de maneira que se maximize o impacto das ações regionais;
- V. Promover cursos, seminários, encontros, fórum de debates, que atendam as necessidades de aprofundar o conhecimento dos temas relevantes sobre a realidade das travestis, transexuais e transformistas da região;
- VI. Estimular a cooperação entre os grupos das travestis, transexuais e transformistas para que promovam o intercâmbio de informações entre si e com outros grupos e movimentos sociais que apoiem a luta de emancipação das travestis, transexuais e transformistas das regiões;
- VII. Defender os interesses comuns de seus membros e representar a seus associados sempre que for necessário;
- VIII. Apoiar o desenvolvimento de ações e iniciativas de entidades das travestis, transexuais e transformistas nas regiões, que tenham o objetivo de alcançar e garantir a cidadania plena para esses grupos, com o fim de coibir toda e qualquer discriminação por orientação sexual;
- IX. Firmar-se como referência nos casos de defesa contra a discriminação com as travestis, transexuais e transformistas, e contra a violação dos direitos humanos dos mesmos, fornecendo apoio jurídico e logístico;
- X. Reivindicar, protestar e interpor processos nos casos de discriminação por orientação sexual, denunciando-a e difundindo-a nos meios de comunicação;
- XI. Assessorar os associados na elaboração de todos os projetos que busquem a promoção e garantia dos direitos das travestis, transexuais e transformistas, incluindo, entre outros, a saúde física e psicológica;
- XII. Apoiar a luta contra o HIV/AIDS em todos os seus aspectos e em todos os seus âmbitos;
- XIII. Divulgar para a sociedade e o poder público as finalidades, objetivos, projetos e realizações da ANTRA. (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS – ANTRA, 2001)

Há, apesar de menção ao HIV, um foco na construção de cidadania e noções de direitos humanos para a população trans, principalmente no que diz respeito à discriminação. Em uma reportagem da Zero Hora que noticiava o 3º Encontro Nacional de Travestis, encontro no qual foi consolidada a ANTRA, a proposta do grupo era “firmar parcerias que possam garantir trabalho e evitar a violência e a discriminação” (HELFER, 2000). É através dessas redes, como é o caso da ANTRA, que houve intercâmbio de experiências, de métodos de trabalho e, principalmente, a construção de interesses coletivos e demandas comuns a instituições de diferentes regiões do Brasil.

Esse processo que capacita a organização para atuar de forma independente, estabelecer contatos e consolidar redes que atuem de forma global (SCHERER-WARREN, 1999), iniciado no GAPA, é o que Mario Carvalho chama de “empoderamento tutelado”, quando “elementos discursivos e a práxis política na construção dessas militantes foi possibilitada por uma trama de relações que envolvem diversos atores, como as lideranças gays e lésbicas, agências governamentais e profissionais de saúde envolvidos em programas

de prevenção de DST e AIDS” (CARVALHO, 2011, p. 47). É através da combinação da organização da sociedade civil e direitos humanos que a política de AIDS se torna vitoriosa no Brasil, e a autonomia dos movimentos que se originaram desse fomento, se apropriando do vocabulário característico dessas organizações como *advocacy*, *peer education* e *empowerment* (CARVALHO, 2011) para a elaboração de editais, materiais e na comunicação interna e externa, se torna fundamental para a construção de demandas coletivas independentes e para além da questão do HIV.

É importante também termos em conta o papel da institucionalização desses grupos, um processo de “onguização” dos movimentos sociais característico dos anos 1990 (FACCHINI, 2002). Sobre isso, Carvalho coloca:

A idéia de uma organização não-governamental (ONG) como formato ideal para a articulação política já vinha se consolidando ao longo da segunda metade dos anos 1980 no então movimento homossexual brasileiro (FACCHINI, 2005; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Porém, no caso específico da ASTRAL e de muitas outras ONGs que surgiram nos anos seguintes, também havia a influência dos projetos de prevenção de DST-AIDS na construção de possibilidades concretas, através de cursos de capacitação e financiamento de projetos, para que travestis se constituíssem como sujeitos nos campos jurídico e político. (CARVALHO, 2011, p. 29)

A “onguização”, portanto, é um “fenômeno associativo” (FACCHINI, 2002) que aparece como decorrente da capacitação dessas populações através de valores de autonomização e dá uma nova característica aos movimentos identitários, uma “forma de ação coletiva, com identidade e projetos de intervenção social próprios” (FACCHINI, 2005, p. 73). É necessário notar a dificuldade em definir o termo “ONG”, seja especificamente a que tipo de organização se refere e como se diferencia da denominação de movimento social, bem como de suas atribuições, visto que muitas vezes essas ações e papéis na sociedade se intersectam e se confundem.

Comparada à denominação “movimentos sociais” como utilizada no Brasil dos anos 1980, que é interpretada por Fernandes como desdobrável em “*movimentos* para acentuar sua natureza instável e mutante, distinta da obtida em estruturas que se organizam numa longa duração[...] (e) *sociais* devido ao seu distanciamento em relação aos aparelhos de Estado” (Fernandes, 1985, p. 43) (...) a denominação “organizações não-governamentais” parece indicar algo ainda mais impreciso. (FACCHINI, 2005, p. 74)

Como ferramenta de organização e facilitador, visto que possibilita a inserção no campo político, busca de fomentos e organiza a instituição, o “virar ONG” torna-se uma porta de entrada para esses movimentos identitários se consolidarem enquanto executores de ações que reflitam as demandas coletivas a que se propõem. No Brasil, em relação às ONGs/AIDS e sua multiplicação a partir da década de 1990, isso se estabelece a partir do empréstimo do

Banco Mundial ao Brasil para as políticas ligadas à prevenção e controle da AIDS e a distribuição de recursos entre as organizações via concorrência pública, ligada a editais do Ministério da Saúde (VILLELA, 1999). Karen Bruck, voluntária e posteriormente presidente (1997-1999) do GAPA entre 1994 e 2001 e que trabalhou no programa nacional de AIDS em Brasília entre 2002 e 2012, coloca que o trabalho no Ministério da Saúde era uma questão de saúde estreitamente ligada a cidadania e direitos humanos, uma “venda casada” com apoio da organização da sociedade civil e financiando a criação de redes através de encontros, a exemplo do ENTLAIDS⁸⁹.

A Igualdade, nesse sentido, se insere nesse debate e, através da institucionalização, passa a atuar no campo da prevenção a AIDS e promoção de direitos da população travesti e transexual enquanto ONG, o que possibilita sua relação com o Estado através de fomentos e parcerias. Ao mesmo tempo, as demandas e reivindicações da população perante a sociedade aproximam a instituição da idéia de movimento social, não invalidando suas relações com outros órgãos do Estado, visto que não fazem parte dessa estrutura.

A Igualdade, portanto, se relaciona com a sociedade e com a população alvo através das ações de campo, serviço de assistência, distribuição de preservativos, material informativo e com outras organizações que compartilham dos mesmos valores e cujas demandas e interesses coletivos são discutidos em encontros nacionais que ocorreram a partir de 1993 (ENTLAIDS). No que diz respeito a relação mais próxima com o Estado, é através de editais, fomentos e parcerias que a ONG se mantém em funcionamento, e através das relações com outros grupos, materializadas nas redes e nos encontros anuais, que se constroem e articulam demandas coletivas. O contato com o dia-a-dia do funcionamento de uma entidade, seja o GAPA, como era para as que fizeram o curso de voluntariado, e as relações estabelecidas com militantes de outras localidades foram centrais para a consolidação da Igualdade enquanto ONG referência para a população travesti e transexual.

A documentação que mostra a evolução do contato da Igualdade com as instituições do Estado através de editais e fomentos mostra o domínio do processo necessário para a captação de fundo e execução de projetos. Magali Sperb, responsável pelo setor administrativo, menciona 46 projetos concluídos ao longo da existência da instituição⁹⁰. Sobre a relação das ONGs com as instituições do Estado, Regina Facchini coloca:

É frequente, no discurso de ONGs, a referência à relação com o Estado ou com agências estatais como “parceria”. Parece fazer sentido pensar que as boas relações

⁸⁹ Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

⁹⁰ Entrevista concedida em 30 de agosto de 2017.

entre ONGs e Estado não se estendem igualmente a todas as ONGs de um mesmo campo, nem a todos os campos de atuação cobertos pelas iniciativas desse tipo de entidades. O termo “parceria”, comumente utilizado por ambas as partes para definir sua relação, pressupõe que haja interesse e compromisso de ambos os lados. Isso significa, pelo menos em tese, que o Estado deve ter a área de atuação da ONG na agenda de suas políticas públicas, a ONG deve ser propor adequadamente a colaborar, e ambos devem honrar os compromissos assumidos. (FACCHINI, 2005, p. 150)

A documentação disponibilizada pela Igualdade compreende os primeiros anos da ONG, datando de 1999 até 2004, contendo alguns relatórios, editais, cronogramas, termos de cooperação e material informativo. Esses documentos mostram os compromissos firmados e as parcerias estabelecidas no processo de consolidação da instituição e captação de fundos.

Foram consultados dois formulários de submissão de propostas de projetos, seis relatórios finais e de progresso e três termos de cooperação que tratam, sem exceção, de aspectos da prevenção a AIDS e promoção da cidadania entre a população travesti e transexual. A questão da prevenção é sempre abordada pois é o motivo do financiamento e da relação com o âmbito federal, ligado ao Ministério da Saúde e Coordenação Nacional de DST/AIDS, principal parceiro da Igualdade para a execução dessas ações. Magali Sperb, secretária da Igualdade, ressaltou o protagonismo do Ministério da Saúde no que diz respeito a editais de fomento para a instituição, enquanto nos âmbitos estadual e municipal se consolidam mais convênios para ações específicas e pontuais, independente de grandes projetos desenvolvidos pela instituição

Dos termos de cooperação consultados, quase todos firmam parcerias com a UNDCP - Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas através da Coordenação Nacional de DST/AIDS. Nesses documentos, além da descrição dos projetos, cláusulas que estabelecem “observar, na execução financeira, os procedimentos e diretrizes constantes do manual de ‘Instruções para Aplicação de Recursos Originários de Empréstimos do BIRD’ (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento)” já explicitam a origem do financiamento. O canal que passa do financiamento do BIRD, pela UNDCP, pelo Ministério da Saúde via Coordenação Nacional de DST/AIDS e chega até a Igualdade-RS mostra o papel central da institucionalização e do “virar ONG” para a viabilização dessas ações.

Um único convênio de cooperação, datado de junho de 2004 trata da parceria com “Pact Inc.”, organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos. Nesse documento, nos termos do Acordo Cooperativo da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) intitulado “Mecanismos de resposta rápida para atividades relativas ao HIV/AIDS - Community REACH”, a Igualdade é beneficiária de um total de 476

mil reais, a ser dividido entre gastos com pessoal, consultorias, eventos, estrutura administrativa e outros equipamentos. Não foi disponibilizado nenhum projeto ou relatório dessa cooperação. Nos termos do convênio, “aumentar as atitudes de cidadania, direitos humanos e prevenção, buscando aumentar a consciência no uso de preservativos com clientes e parceiro fixo entre transgênero nas cidades de Tramandaí, Caxias do Sul e Novo Hamburgo” ilustra uma parte da história da Igualdade, uma tentativa de expandir as ações da instituição para o interior do Rio Grande do Sul. Ao longo dos anos, as lideranças que participavam mais ativamente das filiais no interior do estado se desligaram da ONG, deixando a Igualdade-RS com sede em Porto Alegre como referência no município e nas Grande Porto Alegre no que diz respeito a assistência de pessoas travestis e transexuais.

Ainda tratando de relações institucionais da Igualdade com o Estado e poder público, os formulários de submissão de projetos também denotam uma agenda própria que se torna possível com a formalização de uma entidade independente do GAPA. “Igualdade na prevenção com caminhoneiros”, projeto realizado entre 2004 e 2005 é um desses exemplos. Oriundo de uma realidade particular, o envolvimento de travestis e transexuais com caminhoneiros nas estradas e rodovias. Nesse sentido, o projeto buscava, através de “intervenções comportamentais” nos pontos de parada de caminhoneiros aumentar o conhecimento sobre DST/HIV/Aids, incentivar o uso do preservativo com parceiro fixo e tornar cultura entre a população do uso de preservativos em todas as relações sexuais. Nos anos anteriores do projeto, entre 2002 e 2003, quase 35 mil preservativos foram distribuídos para um total de 2598 caminhoneiros. No relatório do projeto, o resultado aponta para as 38 intervenções realizadas em campo, com distribuição de mais de 20 mil preservativos entre caminhoneiros.

Nos relatórios de progresso de outros projetos, vemos o papel da AIDS e da prevenção para construção da cidadania. Em 2004, o projeto “Estratégias de Auto Cuidado e Adesão ao Tratamento para Incentivar a Cidadania de Travestis” buscava

“Continuar a desenvolver o trabalho já iniciado no ano de 2001 na redução e na incidência da infecção pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) entre travestis e transexuais, através de atividades que visem o aumento das ações de cidadania, reconhecimento da AIDS como questão social, resgate da auto-estima e acesso ampliado à rede de saúde” (IGUALDADE, 2004)

Essa descrição evidencia a AIDS como demanda necessária para a captação de recursos e fomentos, mas também como mote para o incentivo de ações de cidadania e de conscientização a respeito de direitos. Nesse projeto, fora o atraso no repasse de preservativos, também foi distribuídos material gráfico, sachês de gel e foram realizadas 23

reuniões sistemáticas de grupo e 33 intervenções em campo, além de um curso de geração de segunda renda (caixas e embalagens, produtos de limpeza, produtos de beleza), uma outra demanda por parte das travestis no que tange a capacitação para profissionalização, visando exercer outras atividades além do trabalho sexual, como veremos ainda nesse capítulo.

Dentre os relatórios finais, dois foram disponibilizados pela instituição para consulta: o do projeto “Construindo igualdade em cidadania, saúde e direitos humanos” dos anos 2000/2001 e do projeto “Redução de danos: Cidadania e Educação” dos anos 2004/2005. No primeiro, “Construindo igualdade...”, ainda nos primeiros anos de trabalho da Igualdade, o relatório compreende não somente os resultados, mas também o projeto, seu desenvolvimento e o que foi produzido no período, como cópias de material informativo e fotos.

Ao descrever a executora do projeto, o relatório evidencia a origem da Igualdade “a partir de reuniões sistemáticas dentro do GAPA/RS”. Das primeiras parcerias, vemos o apoio “da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre”. Além disso, informa sobre o recebimento de uma cota mensal de preservativos masculinos distribuídos pelo Programa Integral de Controle DST/Aids da Secretaria Estadual da Saúde.

Dos objetivos,

“reduzir a incidência da infecção pelo HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) entre as travestis e transexuais, através de atividades que visem o aumento das ações de cidadania, reconhecimento da Aids como questão social, resgate da auto estima e acesso ampliado a rede de saúde e redução de danos.”

O trabalho de campo aliado às reuniões no Mercado Público de Porto Alegre foram ferramentas para atingir esses objetivos, totalizando 580 travestis e transexuais presentes nas reuniões sistemáticas no ano do projeto e 817 atingidas nas intervenções de campo, quando o previsto eram 300. Esse é o relatório mais completo das atividades da Igualdade naqueles anos, compreendendo não somente as ações de prevenção mas também o encontro nacional realizado naquele ano, a criação da ANTRA cursos de capacitação e fotos das atividades desenvolvidas. Na conclusão do relatório, além de proposta a continuidade do referido projeto, são evidenciadas “a auto organização das travestis e transexuais, a inclusão social, o desenvolvimento da auto estima” como valores de suma importância para a instituição, considerando o município de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul como, à época, terceiro colocado no país nos casos registrados de AIDS.

Em outro relatório, do projeto “Redução de danos: Cidadania e Educação” dos anos 2004/2005, uma parceria com a Coordenação Estadual de DST/AIDS da Secretaria Estadual

da Saúde e UNESCO, o foco é demonstrar resultados do projeto que visa reduzir danos e diminuir a incidência do uso de drogas (crack, cocaína, anfetaminas inalantes, maconha, tranquilizantes, nicotina, álcool e aplicação de silicone) entre as travestis de Porto Alegre, profissionais do sexo ou não.

Através trabalho de campo que incluiu aplicação de questionários sobre conhecimento das drogas, reuniões sistemáticas com oficinas de redução de danos, visitação aos pontos de prostituição e distribuição de material gráfico (3.000 cartilhas sobre a temática do projeto), a Igualdade buscou atingir a população alvo e levar informação. O relatório também conta com o resultado dos questionários aplicados nas intervenções, com 33 respostas que demonstram o alto índice de uso de hormônios e silicone entre as travestis. Em relação ao uso de substâncias, a maioria admitiu já ter usado algum tipo de droga, como a cocaína e a cola ou uma combinação das duas substâncias.

5.3 Lideranças

Discutir o papel das lideranças no movimento de travestis e transexuais e na Igualdade para o sucesso dessas ações ao longo dos anos é fundamental para pensarmos de que forma a “personalização”, ou a concentração de funções e atividades contribui ou não para o movimento de travestis e transexuais. Mesmo no período do GAPA, a preocupação com a capacitação de lideranças que poderiam levar à frente o movimento auto-organizado de luta pelos direitos das pessoas trans é explícita entre os voluntários e percebida pelas travestis e trans que frequentavam o grupo semanal.

Dentre as entrevistadas, Alessandra, Cassandra, Marcelly e Marina estiveram em posições de destaque em algum período de sua trajetória. É importante também percebermos os movimentos sociais e as instituições, como no caso da Igualdade, como espaços de visibilidade para uma população profundamente marginalizada, que apenas recentemente se percebeu como detentora de direitos. Fernando Seffner, ex-voluntário do GAPA, fala a respeito do significado da posição de destaque dentro dos movimentos sociais e os ganhos que decorrem disso:

Pra elas tem outra coisa, é o reconhecimento. É tu entrar no teu município, daqui a pouco no conselho estadual LGBT. Aí tu ter uma reunião na prefeitura com o secretário, no salão nobre, vem o prefeito... Pra uma gente que se prostitui na esquina da voluntários da pátria, que passa os lixeiros... Quando o Marquinhos (Benedetti) fez a pesquisa, ele pode te contar lá, passa os lixeiros 3 horas da

madrugada, pegavam as coisa de lixo e jogavam nelas. O secretário recebê-las é uma coisa... dar entrevista, andar de avião...⁹¹

O movimento social e a participação de destaque nele, portanto, aparece como diferenciação em relação a outras travestis e trans, uma distinção entre as que possuem condições específicas, seja mais estudo, capacitação ou conhecimento a respeito das necessidades impostas pela militância. Os pequenos privilégios que são adquiridos através desse envolvimento também não passam despercebidos:

O movimento social também permite que tu tenha o nome de algumas autoridades no teu celular. Isso pode fazer muita diferença, na hora que a coisa aperta. Tu saber que pode ligar pra alguém, saber que tem o número de um advogado da OAB. Pra essa gente faz toda a diferença, pode fazer toda a diferença.⁹²

Para essas situações, as lideranças conhecidas acumulam informações, relações e contatos que lhes conferem mais poder e evidenciam seu papel à frente das instituições. Possuir contatos, referências, uma pessoa a quem recorrer em situações de necessidade é privilégio de quem tem visibilidade dentro do movimento.

Em relação a visibilidade, Fernando coloca que “o movimento social agrega uma auto estima que é um certo reconhecimento das autoridades. Pra uma mulher que apanha na rua, tirar fotografia do lado da Dilma...”⁹³. A construção da cidadania, nesse sentido, é não só através da auto percepção enquanto cidadãs de direitos, mas também através do reconhecimento e experiência em situações impensáveis em outras condições, como a de conhecer autoridades políticas.

Em eventos abertos para o grande público também é possível ver e ser vista enquanto integrante e liderança de movimentos sociais, como fala Seffner a respeito dos eventos e marchas de Orgulho LGBT em Porto Alegre, o que gera reconhecimento e prestígio para as que alcançam essa posição:

“Um lugar de muita visibilidade, num domingo, durante o dia, na frente das famílias: a parada gay. Lá tem um palco (...) Quem sobe no palco? Sobem as que fazem show. (...). Quando a parada começou, algumas delas irem pra lá e mostrar os peitos, às três da tarde, num domingo? Era fora do comum. Eu me lembro muito bem que as travestis faziam, baixavam o sutiã e levantavam, aquilo era uma apoteose. Quem é que tá lá no palco junto também? São os ativistas do movimento social. (...) A gente não pode menosprezar a conquista da visibilidade. Elas nunca vão ler Foucault, que visibilidade é captura, isso é uma outra coisa. A visibilidade pra algumas delas é um valor em si. Não é nem um valor para si, é em si. (...) Isso tem um efeito, estar em cima de um trio elétrico. Nos anos do governo do PT [entre

⁹¹ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

⁹² Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

⁹³ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

1989 e 2005] vinha o prefeito, vinha o Olívio Dutra, com a dona Judite [esposa de Olívio] do lado delas...”⁹⁴

É mister relacionarmos as trajetórias das entrevistadas e sua relação com os papéis de lideranças. Enquanto Alessandra Greff, como vimos no capítulo 4, decide não se envolver diretamente com a criação da associação que viria a ser a Igualdade por receio de represálias por parte de outras trans e travestis, Cassandra e Marcelly ocupam esse espaço de liderança num primeiro momento, com Marcelly dando continuidade na presidência da instituição desde o desligamento de Cassandra.

O caso de Marina Reidel é mais recente, cuja militância não é oriunda da questão da AIDS e da violência policial, mas de um lugar mais privilegiado, a escola, e através do contato com o Grupo Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade, e uma situação social que indica melhores condições na materialização e vivência da transexualidade. Por isso seu envolvimento diretamente com órgãos do governo no que diz respeito a posições de liderança se diferencia da militância desenvolvida na Igualdade ao longo dos anos. Sobre sua “descoberta” pelo movimento social e envolvimento com a militância, Marina atribui ao Somos, que dava cursos de formação na escola onde ela lecionava através de um convênio, o primeiro contato com a questão de gênero e sexualidade entre os anos de 2005 e 2006:

É, eu comecei a perceber que talvez fosse naquele lugar, que eles também falavam sobre essas temáticas, sexualidade e gênero. Então quer dizer, a gente fazia o curso e tal, era muito legal, a gente fazia o curso, eram professoras da minha escola. A gente conversava mais abertamente sobre essas temáticas, então era bem interessante. Foi um curso assim que demorou uns 4-5 meses e você vai começar a se perceber também nesse lugar.

- Aí começaram a te chamar, palestra, etc.

Não, ainda não. Foi depois que eu realmente me assumi, que aí sim que começaram. O próprio Somos me indicava, ah vai lá em Curitiba, vai lá em não sei aonde... e eu ia né. Então virou uma coisa que começou um ciclo vicioso, até.⁹⁵

Desde 2011 trabalhando com gestão de políticas públicas LGBT, Marina trilhou um caminho diferente das travestis e trans que construíram o movimento nas décadas anteriores, nunca tendo sido filiada a nenhuma instituição, embora com vínculos e diálogos estabelecidos com a rede. Ao ser questionada sobre o motivo de não se envolver mais formalmente com nenhuma ONG, a exemplo da Igualdade, atribui esse distanciamento ao trabalho nos órgãos públicos:

⁹⁴ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

⁹⁵ Entrevista concedida em 6 de setembro de 2017.

Como eu logo assumi a gestão, eu meio que deixei separado essa coisa ONG e gestão, para não misturar as coisas né. Até hoje assim, então agora mesmo, porque eu não posso, digamos, ser tendenciosa, enfim, defender uma ONG em prol de outra. Porque até isso tem atrito entre as ONGS no Brasil. Nós temos duas redes nacionais, a ANTRA e a REDETRANS e elas entram em atrito por questões pessoais. Então eu não posso ser em favor de uma, em favor de outra, até porque a gente dialoga no governo hoje com todas. Mas assim, como logo eu fui “capturada” pra gestão, trabalhei dois anos antes de ir embora pra Brasília, trabalhei dois anos gestão estadual aqui, na coordenação.⁹⁶

Mesmo com esse distanciamento, a primeira impressão que Marina causou em lideranças antigas do movimento foi de uma tentativa de captura do espaço de visibilidade e poder oferecido pela militância:

Na verdade tem os dois lados. Quando eu apareci começou aquela certo, ouvir assim “ah, lá vem aquela professorinha...”, entendeu? Uma coisa assim: nós somos putas, e tu é professora. Criou-se uma certa... uma certa resistência do movimento em realmente reconhecer, por mais que você tenha carro, profissão, você compactua com os mesmos problemas... de uma outra forma. Até eu sentia mais no Rio Grande do Sul, por parte da Igualdade, essa resistência de “ah, tu é professora”, sempre com aquela divisão. E aí o movimento nacional começou a me reconhecer mais, então parece que houve uma releitura desse processo. Mas teve essa dificuldade, assim, por conta justamente disso, de estar num outro lugar. Hoje é tranquilo, sou reconhecida como a coordenadora nacional, então parece que as pessoas mais que respeitam. Mesmo que talvez não gostem ou não queiram, mesmo estando nesse governo, que as pessoas têm críticas à ele, mas a gente tem pelo menos esse respeito.⁹⁷

O papel da Igualdade e de suas lideranças, enquanto referência na questão travesti e transexual, como apresentado por Marina, torna-se único, como se não fosse possível outra forma de militância. Com o histórico de uma situação de marginalização e invisibilidade, é compreensível que a Igualdade e suas militantes tenham um senso de proteção quanto ao espaço conquistado dentro do movimento LGBT. Marina relata sobre o relacionamento com a Igualdade, e ao ser questionada se essa relação foi prejudicada pela origem e trajetória distinta, coloca:

É, no início foi. É, teve assim, não se foi da parte da Marcelly... É aquela coisa, né, tu tá chegando nova, daqui um pouco tu está sendo vista por um outro olhar e tem um certo olhar da resistência. Mas isso superou, porque depois quando eu assumi a gestão estadual aí ela, sabe, se aproximou para dialogar. Depois a gente teve uma relação mais próxima, de amizade. Depois indo pra Brasília, numa outra esfera, ela meio que não sei se ela reconheceu, se mudou o pensamento. Porque da minha parte não tinha problema nenhum. Tinha uma certa resistência deles, da Igualdade, de eu estar lá naquele lugar. Foi superado depois, mas claro, a medida que você vai crescendo as pessoas começam a te ver, tem um reconhecimento.⁹⁸

O papel da Igualdade e de suas lideranças, enquanto referência na questão travesti e transexual, como apresentado por Marina, torna-se único, como se não fosse possível outra

⁹⁶Entrevista concedida em 6 de setembro de 2017.

⁹⁷Entrevista concedida em 6 de setembro de 2017.

⁹⁸Entrevista concedida em 6 de setembro de 2017.

forma de militância. A entrada de Marina na esfera federal, como ela indica, também sinalizou uma mudança de comportamento em relação a sua participação no movimento, com mais receptividade e abertura. A visibilidade que recebeu ao se envolver com a militância foi, para ela, uma consequência inesperada, visto que trilhou um caminho não usual, como coloca: Na verdade não foi nada assim pensado, “ah eu vou fazer isso pra chegar lá”. Não, as coisas foram acontecendo à medida que... eu não deixei de ser profissional, continuei trabalhando, mas isso começou a dar uma visibilidade, né.⁹⁹

Marina também reconhece o papel central que a Igualdade tem enquanto referência para a população travesti e trans, enfatizando a liderança de Marcelly Malta como atual coordenadora da instituição:

Na verdade acho que nem é isso, a questão social. É a questão mesmo de ser aquele lugar um ponto de referência. Pras travestis principalmente, e pras trans. Tanto as meninas que moram na Europa quanto as meninas que moram no Brasil procuram a Marcelly para qualquer coisa, entendeu? Porque acaba sendo também um local de referência. Até eu tava lá hoje à tarde e um liga, outro liga, não sei o que. Claro que elas vão por alguma necessidade, até pegar preservativo. Mas elas vão lá, entende? Acaba ficando um vínculo de relação, eu acho também.¹⁰⁰

Após o afastamento de Cassandra, primeira coordenadora da Igualdade que hoje vive em Paris, Marcelly assumiu a coordenação da instituição, mantendo-se até hoje no cargo. Outras também reconhecem a liderança de Marcelly enquanto fundamental para representar a entidade em outros espaços. Joyce, ao falar do trabalho de prevenção realizado pela Igualdade, cita Marcelly como referência em mais de uma ocasião: “Há outros estados no Brasil e a gente faz esse trabalho, né, e em frente à Marcelly como referência da Igualdade Rio Grande do Sul e a gente mostra esse trabalho em outros estados do Brasil.”¹⁰¹

Os problemas de centralizar a imagem da instituição em uma única pessoa, como é o caso da Igualdade, cuja equipe atual consiste na secretária Magali, na agente Joyce e na coordenadora Marcelly, é que personaliza o movimento e dificulta a integração e horizontalidade, como coloca Fernando Seffner:

Esse movimento delas é marcado por uma visão muito autoritária do que é um ONG. As ONGs são assim: a Igualdade da Marcelly, a ANTRA da fulana, da Giovana Baby (...) Não existe democracia, não existe representatividade, elas querem o cargo para si (...) as travestis em particular. A Marcelly assim, na Igualdade tu não vai encontrar um catálogo com os telefones importantes. A Marcelly faz questão de dizer pra mim “eu tenho tudo aqui [*aponta celular*], o telefone do coronel lá que a gente trata” Não pode ser assim. Não quero dizer pra ela “Marcelly tu pode morrer, ter um ataque do coração” (...). Mas é uma centralização.

⁹⁹ Entrevista concedida em 6 de setembro de 2017.

¹⁰⁰ Entrevista concedida em 6 de setembro de 2017.

¹⁰¹ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

Então ele nunca vai ligar pra Igualdade, o coronel ele vai ligar pra Marcelly. Isso prejudica muito”¹⁰²

Um exemplo dessa dificuldade de integração é o fato de Alessandra Greff ter mencionado um distanciamento da Igualdade com base na liderança exercida por Marcelly dentro da instituição, como reconhece: “É a instituição Igualdade tá muito centrada na pessoa da Marcelly Malta e ela apropria e defende muito a Igualdade. Até entendo algumas questões mas fica muito voltada nela, né. E nas pessoas que ela tem mais confiança, então não expande tanto pra outras, não tem esse gás.”¹⁰³. Numa situação específica, quando precisou de assistência jurídica, Alessandra enfatiza a decisão de não utilizar os serviços prestados pela Igualdade:

Eu não simpatizo com algumas questões da Marcelly. Uma vez eu tive uma situação e recorri ao Nuances, o nuances me atendeu, tive um apoio jurídico (...) Mas o próprio Célio Golin [*fundador do nuances*] disse: “tu tem que procurar a associação de travestis da próxima vez. E eu não me sentia confortável de recorrer à Marcelly e ao grupo de travestis e transexuais. (...)”¹⁰⁴

Cassandra Fontoura identifica os problemas da personalização da liderança dos movimentos sociais e organizações numa única figura:

As pessoas entram e não querem mais passar o cargo, a coroa como dizem... Eu acho que as pessoas tem mais interesse. Se tivesse outras que tivessem interesse elas também iam se impôr, entende? Acho que tem ter uma rotatividade, novas experiências, novas idéias... Mas as pessoas continuam como uma “cacica”, uma rainha, não querem passar a coroa... Falta interesse das outras também, é uma responsabilidade, não é ir assim, tem que ter uma certa estrutura, responsabilidade. Às vezes é falta de interesse das pessoas, eu acho também.¹⁰⁵

Há, também um entendimento a respeito do que a posição enquanto militante e líder dentro do movimento significa, como reflete Fernando Seffner: “O movimento social virou pra algumas delas um pouco de carreira. Às vezes não é dinheiro, é uma coisas que elas nunca tiveram.”¹⁰⁶ A “carreira”, nesse caso, seria a possibilidade de visibilidade e a acumulação de uma certa forma de poder, seja através de relações ou de conhecimentos adquiridos através da militância. Alessandra, com essa percepção, reconhece que o que Marcelly possui que a diferencia de outras travestis e trans que pudessem vir a exercer papéis de liderança e destaque dentro do movimento é informação e conhecimento que possibilitaram sua longevidade à frente da instituição:

¹⁰² Entrevista concedida em 18 de setembro de 2017.

¹⁰³ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

¹⁰⁴ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017

¹⁰⁵ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

¹⁰⁶ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2017.

mas acho complicado que fica aquela coisa assim ó, quem tem a informação tem o poder. Saber é poder. Então eu sempre senti muito isso da Marcelly, tanto é que a Marcelly é a presidente da associação até hoje. Então assim como eu me afastei, muitas se afastam também, por divergirem de algumas questões.¹⁰⁷

Cassandra também corrobora com essa visão ao mencionar que a posição implica responsabilidade. Nesse sentido, lideranças personalizadas, embora sirvam para dar um rosto conhecido e conferir credibilidade ao movimento, visto que possibilitam uma certa constância de valores e projetos, em outros aspectos segregam e afastam outros militantes que não fazem parte do grupo mais próximo à liderança em questão, como foi a referência de Marcelly Malta. Apesar disso, é mister percebermos como esse caráter pessoal adquirido pelo movimento também é responsável pela relação entre os movimentos e as trajetórias dessas militantes.

No caso da Igualdade e Marcelly Malta, o sucesso das ações da Igualdade enquanto instituição se misturam com suas conquistas pessoais, e é a partir das vitórias ao longo desse período que podemos refletir sobre os avanços e ganhos do movimento nos últimos anos, com foco nas demandas construídas coletivamente.

5.4 Vitórias e demandas

Analisar a organização das travestis e transexuais em Porto Alegre, suas atividades enquanto instituição não-governamental e o papel de suas lideranças é fundamental para compreendermos as conquistas desse engajamento, de forma a fazermos um balanço desses anos de ações. A mudança do caráter e teor das demandas evidencia ganhos ao longo dos anos, mas também reitera que a luta por direitos humanos e extensão destes a todas as pessoas trans ainda é uma questão presente nos dias de hoje. Além disso, a diversificação intramovimentos LGBT, com novas identidades com demandas de visibilidade dividindo espaços de militância e na gestão de políticas públicas, a exemplo dos homens trans e dos intersexuais, o debate de gênero transforma-se em central para a construção de novas demandas coletivas no que diz respeito ao reconhecimento dessas identidades e sua representação.

Enquanto frequentavam o GAP, as primeiras demandas das travestis se referiam diretamente à questões imediatas de sobrevivência. Violência policial motivada pelo estigma, epidemia de AIDS, falta de assistência em serviços de saúde e a marginalização oriunda do afastamento da família, da falta de atenção do Estado para com a população, em sua maioria

¹⁰⁷ Entrevista concedida em 8 de setembro de 2017.

profissionais do sexo, pautaram as primeiras demandas do grupo no GAPA e, mais tarde, a Igualdade. É com base nas experiências comuns e trajetórias semelhantes que se organizam as primeiras demandas da Igualdade e se desenvolvem suas primeiras ações. Ainda no GAPA, a questão da violência policial é preponderante em relação a outras demandas, e é por intermédio da ação do GAPA com o Estado que, de forma inicial, as travestis passam a ter contato menos violento com as forças policiais e seus mecanismos de repressão.

O afastamento da família, da escola, da cidade natal e a prostituição como possibilidade de ganhos materiais num contexto de marginalização são pontos em comum que aglutinam essas demandas e interesses, manifestos nas primeiras ações da instituição, como cursos de capacitação profissional e alfabetização voltados para a população trans. No relatório do projeto “Construindo igualdade em cidadania, saúde e direitos humanos”¹⁰⁸ são descritas as atividades de um curso de alfabetização com duração de 10 meses no ano de 2001, uma parceria da Igualdade com a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Educação/Mova (Movimento de Alfabetização de Adultos). O curso tinha como objetivo capacitar travestis e trans para além do trabalho sexual, possibilitando a reaproximação com o ambiente escolar após o afastamento motivado pelo preconceito. Quando questionada a respeito de conquistas marcantes, Cassandra Fontoura lembra do curso de corte e costura e do livro de Alexandre Boer, editado em 2003:

Uma luta foi esse curso de corte e costura, que a gente teve uma parceria da prefeitura, e todas as dificuldades... A gente conseguiu fazer, conseguiu formas as gurias, um grande desfile. O livro também, que contava histórias de travestis em Porto Alegre, a sede, essas coisas tudo. A gente tem um objetivo e as coisas começam a se organizar. No início a gente não tinha nada, era uma pastinha embaixo do braço... Uma pastinha vermelha.¹⁰⁹

Em 2002, Marcelly Malta ministrou o curso “Nova abordagem para profissionais do sexo” para alunos soldados da Brigada Militar (MEU TEMPO, 2008), outro sinal da mudança nas relações com Estado e o poder público. Por um lado, a Igualdade se beneficiou da política de AIDS empreendida pelo Ministério da Saúde, responsável pelos editais e pelos fomentos à outras ONGs no Brasil. Por outro, os sucessivos mandatos de políticos do Partido dos Trabalhadores (1989-2005) na prefeitura de Porto Alegre deram abertura para parcerias e convênios que melhoraram as condições de vida da população trans. O financiamento por parte do Ministério da Saúde ainda é uma realidade dentro das organizações não-

¹⁰⁸ Ver p. 112.

¹⁰⁹ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

governamentais voltadas para a prevenção à AIDS, por isso a permanência de pautas e demandas em relação à prevenção e aliadas a questões de cidadania e direitos humanos.

No quarto capítulo vimos como a questão da AIDS e da saúde só passa a tornar-se relevante a partir da percepção, motivada pelas intervenções e oficinas com voluntários do GAPA, de que também eram sujeitos de direito cujas vidas “valiam à pena”. Num primeiro momento, portanto, organizam-se demandas em relação à sobrevivência da população para que, mais tarde, e através do estabelecimento de redes, contatos com outros estados e instituições semelhantes, sejam construídas pautas unificadas com foco no acesso à cidadania e outros direitos.

É a partir desse contexto de luta por cidadania que demandas a respeito de reconhecimento de identidade de gênero, questões relativas à nome social e atendimento psicológico às pessoas travestis e transexuais se tornam mais presentes. Mario Carvalho (2011) fala da emergência da travesti como categoria identitária a partir da década de 1980, em oposição a um “estar em travesti” já descrito por James Green (2000) como característico de décadas anteriores, relacionado ao carnaval e aos bailes de fantasia. Essa emergência da travesti como identidade também é influenciada pelo acesso a recursos fármacos e tecnologias que possibilitam a materialização do gênero através dessas práticas, como coloca Elias Veras (2017) ao tratar da emergência de um sujeito travesti a partir das margens e de um dispositivo farmacopornográfico.

Além da questão travesti, insere-se também nesse debate a questão da transexualidade e outras identidades que passam a fazer parte do espectro trans. Inicialmente, podemos pensar a transexualidade como emergente num contexto mais recente, a partir da metade da década de 1990, com maior representatividade e entendimento mesmo por parte do movimento LGBT a partir do início da década de 2000 (CARVALHO, 2011). Uma identidade pautada pela aproximação com o discurso médico e uma explicação científica para a não identificação com o gênero designado ao nascer. É importante também pensar a questão de classe no que diz respeito à emergência da transexualidade, visto que é um conceito mais recente, apropriado por pessoas que, em consonância com nomenclaturas e categorias estrangeiras, possuem mais condições materiais para explicar a não-conformidade de gênero. Nesse sentido, há uma questão de classe que separa as primeiras travestis das transexuais. A relação estabelecida entre as duas categorias, além de uma questão identitária, é também política, como coloca Mario Carvalho:

No pano de fundo do processo de construção da categoria “transexual” em uma identidade política diferente da de “travesti”, há que se levar em consideração a

popularização do vocabulário médico-psiquiátrico e a disponibilização de tecnologias de “mudança de sexo” nos serviços públicos de saúde. Em 1997, as cirurgias de transgenitalização deixam de ser consideradas crime de mutilação e passam a ser realizadas em caráter experimental em alguns hospitais universitários do país, segundo a Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM). Nesse novo cenário, configura-se uma aliança estratégica de militantes do Coletivo Nacional de Transexuais com setores progressistas da academia. Essa aliança, em certa medida existente até hoje, foi responsável por uma série de avanços nas políticas públicas de saúde voltadas para a população transexual e, ao mesmo tempo, por consolidar essa identidade como diferente da identidade travesti. (CARVALHO, 2011, p. 43)

Entre as entrevistadas não houve um papel preponderante da questão das categorias identitárias no momento de definirem sua militância ou descreverem sua trajetória, o que denota o caráter mais estratégico dessas nomenclaturas no que diz respeito ao fazer políticas públicas para a população trans. Carvalho ainda aponta que, estando as travestis como população-alvo principal das ações do Ministério da Saúde em relação à epidemia de AIDS, a utilização dessas categorias é também operacional, necessária para a captação de recursos e fomentos, um processo de “SIDAnização” e uso da AIDS como “bioidentidade” para classificar esses grupos (PELÚCIO, 2009).

Marina Reidel, questionada sobre a diferença entre categorias travesti/transexual, também reitera sua provisionalidade e construção individual, mencionando também o termo “transgênero”, que serviria de guarda-chuva para identidades trans, porém foi rejeitado pelo movimento:

Primeiro que são duas identidades políticas. Claro que quem começou tudo foram as travestis nos anos 1990, 2000, por conta do advindo da AIDS, né. Mas elas começaram a reivindicar a luta né, todo esse processo. Depois vieram as transexuais que começaram a se compreender, de um outro entendimento, outra identidade. Vai ter mesmo esse conflito de “não, eu sou transexual” ou “eu sou travesti”. Mas o movimento não reconhece “transgênero”, ainda há uma certa resistência em reconhecer “transgênero”. Porque parece assim que transgênero é uma coisa meio higienizada, uma palavra da academia, uma palavra internacional, então as pessoas não querem atrelar isso a esse processo. E na última conferência, de 2016, ficou definido como travestis e transexuais, homens trans e mulheres trans. Então meio que os transgêneros não se contemplam. Agora fala, umas pessoas meio que se assumem... mas ainda é um lugar meio complicado de discutir e de representar também. E as pessoas sempre perguntam, quando vai fazer uma fala “qual a diferença entre travestis e transexuais”, “o que é transgênero?” e eu digo “olha, são tudo identidades”, né, e diferenças mesmo não tem muitas, a gente se identifica e deu! A própria Rogéria que morreu ontem, anteontem... ela sempre dizia que ela era travesti mas que nunca perdeu a identidade do Astolfo, porque ela gostava de ser o Astolfo, então é muito individual essas questões. Aí tu vai ver, aff, vai dar um nó na cabeça das pessoas.¹¹⁰

Para o Estado, portanto, é necessário que hajam distinções e definições entre travestis e transexuais, seja no desejo de fazer cirurgias de redesignação sexual ou outra característica

¹¹⁰ Entrevista concedida em 6 de setembro de 2017.

diferenciadora. Pensar a Teoria Queer nesse contexto é desafiador dado o engessamento dessas identidades, mas possível a partir do momento em que consideramos não só as demandas e interesses coletivos, mas também questões individuais no processo de constituição de si enquanto corpos generificados. Embora as entrevistadas tenham pontos em comum em suas trajetórias, cada uma dependeu de condições distintas para, através de um campo de referências, construir uma forma de materializar gênero. A Teoria Queer, nesse sentido, nos auxilia ao vermos corpos históricos, em movimento, que, em situações estratégicas, se unem sob pautas comuns para ganhos coletivos.

Pensar gênero nesses movimentos sociais só é possível a partir da atenção a pautas elementares que dizem respeito à sobrevivência, como a violência policial e AIDS, como coloca Marina Reidel:

A luta ainda é pela sobrevivência, né, por conta da violência que eu acho que é o principal objetivo da gente, tentar diminuir essa violência né. Mas a gente teve um avanço muito grande nessas políticas, se você parar para pensar que nos anos 90 mesmo era a questão da AIDS. Claro que as pessoas continuam com HIV, continuam morrendo, porque também tem uma outra questão que daí a pessoa não quer se tratar, não quer tratamento, como teve vários casos aqui no Rio Grande do Sul há poucos dias [*se refere à morte da ativista de São Leopoldo Renata Crystina Seibert e Juliana Martinelli, em 17 e 16 de agosto de 2017*]. Mas naquela época era o HIV, era a AIDS o mote principal pra lutar por alguns direitos. Então acho que superou um pouco esse processo e as pessoas começaram a entrar em outros espaços. As próprias meninas do movimento começaram a reivindicar outros lugares, “nós queremos isso na saúde, isso na educação”. Começaram a pautar algumas coisas que foram importantes para construir algumas políticas. Por exemplo, o próprio reconhecimento do nome social hoje que claro, como diz a Berenice Bento, é uma “gambiarra legal”, mas ainda é um processo que para muitas pessoas vai ser esse. Tem pessoas que não vão querer retificar o nome, que não vão querer mudar os documentos, que querem continuar com o nome que nasceram, e criar essa situação de confronto. Por exemplo, hoje você consegue mudar o nome em vários lugares: no SUS, CPF, título de eleitor... Isso são alguns avanços que deram conta de uma série de lutas que vêm de muito tempo. A própria questão da prova do ENEM, hoje se pode ter o nome social na prova do ENEM. Quer dizer, aí já é um avanço. Tudo foi reivindicação do próprio movimento.¹¹¹

Além dos editais e fomentos que viabilizam ações locais, campanhas nacionais vinculadas ao Ministério da Saúde inauguram uma nova fase que fala de reconhecimento para além do estigma da AIDS, a exemplo de campanhas do Programa Nacional de DST/Aids como “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.”, veiculada em 2004. Em 2010, outra campanha “Sou trans/travesti, tenho direito de ser quem eu sou” também há uma mensagem positivada em relação a questão de gênero, como vemos no banner estampado por Marcelly Malta.

¹¹¹ Entrevista concedida em 6 de setembro de 2017.



Pautas e demandas como a cirurgia de redesignação genital disponível pelo SUS, a possibilidade de utilização de nome social e, mais recentemente, a alteração de nome e gênero no registro civil só se tornam possíveis num contexto de posituação da figura da travesti e transexual, e é nesse sentido que há uma continuidade e consonância do trabalho de desenvolver conceitos de cidadania, desde os tempos do GAPA, até o presente momento com o trabalho longo da Igualdade.

Como referência para a população travesti e trans em Porto Alegre e na região metropolitana, a Igualdade se constituiu como órgão de atenção às pessoas trans, como evidenciado por Marina Reidel, que também marca a importância de Marcelly para essa posição alcançada pela instituição:

É a questão mesmo de ser aquele lugar um ponto de referência. Pras travestis principalmente, e pras trans. Tanto as meninas que moram na Europa quanto as meninas que moram no Brasil procuram a Marcelly para qualquer coisa, entendeu? Porque acaba sendo também um local de referência. Até eu tava lá hoje à tarde e um liga, outro liga, não sei o que. Claro que elas vão por alguma necessidade, até pegar

preservativo. Mas elas vão lá, entende? Acaba ficando um vínculo de relação, eu acho também.¹¹²

Num movimento que se constitui com demandas imediatas que dizem respeito não só à cidadania, mas também “direito de viver”, o papel das organizações locais, como é o caso da Igualdade, seus agentes e sua interação com o contexto mais amplo se evidenciam como ferramentas de visibilidade, assistência e referência para uma população que, apesar dos ganhos materiais sensíveis ao longo dos anos, ainda é marginalizada e estigmatizada por transitar por lugares alhures à heterocisnormatividade. Considerando isso, não se esgotam as demandas e os debates que cercam a questão, embora os avanços sejam notórios.

A Igualdade se consolida enquanto referência para a população travesti e transexual através de ações financiadas por editais e parcerias com o Estado. As redes com outras entidades denotam o grau de institucionalização dos movimentos sociais, e as lideranças aparecem como peças chave num movimento que valoriza a visibilidade, representatividade e as relações e contatos estabelecidos.

¹¹² Entrevista concedida em 6 de setembro de 2017.

6. Considerações Finais

Essa seção pretende retomar alguns aspectos abordados ao longo do trabalho e identificar resultados e respostas para os questionamentos propostos no início da pesquisa, bem como suas implicações para a área de estudo. Para isso, é necessário retomarmos a temática e a metodologia utilizada para responder os problemas do presente trabalho, além de tratarmos do processo de pesquisa e suas implicações.

Inicialmente, reiteramos a proposta de tratar a respeito do movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre no período que compreende a criação do GAPA/RS e a consolidação da Igualdade, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul (1989-2010), a questão das trajetórias individuais e identidades dentro desse movimento e o papel das lideranças no processo de consolidação e longevidade das organizações que atuam com a população trans.

Para responder a esses questionamentos, em primeiro lugar, discorreremos sobre um longo corpus teórico que permitiu que compreendêssemos melhor aspectos que particularizam as vivências travestis e transexuais numa sociedade cisheteronormativa. Nesse sentido, foi mister localizar o debate a respeito de gênero e, principalmente, a respeito de uma política de identidade que recai em essencialismos e modelos fixos e estereotipados do que é ser homossexual mas que é rompida com a disseminação da AIDS primeiramente entre a população LGBT, inviabilizando o discurso positivador em relação à “identidade” homossexual e novamente relegando-a a marginalidade. É nesse contexto que surge a Teoria Queer como ferramenta para complexificar e desfazer os binarismos e essencialismos biológicos que são atribuídos às categorias em questão, e que nos auxilia ao pensar gênero enquanto prática performativa a partir da significação dos corpos (BUTLER, 2016).

Através do reconhecimento da importância da materialidade, foi possível pontuar aspectos a respeito de um corpo marcado por histórias e por discursos que se materializam através de práticas que constroem gênero. A emergência da travesti enquanto categoria identitária é um fenômeno decorrente dessas práticas, marcada pela centralidade nos corpos e em tecnologias que os moldam de acordo com discursos reconhecidos sobre feminilidade e “ser mulher” que mediam a materialização de gênero. Perceber o corpo também como espaço passível de mudança, de afirmação e com uma história, ou uma genealogia, foi o ponto de partida para acompanharmos as trajetórias individuais.

As particularidades das trajetórias foram abordadas através da metodologia da História Oral, com destaque para a História Oral Queer enquanto possibilidade de conjugar teoria e

prática. Assim, analisar o conjunto de entrevistas sob a perspectiva da história oral queer significou considerar a importância da materialidade do corpo para compreender as práticas discursivas que cercavam a reconstrução e resignificação das memórias por parte das entrevistadas. Nesse sentido, os relatos de Marina Reidel, Alessandra Greff, Joyce da Silva, Veruska de Mattos, Cassandra Fontoura e Marcelly Malta, embora particulares em suas questões individuais, se assemelham em diversos pontos, lugares comuns na experiência de ser e afirmar-se enquanto travesti ou transexual.

Dentre os lugares comuns, o preconceito enfrentado na infância dentro do ambiente familiar, o precoce contato com a sexualidade considerada desviante e uma identificação com a homossexualidade, primeiro indicador da percepção da diferença em relação à heterossexualidade. A partir disso, o afastamento da família e da escola coloca as travestis em posição marginal, o que contribui para o grande número de profissionais do sexo. A vivência na Europa também aproxima algumas das entrevistadas. Esses pontos de convergência não apontaram, entretanto, para um modelo fixo de travestilidade ou transexualidade nem pré-requisitos para o envolvimento com os movimentos sociais, mas sim atestaram as razões profunda marginalização da população travesti e trans, também influenciada por questões sociais, econômicas e geracionais.

Um grupo desassistido pelo poder público e pelo sistema de saúde, sofrendo com o preconceito e a violência policial tem seu denominador comum acrescido da emergência da epidemia de AIDS e das respostas da sociedade civil a esse problema de saúde pública. No caso do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, é a partir de 1989, ano de fundação do GAPA/RS que as travestis e transexuais passam a poder recorrer a alguma entidade. Os relatos dos voluntários do GAPA contaram que à época do início dos grupos de trabalho e das ações de campo que foram responsáveis pelo acesso das travestis à instituição, o foco era a distribuição de preservativos e de material informativo sobre prevenção ao HIV. Foi através de um grupo de voluntários que organizou o Núcleo de Estudos da Prostituição (NAESP) que as reuniões semanais com as travestis passaram a ocorrer. É aí que percebemos um ponto de inflexão nas trajetórias e a mudança promovida pelo GAPA. Uma das descobertas nas entrevistas com os voluntários é que havia um projeto específico de formação, desenvolvimento de lideranças e difusão de valores de cidadania e auto-cuidado entre as travestis e, desde o princípio, a idéia de fomentar a auto-organização de forma que, em dado momento, uma entidade própria fosse criada como de fato ocorreu com a Igualdade em 1999.

É no GAPA que as travestis encontram vazão para suas demandas não só no que diz respeito a epidemia de AIDS e outras DSTs, mas principalmente questões de seu cotidiano.

Antes de acessarem o GAPA, a própria epidemia é considerada problema secundário dada a violência com que eram tratadas pela polícia e outras circunstâncias de insegurança que viviam. O GAPA atua como intermediário, uma ponte facilitadora da comunicação entre o Estado e esse grupo marginalizado, exercendo uma certa autoridade que foi decisiva para a diminuição da violência policial decorrente do estigma da população travesti e transexual. Nos relatos das travestis e trans entrevistadas, fica evidente o papel do GAPA enquanto instituição de referência para a população trans antes da criação da Igualdade. É por meio dessas ações que o GAPA se constitui como espaço de sociabilidade para a população trans além da rua, dotando as travestis que lá frequentavam conceitos de cidadania através de um discurso de valorização que mobilizou-as enquanto grupo.

A percepção do papel da AIDS e do trabalho do GAPA como eventos catalisadores para a organização formal da população travesti e transexual em Porto Alegre, comprovado nas entrevistas, foi central para a compreensão da dimensão da importância das ações desenvolvidas. Esse processo, que culmina com a criação da Igualdade, ou seja, as ações de prevenção e o trabalho semanal através das oficinas de capacitação foram decisivos para que a auto-organização das travestis e trans resultasse em uma entidade que aglutinasse demandas coletivas para além da AIDS e DSTs, mas avançando em questões de Cidadania e Direitos Humanos. O GAPA deixa de representar a população travesti e transexual e de dar conta de suas demandas enquanto possibilita e capacita para a auto-organização, fomentando e desenvolvendo lideranças dentro do grupo que frequentava as reuniões na instituição.

É a partir da formalização da Igualdade em 1999 que percebemos os efeitos do afastamento do GAPA e o “caminhar com as próprias pernas” necessário para a trajetória da instituição, que passa a ter que lidar com questões burocráticas e políticas, mas também dispõe de autonomia. No material analisado, se explicita a ligação da Igualdade com os fomentos do Ministério da Saúde para o controle da epidemia de AIDS e a necessidade de firmar parcerias e aplicar para editais para o funcionamento entidade.

No que diz respeito às ações da Igualdade, é correto dizer que são uma continuidade do trabalho desenvolvido nos anos do GAPA, com foco em prevenção (temática necessária para o fomento federal) através do trabalho de campo e das reuniões semanais envolvendo aspectos de cidadania e Direitos Humanos. O que acontece com a formalização e autonomia da instituição, portanto, é uma mudança nos agentes que desenvolvem essas ações, dotando de protagonismo as travestis e transexuais envolvidas, em sua maioria interpeladas pelas ações de capacitação do GAPA.

É através da autonomia da Igualdade, e do mesmo processo ocorrendo em outros locais no Brasil que a instituição passa a se organizar em redes, estabelecendo relações e cooperações com entidades semelhantes, fortalecendo o movimento no âmbito nacional. A formalização dessas redes também denota o caráter institucionalizado desses movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Nesse ínterim, também analisou-se o papel das lideranças para o sucesso das ações e dos projetos da Igualdade. O que se percebeu foi como a longeva liderança de Marcelly Malta à frente da instituição deu um caráter pessoal à entidade, afastando pessoas que não compartilham de seu círculo de amizade. É fundamental também mencionarmos o quanto os movimentos sociais possibilitam contatos e criam relações de poder que se qualificam, como colocado, uma “carreira”. Além disso, não se pode minimizar o papel da importância da visibilidade positiva dada pelos movimentos sociais, considerando o contexto de discriminação e marginalização historicamente vivenciado pelas travestis e transexuais. Nesse sentido, a liderança de Marcelly aparece também enquanto valor positivo associado à visibilidade da instituição.

O que se percebe, ao fim, é uma sucessão de dicotomias. As vitórias ao longo desses anos de organização apontam para uma mudança sensível nas condições de vida da população trans, embora o Brasil ainda seja o país que mais mata por LGBTfobia no mundo. A epidemia de AIDS, embora um ponto de inflexão na política de identidade que valorizava o estereótipo do homossexual masculino, foi catalisadora da organização formal da população travesti e transexual, invisibilizada pelo estigma, possibilitando o primeiro contato com uma instituição de referência tanto em relação a saúde quanto a outros problemas, como foi o caso da violência policial. Em Porto Alegre, o GAPA foi essa instituição referência antes da criação da Igualdade, que passa a atuar como promotora de direitos e cidadania, tendo a prevenção a AIDS como pauta e demanda primordial. Das trajetórias que de alguma forma participaram do processo que culminou na Igualdade, percebe-se que o principal valor cultivado pelo GAPA, a noção de ser uma pessoa dotada de cidadania é um ponto comum, mostrando os avanços entre uma população que ainda luta para viver, mas possui a certeza de que isso é um direito universal.

7. Lista de entrevistas e documentos

Entrevistas realizadas

- Entrevista com Alessandra Greff. Porto Alegre, 08/09/2017.
Entrevista com Cassandra Fontoura, 03/10/2017 (por skype).
Entrevista com Fernando Seffner. Porto Alegre, 18/09/2017.
Entrevista com Gerson Barreto Winkler. Porto Alegre, 30/08/2017.
Entrevista com Joyce Maria da Silva. Porto Alegre, 11/09/2017.
Entrevista com Karen Bruck. Porto Alegre, 17/07/2018.
Entrevista com Marcos Benedetti. Porto Alegre, 24/07/2017.
Entrevista com Magali Sperb Barbachan. Porto Alegre, 30/08/2017.
Entrevista com Marina Reidel. Porto Alegre, 06/09/2017.
Entrevista com Veruska de Matos. Porto Alegre, 12/09/2017.

Entrevistas a outros meios

- MALTA, Marcelly. A força no reflexo: entrevista [julho, 2017]. Porto Alegre: Escola Superior de Propaganda e Marketing, curso de Jornalismo. Entrevista concedida a Gian Carlos Panisson e Leonardo Kaller.
MALTA, Marcelly. História de vida e ação política. [21 setembro 2015]. Porto Alegre: Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS).

Documentos consultados

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS - ANTRA. Estatuto Social. Curitiba, 26 abr. 2001.
ASSOCIAÇÃO DE TRANSGENEROS DE CAXIAS DO SUL. Relatório de Progresso Subprojeto Prevenção e Auto-Organização. Caxias do Sul, 2004-2005.
ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS DO RS. Estatutos Sociais. Porto Alegre, [1998?].
COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST/AIDS. Termo de cooperação de financiamento de subprojeto que entre si celebram a Secretaria de Políticas de Saúde, do Ministério da Saúde e a Associação de Travestis e Transexuais do RS - Igualdade, com interveniência do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas - UNDCP. Brasília, 10 dez. 2001.
IGUALDADE. Formulário de Projeto de Transição - Igualdade na prevenção com caminhoneiros. Porto Alegre, 2005.
_____. Formulário de proposta de projeto - Construindo Igualdade em Saúde, Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre, [2000?].
_____. Relatório de Progresso Final Subprojeto Estratégias de Auto Cuidado e Adesão ao Tratamento para Incentivar a Cidadania de Travestis. Porto Alegre, 2004.
_____. Relatório de Progresso Final Subprojeto Igualdade na Prevenção com Caminhoneiros. Porto Alegre, 2004.
_____. Relatório Final Projeto Construindo Igualdade em Cidadania, Saúde e Direitos Humanos. Porto Alegre, 2001.

_____. Relatório Final Projeto Redução de Danos Cidadania e Educação. Porto Alegre, 2005.

PACT INC. Convênio de cooperação adjudicado pela Pact, Inc. à Associação de Travestis e Transexuais do RS - Igualdade. [S.L.], jun. 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O CONTROLE INTERNACIONAL DE DROGAS - UNDCP. Termo de cooperação de financiamento de subcontrato que entre si celebram o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas - UNDCP e a Associação de Travestis e Transexuais do RS - Igualdade. Brasília, 10 jul. 2002.

Projeto de organização do III Encontro Nacional da Rede Nacional de Travestis - RENATA. Porto Alegre, 1999. 1 arquivo rtf.

8. Referências

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANJOS, Gabriele dos. A sexualidade é política: atuação, identidade e estratégias de manutenção de um grupo gay em Porto Alegre. 1999. 224 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- BARATA, Germana Fernandes. A primeira década da AIDS no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983 a 1992). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Acesso em: 2018-01-31.
- BENEDETTI, Marcos R. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENEDETTI, Marcos; ALMEIDA, Carla. "Te articula bicha!" - a auto-organização como princípio de trabalho na prevenção de DST/AIDS (resumo). Porto Alegre, [entre 1992 e 1999].
- BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- BÖER, Alexandre (org.) Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre. Porto Alegre: Igualdade, 2003.
- BORNSTEIN, Kate; BERGMAN, S. Bear. Gender Outlaws: the next generation. Berkeley: Seal Press, 2010.
- BOYD, Nan. Who Is the Subject?: Queer Theory Meets Oral History. Journal of the History of Sexuality, v. 17, n. 2, pp. 177-189, mai. 2008.
- BOYD, Nan; RAMÍREZ, Horacio (orgs.). Bodies of Evidence: The Practice of Queer Oral History. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016a.
- _____. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b.
- _____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- _____. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.
- BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. Dispossession: The Performative in the Political. Cambridge: Polity Press, 2013.
- CARRIJO, Gilson Goulart. Poses, posses e cenários: as fotografias como narrativas da conquista da Europa. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 525-538, jun. 2016. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200013/22859>>. Acesso em: 24 out. 2017.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. 147p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

_____. “Muito prazer, eu existo!” Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil. 2015. 261p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso>.

COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

DIVINAS Divas. Direção e Produção de Leandra Leal. Brasil, 2016.

DUQUE, Tiago. Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 489-500, Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 maio 2017.

EPSTEIN, Debbie; JOHNSON, Richard. *Schooling Sexualities*. Buckingham: Open University Press, 1998.

FACCHINI, Regina. “Sopa de letrinhas”?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 241 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 9-79, 2002.

FERNÁNDEZ, Josefina. *Cuerpos desobedientes: travestismo e identidad de género*. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

FERNANDES, Rubem César. Sem fins lucrativos. *Comunicações do Iser*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 15, pp. 13-31, jul. 1985.

FOERSTER, Maxime. *Elle ou lui? Une histoire des transsexuels en France*. Paris: La Musardine, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade vol. 1 - A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. “Nietzsche, a genealogia e a história.” In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

GREEN, James N. Homossexualidades e a História: recuperando e entendendo o passado. *Revista Gênero*, Niterói, v.12, n.2, p. 65-76, 1. sem. 2012.

_____. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

HELPER, Dulce. Travestis querem união nacional. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 de dezembro de 2000, p. 40.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Histórias da aids no Brasil, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de aids*. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015a.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Histórias da aids no Brasil, v. 2: a sociedade civil se organiza pela luta contra a aids*. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015b.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. TEORIA QUEER - UMA POLÍTICA PÓS-IDENTITÁRIA PARA A EDUCAÇÃO. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012>>. Acesso em: 12 maio 2017.

MACRAE, Edward . *A construção da igualdade : identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARQUES, Maria Cristina da Costa. Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 9, supl. p. 41-65, 2002 .

MEU TEMPO Não Parou. Realização: Nuances - Grupo pela livre expressão sexual. Roteiro e Direção: Silvio Barbizan e Jair Giacomini. Maio 2008.

MEYEROWITZ, Joanne. *How Sex Changed: A History of Transsexuality in the United States*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

MISKOLCI, Richard. "Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea". In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 37-56.

_____. A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: < http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

MONTEIRO, Ana Lucia; VILLELA, Wilza Vieira. A criação do Programa Nacional de DST e Aids como marco para a inclusão da idéia de direitos cidadãos na agenda governamental brasileira. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo , v. 9, n. 17, p. 25-45, jun. 2009. Acessos em 02 mar. 2018.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>>. Acesso em: 09 maio 2017.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. *Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans*. Rede Trans Brasil, 2017.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PELÚCIO, Larissa. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. Revista Florestan Fernandes. Dossiê Queer/ São Carlos, v. 2, p. 26-45, 2014a. ISSN 2357 8300. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/63/pdf_24>. Acesso em: 12 maio 2017.

_____. “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?” Revista Periodicus, Salvador, Vol. 1, no 1, mai 2014b. ISSN 2358-0844. Disponível em: <<https://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254>>. Acesso em: 12 maio 2017.

_____. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2009.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 20, n. 2, p. 539-547, Ago. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 maio 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social.. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 19 Out. 2017.

PORTELLI, Alessandro; JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 14, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>>. Acesso em: 23 out. 2017.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. Cadernos Pagu (11), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1998, pp.89-98.

RAMOS, Sílvia. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 9, n. 4, p. 1067-1078, Dez. 2004 .

RAYMOND, Janice. The transsexual empire: the making of the she-male. Nova Iorque: Beacon Press, 1979.

SCOTT, Joan Wallack. Prefácio a Gender and Politics of History. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 3, p. 11-27, jan. 2007. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>>. Acesso em: 03 maio 2017.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEFFNER, Fernando. O jeito de levar a vida: trajetórias de soropositivos enfrentando a morte anunciada. 1995. 284 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

SEMPOL, Diego. De los baños a la calle. Historia Del movimiento lésbico, gay, trans uruguayo (1984-2013). Montevideu: Randon House Mondadori, 2013.

- SILVA, Claudio Roberto da. Reiventando o Sonho: História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo. 1998. 674 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.
- SILVA, Hélio. Travesti: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley: Seal Press, 2008.
- TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 501-512, Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200011&lng=en&nrm=iso>. Access em 17 maio 2017.
- TRAVESTIS criam associação. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 de jun. de 1999, p. 58.
- TREVISANN, João Silvério. Devassos no paraíso - a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. São Paulo: Editora Max Limonad, 1986.
- VARTABEDIAN, Julieta. Migraciones trans: travestis brasileñas migrantes trabajadoras del sexo en Europa. *Cadernos Pagu*, n. 42, Campinas, abr. 2016, p. 275-312. ISSN 1809-4449. Disponível em:<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645123>>
- VILLELA, Wilza Vieira. Das interfaces entre os níveis governamentais e a sociedade civil. In: PARKER, Richard; GALVÃO, Jane e BESSA, Marcelo (orgs). Saúde, Desenvolvimento e política: respostas frente à AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- VERAS, Elias Ferreira. Travestis: carne, tinta e papel. Curitiba: Prismas, 2017.
- WEEKS, Jeffrey. “O corpo e a sexualidade”. In: LOURO, Guacira (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.